

Avante!

Semanário

Director: António Dias Lourenço

Ano 56 - Série VII - N.º 685 12 de Fevereiro de 1987 Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-COD. el. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Semana do USP

2.º Congresso da USP O caminho é a unidade e a luta

Foi sob o signo da unidade e da luta que decorreu o segundo Congresso da União dos Sindicatos do Porto, realizado nos dias 6 e 7 de Fevereiro, no Pavilhão de Cristal, em Porto. Durante dois dias, cerca de 500 delegados...

21 FEVEREIRO sábado grande Manifestação PRAÇA DA LIBERDADE

Explosões no Nevada o «jogo perigoso» do militarismo

Hoje, um «simples» submarino tipo «Ohio» tem um poder de fogo igual ao utilizado durante toda a Segunda Guerra Mundial, e que, como é sabido, teve o seu custo humano...



Algo de fundamental mudou. Mas não em Washington. Como prova o primeiro teste já realizado no Nevada. Essa é a realidade que se impõe...

Rastrear de mísseis em Almedóvar «Guerra das estrelas» com «salero» de Saleiro

A contagem de sal para a pretensa colocação de sofisticado equipamento militar na ilha de Almedóvar, no arquipélago da Madeira, tem sido alvo de alguma comunicação social...



Almedóvar é uma característica vila algarvia, calada a sul e a norte de estuários básicos que a separam do mar...

Delegação soviética visita Portugal a convite do PCP

Comício no dia 20

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português, encontrar-se-á de visita a Portugal na próxima semana uma delegação do Partido Comunista da União Soviética...

No dia 20, sexta-feira, realizar-se-á um comício de amizade, no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, às 21.30 horas...

LAMEGO ... E porque os comunistas nunca cruzam os braços, eis o novo Centro de Trabalho de Fundos

Uma notícia não passou despercebida na última edição do 'Avante!'. Na área relevante as organizações do PCP, um voluntário...

Com a chegada da delegação soviética, a campanha de fundos do PCP ganha um novo impulso...

Escolas contestam política do Governo

Caras de 22 por cento das escolas secundárias em Portugal estão, neste momento, em luta. A substituição de professores...

Letras: a luta pela reestruturação dos cursos

Uma manifestação nacional para o próximo dia 21 de Fevereiro em frente ao Ministério da Educação é tudo indicar, o passado...

Em Foco

56 anos completam-se agora os 56 anos de uma máquina de imprimir que iludia a vigilância da polícia fascista...

Avante!

ANO 1 - Número 1 Órgão Central do Partido Comunista (P. P. da I. C.) 13 de Fevereiro de 1931 PORTUGAL

Avante!

56 anos de luta

Em foco/Agenda

Diante das responsabilidades

Para as forças democráticas com representação parlamentar maioritária, como para a maioria dos portugueses, a questão de uma alternativa ao Governo actual e à sua política assumiu o carácter de uma necessidade objectiva, insusceptível de subordinar-se a interesses partidários exclusivistas.

O problema da alternativa não saiu de elucubrações ou da inventiva política de um qualquer partido ou entidade social. É uma questão que assenta em dois pressupostos rigorosamente fundamentados pela prática de dezasseis meses de Governo de direita.

O primeiro é o da própria natureza de classe da clique governante e das claras opções ideológicas dos seus componentes;

O segundo é o da natureza do seu projecto político e da sua prática política, dos objectivos antidemocráticos e antinacionais que visa, da sua estratégia do Poder.

Fechar os olhos a estas realidades, ignorá-las, permitir que perigos e ameaças se concretizem e corrompam as consciências e o regime democrático, que se arraste a limites irreparáveis a degradação das instituições, da economia, das condições de vida do povo, da própria independência nacional, representaria para as forças democráticas, que têm nas suas mãos os meios e as possibilidades institucionais de atalhar e inverter enquanto é tempo este processo, uma transigência e uma acomodação de que não se sairia incólume.

Os partidos da oposição maioritária, dos quais decisivamente depende a solução de uma alternativa democrática no quadro actual das instituições, são, por ordem da sua representação parlamentar, o PS, o PRD e o PCP, aos quais se devem juntar o MDP/CDE e o Partido Ecológico «Os Verdes».

Estes partidos têm podido convergir em numerosas posições comuns contra investidas do Governo Cavaco Silva/PSD no plano legislativo e derrotá-lo; têm podido dialogar em termos positivos sobre importantes questões da política nacional.

O PCP tem insistentemente denunciado o Governo minoritário de direita e a sua política contra-revolucionária, tem manifestado a sua total disponibilidade para examinar com aqueles partidos e outros da mesma área a constituição de uma alternativa democrática viável.

As recusas do PS e do PRD em encarar no plano prático esta evolução qualitativa da convergência democrática fundamentam-se em argumentos inconsistentes e assentam em esperanças e ambições hegemónicas ilusórias que a experiência já demonstrou acabarem por ser pagas por elevado preço.

Com frequência o Partido Socialista tem manifestado preocupações difíceis de compreender pela eventualidade de uma crise que leve à demissão do Governo actual, o que significaria a realização de eleições antecipadas que na sua «leitura» resultariam no reforço das po-

sições actuais do PSD e da direita no seu conjunto.

Por outro lado, o secretário-geral do PS, Vítor Constâncio, tem algumas vezes declarado que o seu partido não está interessado em voltar ao Governo sem eleições, numa visão claramente «bipolarizante» da hegemonia do Poder em termos eleitoralistas, expressas, aliás, no publicitado «slogan» «PS a alternativa»...

É ainda difícil de compreender que os dirigentes do PS encarem o alargamento da sua base eleitoral, não à custa do enfraquecimento da base eleitoral dos partidos da direita, da atracção dos inúmeros sociais-democratas que se sentem deslocados na área da direita e desejam mudar de campo, mas principalmente à custa do enfraquecimento e esvaziamento do mais novel partido da área democrática.

E mais incompreensível é ainda o retomar dos conciliábulos com o PSD para questões tão sensíveis como as da Regionalização, da revisão constitucional, e outras, e a as alianças pontuais na área do Poder Local com os partidos da direita para desalojar a APU da direcção de autarquias onde a sua gestão e o seu trabalho têm sido um factor de melhoria dos serviços e merecido o largo apoio das populações locais.

Esquecer as lições das experiências de uma desastrosa aliança com a direita que fez perder ao PS quase metade da sua representação parlamentar não é, manifestamente, uma prova de sabedoria política.

Da parte do PRD é igualmente difícil de compreender certas indefinições e vacilações, mesmo certas tomadas de posição, que na prática têm possibilitado não só o avanço da ofensiva reaccionária como a continuação no Poder do Governo Cavaco/PSD, tem-no ajudado a passar algumas difíceis curvas, tem facilitado a realização do seu projecto antipovo e antinacional.

Uma abstracta interpretação da tecnocracia imperante no Governo, uma lamentável confusão entre gestão tecnocrática da administração pública e uma gestão competente e eficiente da máquina e dos recursos do Estado ao serviço do povo e do País e entre a «imagem» fabricada pelo «marketing» eleitoralista do Governo e a sua «cara» real, não têm ajudado a reforçar a posição do PRD na área democrática.

É positivo que o PRD, pela boca do general Eanes, se tenha disposto a viabilizar uma alternativa democrática ao Governo minoritário Cavaco/PSD e nesse sentido tenha apelado ao PS, partido mais votado da oposição democrática. Mas contrariar com posições inadequadas as causas objectivas e subjectivas que lhe deram nascença e dimensão eleitoral não é um factor de consolidação mas de debilitação, não é, igualmente, uma prova de sabedoria política.

É positivo que o PS e o PRD tenham em convergência com o PCP, o MDP/CDE e o Partido Ecológico «Os Verdes» infligido importantes derrotas ao Governo no

plano legislativo e estorvado no terreno parlamentar alguns avanços do plano contra-revolucionário.

Mas é difícil compreender e não favorece a imagem democrática dos dois partidos a recusa, por exemplo, em apoiar a proposta de lei do PCP para a suspensão imediata da entrega de reservas na zona da Reforma Agrária e as vacilações (da parte do PRD) relativas à Lei do Licenciamento das Rádios.

É positivo que os dois partidos se tenham aberto ao diálogo democrático, mas já é difícil de compreender que incluam, como fazendo parte de tal «diálogo», os encontros com o Governo minoritário de direita, num apoio objectivo à sua continuação no Poder.

Jogar no «desgaste» do Governo Cavaco/PSD numa perspectiva de «alternância» de hegemonia política é no fim de contas contribuir para a eternização da direita no governo.

A possibilidade de destituir o Governo minoritário de direita Cavaco/PSD no quadro actual das instituições e com a actual composição da Assembleia da República é real e exequível.

Temer eleições antecipadas — que a direita governante queria mas não pode provocar — é ceder à chantagem eleitoralista do Governo, é favorecer o jogo da contra-revolução cuja força principal no momento presente assenta na recusa a uma alternativa democrática do PS e do PRD e nas divergências no seio da oposição democrática maioritária. Mas é necessário insistir em que eleições antecipadas não são necessárias para uma alternativa, pois os partidos da oposição democrática dispõem de 140 deputados no total de 250.

O povo português na sua imensa maioria — os trabalhadores, os agricultores, os profissionais da saúde e do ensino, os estudantes, a maioria dos intelectuais — tem um outra visão da política nacional actual, da acção do Governo minoritário de direita, dos problemas mais agudos que flagelam a sociedade portuguesa e das suas soluções.

É no terreno da luta, na determinante resposta de massas à política governante, que essa visão correcta se afirma de maneira crescente.

As repercussões da Jornada Nacional de Luta de 31 de Janeiro (que vai ter a sua expressão final nas manifestações do dia 21 no Porto e também em Faro) projectam-se em novas lutas e acções de notável envergadura.

Na CP, na Setenave, na Parry & Son, na Quimigal, na EDP, na Minas da Panasqueira, na MDF, e noutras empresas, os trabalhadores lutam contra os despedimentos, as acções de desmantelamento, os salários em atraso, pela actualização dos contratos de trabalho, contra o alastramento dos contratos a prazo e o trabalho precário e infantil (só no distrito de Braga exploram o trabalho de crianças mais de uma centena de empresas têxteis).

Novas acções foram programadas pela CGTP-IN, fazer frente à ofensiva do Governo no terreno laboral é uma exigência que está mobilizando e dinamizando vastos sectores da classe operária.

Na zona da Reforma Agrária a marcha do dia 10 de Março para Lisboa está na fase de activa preparação.

No sector da agricultura numerosas lutas e acções de resistência contestam a política agrícola do Governo.

As lutas dos suinicultores de Casal da Rainha, Granja do Ulmeiro, Ereira e Vila Nova de Anços; a dos produtores de carne de Mira; as dos compartos dos baldios de Macedo de Verem, de Vila Real, Alto Douro, Viana do Castelo, Barcelos e Viseu; a dos produtores florestais de Aveiro, Castanheira do Vouga, Viseu e Anjeja; dos vinicultores de Castelo de Paiva; dos agricultores de Mirandela e de Brangança; dos produtores de carne do Porto, Gaia e Amarante, e de várias outras regiões e localidades, atingem já uma extensão e um vigor notáveis.

As greves dos estudantes de Letras, a manifestação nacional projectada para Lisboa no caso de recusa à negociação pelo MEN e contra o não cumprimento dos compromissos assumidos pelo Governo;

A greve de três dias dos estudantes da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa;

As lutas várias pelo melhoramento do ensino, contra o insucesso escolar, pela melhoria e segurança das instalações escolares;

A luta dos médicos contra as tentativas antidemocráticas de alterar os métodos de gestão hospitalar e a sua forma de eleição;

As acções juvenis de massas contra os surtos de violência repressiva, como o que está na base do assassinato do jovem estudante do Liceu Camões.

Estas e outras acções afirmam a crescente vontade do povo de mudar de Governo e de política, de se dar corpo a uma alternativa democrática.

Ao contrário da propaganda mentirosa do Governo, a situação social agrava-se cada vez mais, a economia nacional caminha para situações de recessão e estrangulamento sob a égide dos monopólios da CEE.

O PS e o PRD enfrentam o dilema: estar ou não ao lado do povo; dispõem-se ou não a uma necessária mudança de política e de Governo; convergir e dialogar com o conjunto das forças democráticas, visando uma alternativa viável ou «convergir» e «dialogar» com o Governo minoritário Cavaco Silva/PSD, perdendo a confiança do povo.

São questões que não se colocam por razões artificiosas mas resultam de uma situação nacional que se agrava e para a qual é imperioso encontrar soluções adequadas e um governo democrático capaz de as pôr em prática.

Neste contencioso os partidos da oposição democrática maioritária estão diante das suas responsabilidades. O PCP não enjelta as suas.

Resumo

4 Quarta-feira

O grupo parlamentar do PCP propõe a criação de uma comissão de inquérito para averiguar o «envolvimento de autoridades portuguesas no escândalo Irangate» ■ A AR debate a política de Defesa do Governo ■ Trabalhadores da Parry & Son cortam o trânsito em Cacilhas, junto aos estaleiros da empresa encerrada ■ A greve nacional dos estudantes de Letras tem uma adesão de cem por cento no primeiro dia, prosseguindo amanhã ■ Ferrovários manifestam-se em Lisboa pela conclusão das negociações do regulamento de carreiras e do acordo de empresa ■ Realiza-se em Lisboa o funeral de Jaime Santos, taxista assassinado na



Um alerta para a falta de segurança dos taxistas

segunda-feira; também no Porto os motoristas exigem medidas governamentais que lhes garantam segurança ■ O programa inicial de renovação da via da CP tem alterações impostas por Espanha e pela CEE, revela «o diário» ■ O Sindicato dos Médicos da Zona Sul alerta para a «gravíssima situação de ruptura» dos hospitais ■ O desemprego aumentou 13% de Dezembro para Janeiro na RFA, atingindo agora 2,5 milhões de pessoas (10% da população activa) ■ Os EUA concentram tropas no Mediterrâneo e no Golfo, ameaçando uma agressão militar contra o Líbano; a Comissão para o Médio Oriente da Internacional Socialista afirma em Lisboa que tais manobras «não são de maneira nenhuma tranquilizadoras» ■ O grupo parlamentar democrático na Câmara de Representantes dos EUA condena o ensaio nuclear ontem efectuado pela administração Reagan ■ O vice-ministro da Aviação da URSS revela que havia um acampamento militar sul-africano perto do local onde caiu o avião presidencial de Samora Machel.

5 Quinta-feira

Os trabalhadores da Cometa suspendem a greve marcada para amanhã por a administração ter prometido liquidar a totalidade dos salários de Janeiro durante a próxima semana ■ Uma lista unitária obtém a maioria absoluta nas eleições para a CT da Petrolgal ■ Um plenário de conselhos directivos de escolas preparatórias e secundárias da Grande Lisboa considera que o Ministério da Educação quer bloquear a participação dos professores na revisão das leis sobre gestão escolar ■ A TV dinamarquesa afirma que no dia 21 de Julho de 1982 passou por Setúbal material de guerra norte-americano para o Irão ■ Chega a Portugal o secretário-geral da NATO, Lord Carrington, o convida do Primeiro-Ministro Cavaco Silva ■ Explode

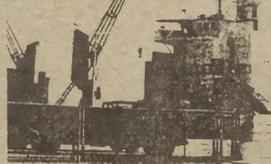
uma bomba na Cidade do Cabo, em Newlands, o «bairro dos ministros» da África do Sul ■ Papandreu anuncia a substituição de sete ministros do seu governo; é a segunda remodelação em três meses ■ O Sindicato dos Estudantes espanhóis confirma a greve no secundário de 9 a 15 de Fevereiro e uma marcha sobre Madrid no dia 11 ■ A URSS lança a Soyuz TM-2, tripulada por dois cosmonautas que vão trabalhar na estação orbital MIR.

6 Sexta-feira

Trabalhadores da UTIC paralisam em defesa dos postos de trabalho, com contrações em Lisboa e no Porto ■ Governo vai à AR responder a perguntas dos partidos, por iniciativa do PCP ■ Estruturas da Reforma Agrária, reunidas em Évora, alertam para a «extrema gravidade» da situação criada com as dificuldades na votação na especialidade dos projectos de lei que retiram poderes ao MAP para a atribuição de reservas ■ Estudantes do secundário protestam junto da AR e da RTP contra a violência e o abuso de autoridade, uma semana após o jovem António Manuel Alves ter sido assassinado por um cabo da Guarda Fiscal ■ A cooperativa de rádio TSF afirma que a Renascença está a utilizar indevidamente as frequências que lhe foram concedidas pelo ex-secretário de Estado Anselmo Rodrigues ■ Os dirigentes do PCP Carlos Costa e António Moia visitam o município do Porto ■ A administração das Minas da Panasqueira divulga uma proposta que apresentou ao Governo para o despedimento colectivo de quase todos os operários ■ Professores em formação e provisórios protestam frente ao MEC ■ O Tribunal de Trabalho do Porto condena «O Primeiro de Janeiro» a pagar os retroactivos de Janeiro a Março de 1983 ■ E proposta na AR a elevação a cidade de Loures e Odivelas ■ O Irão «avisa» a população de Bagdad para abandonar a capital do Iraque ■ «Logo que o cessar-fogo terminar, estamos prontos para os atacar a fundo» — afirma o chefe das Forças Armadas filipinas Fidel Ramos, referindo-se à Frente Nacional Democrática ■ Inicia-se a sétima edição do Fantasporto

7 Sábado

Termina o II Congresso da União dos Sindicatos do Porto ■ A Concelhia de Setúbal do PCP exige que a cidade do Sado



Armas portuguesas para o Irão passam por Setúbal

«não seja uma plataforma de alimento de guerra» em comunicado de protesto contra o envolvimento de Portugal no Irangate ■ Representantes dos jovens ligados ao programa OTJ e ATD decidem formar uma Coordenadora Nacional de Jovens Desempregados ■ A polícia sul-coreana reprime uma manifestação de protesto contra a tortura e o assassinato de um estudante no mês passado ■ A França anuncia uma redistribuição das suas

tropas no Tchade ■ O governo espanhol rompe as negociações com a Coordenadora dos Estudantes ■ A morte de um muçulmano durante manifestações em Melilla agrava a situação no enclave ■ O Partido Comunista da China anuncia uma campanha contra o «liberalismo burguês».

8 Domingo

João Abrantes, deputado do PCP, visita novas freguesias de Cantanhede ■ A Comissão Política do MDP/CDE atribui às «hesitações e ambiguidades do PS e do PRD» a falta de uma alternativa de Governo ■ Carlos Liliá, dirigente do PRD, declara à Lusa que a criação de uma comissão eventual para a regionalização «apenas vem atrasar» a criação das regiões administrativas ■ O Governo das Filipinas recusa uma proposta do Novo Exército do Povo para reatar as negociações e prolongar o cessar-fogo que hoje termina ■ George Shultz, secretário de Estado dos EUA, ameaça recorrer à força militar se forem executados os quatro reféns sequestrados em Beirute ■ Organizações sindicais anunciam a adesão dos trabalhadores espanhóis às paralizações marcadas para dia 11 pelos estudantes ■ A Polícia Judiciária apreende 13 milhões de pesetas falsas no Porto.

9 Segunda-feira

O Tribunal Constitucional pronuncia-se em acórdão pela inconstitucionalidade de vários artigos do Código Penal ■ Mário Soares empenha nos cargos de chanceleres das Ordens Honoríficas Azeredo Perdigão, Sophia de Melo Breyner e António de Spínola ■ É anunciada a criação em Setúbal de um centro de apoio a desempregados ■ Robert McFarlane, uma das principais figuras do Irangate, é hospitalizado de urgência por ter ingerido uma «overdose» de Valium ■ Ministros da Agricultura da CEE iniciaram debate de dois dias sobre a redução de exportações agrícolas e compensação dos produtores ■ Um carro armado malia mata 12 pessoas em Beirute, a «guerra dos campos» faz mais 15 mortes e os EUA acrescentam 5 navios à esquadra que ameaça o Líbano ■ A URSS e a RP da China reiniciam o debate do diferendo fronteiriço.

10 Terça-feira

Na AR discute-se um projecto-lei do PCP, apoiado por 85% das Câmaras do País, sobre a rede nacional de abate de gado ■ Os estudantes de Belas Artes de Lisboa iniciam uma greve de 3 dias contra o mau funcionamento da ESBAL ■ Reúne em Lisboa o Conselho Nacional da CGTP-IN ■ A C.T. do Banco Fessecas & Burnay salienta que vale a pena lutar, comentando a decisão judicial de condenar Mira Fernandes por burlas ■ É apresentado em Sesimbra, pela Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal, o Plano Integrado de Desenvolvimento para aquele Distrito ■ Uma hospitalização de urgência frustra um tentativa de suicídio de Robert MacFarlane, ex-conselheiro de Reagan e uma das «figuras-chave» do «Irangate».

Semana

Avante!

Ano 56 - Série VII
N.º 685

12 de Fevereiro de 1987

2.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

2.º Congresso da USP

O caminho é a unidade e a luta

Foi sob o signo da unidade e da luta que decorreu o segundo Congresso da União dos Sindicatos do Porto, realizado nos passados dias 6 e 7 de Fevereiro, no Palácio de Cristal, no Porto. Durante dois dias, cerca de 500 delegados, em representação de 290 mil trabalhadores da região, fizeram um balanço de três anos de trabalho, discutiram e aprovaram as linhas de acção para o futuro: «três anos cheios de dificuldades, mas também de preciosas vitórias que alcançámos», como referiu José Carlos Baptista, da comissão executiva da USP, na saudação lida no início dos trabalhos. «Três anos de intensa actividade sindical», disse «que deram corpo ao movimento sindical do distrito, a maior força social que alargou significativamente a sua representação, cobrindo hoje praticamente todos os sectores e profissões, da indústria, dos serviços, da agricultura, dos operários aos empregados e aos quadros técnicos e intelectuais». Provaram-no a presença no Congresso de 62 sindicatos, dos quais 27 não são filiados na CGTP-IN, estando 10 como «observadores», destacando-se destes, por pela primeira vez participarem, o Sindicato dos Médicos, as Associações Sindicais dos Treinadores de Futebol, dos Guardas Prisionais, dos Funcionários de Investigação Criminal da Polícia Judiciária e dos profissionais da PSP.

No primeiro dia do Congresso, mereceram a atenção especial dos delegados a análise da proposta de estatutos da USP, o projecto de regulamento eleitoral e, ainda, a primeira abordagem do programa de acção.

Apresentados por Vítor Ranita, do Conselho Nacional da CGTP-IN e do Secretariado da USP, os novos estatutos reflectem a experiência dos últimos três anos, incluem várias alterações, tendo em conta as decisões, neste campo, do quinto Congresso da CGTP-IN, contém a preocupação de melhor poderem transformar-se num instrumento para a acção e organização sindical, tendo em conta as características e as realidades próprias do movimento sindical. Aprovados por unanimidade, os estatutos da USP apresentam como novidade o facto de o órgão dirigente passar a chamar-

-se «Conselho Distrital» e ser composto por um maior número de membros (51 efectivos e 11 suplentes). Estabelecem, com vista à descentralização da actividade sindical, a possibilidade de se criarem Secretariados de Zona onde não houver Uniões Locais. Reguamentam o direito de tendência e têm várias disposições sobre a aplicação das decisões dos órgãos da CGTP-IN e da USP e seu funcionamento, assim como sobre a composição da Mesa do Congresso (que passa a poder ter outros delegados eleitos no Congresso) e, ainda, a aplicação das receitas da União.

Balanço de 3 anos de luta

Coube a João Pacheco Gonçalves, coordenador da Comissão Executiva do Secretariado da USP e membro da Comissão

Executiva da CGTP-IN, a leitura do relatório da actividade desenvolvida nos últimos três anos, desde o primeiro Congresso, em fins de 1983. Analisando a situação vivida desde o Governo PS/PPD, afirmou que «só a falta de convergência das forças políticas relativamente à questão do Governo» é que levou a que tenha sido então nomeado um Governo minoritário, de direita, anti-trabalhadores, e que ainda se mantém pelas mesmas razões». Um governo que permanece no poder, numa situação com novos aspectos e uma situação até favorável, que mantém e agudiza uma autêntica guerra social contra os trabalhadores, que permite o agravamento da exploração capitalista, mas que «será também com a luta que será isolado socialmente, criando os trabalhadores as condições para o necessário entendimento das forças democráticas.

A questão da alternativa a este Governo e da necessidade de uma nova política foi, aliás, reiterada por vários delegados ao Congresso, afirmação da maior acuidade e justiça perante a situação social de degradação contínua que se vive no distrito do Porto. «Precisamos com urgência de uma nova política», concluiu Vieira Mendes, membro da Comissão Executiva da USP, após ter apresentado o programa de acção que viria a ser aprovado no segundo dia do Congresso. «Com Cavaco no poder, estamos cada vez pior», disse. «Novo Governo e nova política são exigências justas e inquestionáveis, neste momento. Nova política, com o aproveitamento de todos os recursos, com o desenvolvimento económico, com a participação e envolvi-

mento dos trabalhadores e das suas organizações, com o respeito da Constituição da República e do regime democrático. Novo Governo com as forças democráticas que tem de encontrar os caminhos da convergência para pôr em prática as soluções que, com Abril, mudem o rumo do País».

Reivindicações para agir: Uma plataforma realista

Produto de mais de um mês de discussão nos locais de trabalho, nas assembleias de delegados sindicais, nos corpos gerentes dos sindicatos, em cerca de 400 reuniões preparatórias, o programa de acção veio ainda ser enriquecido pelas várias intervenções de delegados ao Congresso, que relataram as lutas dos seus sectores e empresas, que aprofundaram a unidade sindical, a defesa da Constituição. A necessidade urgente de se tomarem medidas que conduzam ao desenvolvimento económico, social e cultural do distrito é assinalada, assim como a criação de novos empregos e a garantia dos postos de trabalho, o fim do trabalho precário e da exploração infantil; o pagamento dos salários e a aplicação integral, e no imediato, da Lei 17/86. A assistência material aos desempregados, à formação profissional; política de rendimentos, preços, impostos, segurança social, saúde, higiene e segurança, educação e ensino, habitação, transportes, cultura e desporto, a defesa do regime democrático são reivindicações muito precisas aprovadas no segundo Congresso da União dos Sindicatos do Porto.

Introduzindo-o não apenas com

o intuito de ser apresentado aos órgãos de soberania, Salgueiro Barros, da Comissão Executiva da USP, diria a certa altura que «o caminho para a resolução dos

vastos e gravíssimos problemas dos trabalhadores é a luta» e que o caderno reivindicativo seria transformado na sua bandeira de luta imediata.

21 FEVEREIRO sábado

grande Manifestação

PRAÇA DA LIBERDADE
PORTO



emprego
salário
vida melhor

NOVA POLITICA
NOVO GOVERNO

desfiles às 15 horas

- CAMPO 24 DE AGOSTO
- LARGO DA IGREJA DE CEDOFEITA
- PRACETA 25 DE ABRIL / GAIA

Dia 21

A acção de massas exigida pela situação

Bandeira de luta que irá ser empunhada em primeiro lugar pelo Conselho Distrital da USP eleito por larga maioria (405 votos, 12 braços e 2 nulos) no Congresso, que terá como primeira tarefa o desenvolvimento e intensificação das iniciativas e acções, convergindo para a grande jornada de luta de 21 de Fevereiro, na baixa do Porto. Na sequência das grandes acções de massas decididas pelo movimento sindical unitário, algumas das quais já realizadas no passado dia 31, o Congresso exortou todos os trabalhadores,

activistas, delegados, dirigentes sindicais e toda a população para que, desde já, alarguem e intensifiquem a sua acção mobilizadora, organizando-se nos locais de trabalho e de residência, pintando panos, cartazes, pancartas, criando um amplo movimento de protesto, mobilizando para os pré-desfiles da sua área (Igreja de Cedofeita, Campo 24 de Agosto e Gaia) de maneira a que a manifestação do dia 21 seja a poderosa acção de massas que a situação exige e demonstre o real descontentamento do povo do distrito do Porto.

Delegação da CGTP-IN

Presente no segundo Congresso da USP, através de uma delegação constituída por Carvalho da Silva, Maria Emília Reis e Manuel Freitas, membros da Comissão Executiva, coube à CGTP-IN uma das intervenções finais do Congresso.

Manuel Carvalho da Silva, coordenador da Comissão Executiva da CGTP-IN, considerou o segundo Congresso da USP «pelo trabalho prévio realizado, pelo debate desenvolvido e, em particular, pelo compromisso que assumiu em relação ao futuro, um marco importante na caminhada do movimento sindical da região e nacional, em defesa dos trabalhadores e da democracia».

Referindo-se a dois problemas considerados prioritários pela CGTP-IN — a solução dos problemas do emprego e a defesa do fundamental da legislação laboral actual — analisou a lógica que está na base da nova ofensiva legislativa do Governo contra os trabalhadores.

«Destruir as garantias mínimas de democraticidade das relações de trabalho e, por consequência, concentrar nas mãos

das entidades empregadores o monopólio dos direitos no nascimento, desenvolvimento, execução e extensão do contrato de trabalho», disse Carvalho da Silva ser o objectivo principal da pretensa flexibilização das leis de trabalho projectadas.

Considerando o Governo de Cavaco Silva como «o Governo da hipocrisia, porque fala em modernização, mas promove o retrocesso económico e social; o Governo da propaganda, porque divulga aquilo que não faz e esconde aquilo que realmente faz; o Governo da submissão, porque em vez de defender os interesses do País e a independência nacional ajoelha-se perante o imperialismo», Carvalho da Silva concluiu que o Governo está ultrapassado e por isso temos de o arredar do poder e lutar por uma alternativa democrática. E disse, para finalizar, que «a luta dos trabalhadores é, neste momento o factor determinante, insubstituível não só para defender no concreto os seus direitos e interesses, mas também para impulsionar os partidos democráticos, de forma a assumirem as suas responsabilidades perante os trabalhadores e o País».

Colecção
CAMINHOS
DA REVOLUÇÃO



Rodney
Arismendi

A REVOLUÇÃO LATINO-AMERICANA



edições
Avante!



Regresso

Como se sabe, a campanha dos «direitos humanos» utilizada a fundo por EUA e correlativos tem geografia restrita. A União Soviética, para os estrênuos defensores das liberdades em Nova Iorque ou Londres, Paris ou Bonna, Montreal ou Tóquio, sempre foi o alvo a propósito para exercitar o nobre instinto da solidariedade. Cerrados fogos de barragem sobre o vasto país dos soviéticos há anos que procuram, a partir do «mundo livre», atingir fragilidades políticas e injustiças sociais acoitadas em «bunkers do KGB» ou amortalhadas em sibérias, ignorando descuidadamente as injustiças e os atentados aos direitos humanos que gritam, diária e ostensivamente, em qualquer canto do mundo ocidental.

Os chamados «dissidentes» soviéticos era o prato de sustância da campanha, cujo, como é normal nos primores da culinária, tinha um ingrediente à cabeça chamado Sakharov. O que se escreveu ao longo dos anos, no Ocidente, a propósito deste físico nuclear, dava para, comparativamente, transformar a enciclopédia britânica num opúsculo de bolso (o que, de resto, causou incomodidade ao próprio Sakharov, que ainda há dias se lamentou por tanto o utilizarem à frente de «movimentos de contestação» que ele jamais teria desejado encabeçar).

Em Sakharov se concentraram ardentes preocupações humanitárias, quase diariamente e durante anos a fio, ao longo de quilómetros de telexes, de hectares de prosa, de milhares de horas televisivas, alarmando-se pela suspeita duma constipação, interpretando apreensões numa telefoto, descobrindo angústias no tom de voz de uma entrevista que a «nomenklatura» deixara chegar ao «mundo livre».

Entretanto os EUA praticavam o genocídio no Vietname ou promoviam-no no Chile, invadiam Granada ou bombardeavam a Líbia. Entretanto o desemprego, a repressão e a fome cresciam no paraíso ocidental, saindo às ruas de Paris ou Londres, S. Francisco ou Roma, Otawa ou Hamburgo, Liverpool ou Dallas. Entretanto os frenéticos defensores dos direitos humanos que governam o «mundo livre» iam e vão sustentando regimes como o racista sul-africano ou sionista de Israel, ou o fascista do Chile, que sobrevivem à custa de massacres e crimes contra a Humanidade ao nível da actuação nazi na II Guerra Mundial. Entretanto na África, na América, no Médio Oriente, na Ásia, morrem milhões de pessoas à fome, todos os anos, enquanto os recursos naturais dos seus países são pilhados até à exaustão pelos regimes do mundo ocidental que freneticamente defendem os direitos humanos na casa dos outros.

Mas nenhum destes e outros semelhantes «entretantos» accionou o instinto da solidariedade ocidental. Até hoje a angústia só assalta os grandes corações humanitários do «mundo livre» quando vêm à baila os «dissidentes» e, sobretudo, Sakharov.

Em relação ao físico soviético era particularmente rendível a situação de resistência fixa vivida durante alguns anos na cidade de Gorki, nos arredores de Moscovo. O que se disse e escreveu a propósito deste famoso «exílio interno» dava, não apenas para fazer chorar as pedrinhas de pranto. Isto apesar da vida normal, com casa, carro próprio e rotinas quotidianas tão vulgares como as compras no supermercado ou a ida a espectáculos feita pelo casal Sakharov (e abundantemente comprovada por gente «do lado de cá») não ser, à partida, grande material para coreografias de faca e alguidar...

Mas eis que Sakharov regressa a Moscovo, com plena liberdade de acção e movimentos. Que se reinstala na sua outra casa da capital soviética e desata a receber visitantes de todos os ocidentais matizes, desde batalhões de jornalistas ao ex-secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger. E que aproveita exactamente o bulício da visita deste último (acompanhado por um exército de jornalistas e uma luzida comitiva de políticos do Tio Sam) para se sair com esta: «**Vou voltar com a minha mulher a Gorki, onde deixámos alguns bens. Gostaria de trabalhar um pouco na tranquilidade daquele ambiente.**» Não há dúvida que esta dos exilados soviéticos desatarem a querer voltar para os locais de «exílio» em busca de tranquilidade, é de deixar patareco o mais feroz defensor da «liberdade». Por isso — e uma vez sem exemplo! — vamos dar uma mãozinha aos perplexos ideólogos dos «direitos humanos»: Que tal dizer que libertaram Sakharov para... o castigar?!...

■ HC

Trabalhadores

Meio milhão é dinheiro

Reivindicações na Parry

«Esta medida é injusta e prejudica não só os trabalhadores, como a economia do concelho e até do País», afirmaram representantes dos trabalhadores da Parry & Son, que continuam a luta contra o encerramento da empresa onde recentemente foi decretada a falência. Num plenário seguido de um corte de estrada, durante meia hora no passado dia 4, centenas de trabalhadores do antigo estaleiro da margem sul reclamaram o pagamento das dívidas da ordem do meio milhão de contos (salários e outras remunerações em atraso) e recordaram ao Governo e às entidades responsáveis que «os contratos ainda não foram rescindidos», apesar da confirmação do processo de falência ter avançado, sem se encontrarem concluídas todas as formalidades legais.

dos trabalhadores do **Entrepósito Industrial**, empresa de Setúbal onde há salários por pagar desde Fevereiro de 1986 e onde as tabelas salariais estão por actualizar desde 1984.

Num plenário, que decorreu nas instalações da empresa em Setúbal, os trabalhadores protestaram contra a degradação daquela unidade industrial, que levou à perda de 400 postos de trabalho em pouco mais de um ano.

actividade comercial, que os trabalhadores classificam de «mero abandono».

Anunciada na UTIC uma concentração

No princípio desta semana, os trabalhadores da UTIC de Lisboa e de Vila Nova de Gaia anunciavam, entre outras iniciativas de luta, uma concentração em Lisboa. Marcada para antontem em frente ao IPE (Investimentos e Participações do Estado), esta acção de luta, com início às 15 horas, destina-se a reclamar «o pagamento integral dos salários do mês de Janeiro, a manutenção dos postos de trabalho e a viabilização da empresa».

A concentração, a que foi atribuído carácter nacional pelas organizações representativas dos trabalhadores da UTIC de Cabo Ruivo e de Vila Nova de Gaia, segue-se a uma paralisação dos trabalhadores daqueles locais de trabalho na passada sexta-feira, entre as 14 e as 17 horas.

Segundo a direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, uma delegação dos trabalhadores da UTIC deslocou-se, no Porto, à delegação da RTP, «exigindo que este órgão de comunicação social não silencie a luta de 1600 trabalhadores pelo pão e pelo trabalho».

Em Cabo Ruivo, uma delegação dos trabalhadores foi recebida pelo conselho de gerência da UTIC, mas para o CG nada há de novo: os salários em atraso mantêm-se.

Participada pelo IPE, a UTIC é a maior construtora nacional de autocarros, sublinha a direcção do Sindicato que, juntamente com os trabalhadores, responsabiliza o organismo designado por Investimentos e Participações do Estado, mais os sócios privados e o Governo pela «degradação da empresa».



Empresa encerrada, trabalhadores à porta

No seguimento da política dos governos que antecederam o actual, a **Parry & Son** foi «abatida à carga», como aconteceu com outras empresas ligadas à indústria naval, designadamente a **CPP** (Companhia Portuguesa de Pesca) e a **SRN** (Sociedade de Reparação de Navios). Recorde-se, no entanto, que apenas 15 por cento das operações comerciais realizadas por via marítima é feito em navios portugueses, e que mais de 50 milhões de contos vão, anualmente, só para fretes.

Os representantes eleitos dos trabalhadores da **Parry** reclamam o pagamento dos salários em atraso e o complemento das reformas. Por palavras e por actos sublinham que o processo de destruição da empresa começou com a entrega de 42 por cento das acções da **Parry** aos Mellos da Lisnave e que, ainda ultimamente, os responsáveis pela empresa foram consultados por clientes da República Popular de Angola.

O processo que conduziu à falência é considerado arbitrário pelas organizações representativas dos trabalhadores (ORT's) e, em especial pelo Sindicato dos Metalúrgicos do Sul, cujos advogados continuam a prestar todo o apoio aos trabalhadores lesados pela falência e pelos salários e complementos de reforma em atraso.

Sublinham os representantes dos 400 trabalhadores lançados no desemprego pelo encerramento da **Parry** que «as docas não são para entulhar», que a mão-de-obra altamente especializada não é para deitar fora e que os salários e complementos de reforma são para receber.

Note-se que o meio milhão de contos em dívida aos trabalhadores e aos reformados, que cortaram a estrada em Cacilhas no passado dia 4, não inclui os juros, que recaem sobre essa im-

portância, de acordo com a Lei 17/86, nem tão-pouco as indemnizações por tempo de serviço, cuja média oscila, na empresa, entre os 30 e os 40 anos.

Para o próximo dia 6 de Março foi marcado novo plenário na **Parry**.

Recusados despedimentos no Entrepósito

Trezentos despedimentos eram entretanto recusados pelas organizações representativas

Os trabalhadores não estão contra a reestruturação da empresa, em especial através do sector «de frio», mas não aceitam que mais trezentos postos de trabalho sejam destruídos juntamente com as secções de metalomecânica, estofaria, carpintaria, plásticos reforçados e espumas flexíveis.

As organizações representativas, designadamente a comissão sindical e a CT, acusam a administração de levar a empresa à ruína devido à má qualidade da

PME's reuniram na Figueira da Foz

A Comissão Instaladora da Confederação Nacional de Pequenas e Médias Empresas efectuou domingo, no Museu Municipal da Figueira da Foz, uma reunião preparatória do Congresso Constituinte da confederação.

Na reunião participaram representantes de movimentos e associações de pequenos e médios empresários de praticamente todo o País, que discutiram o programa do Congresso, o seu funcionamento e os temas a debater, as formas de divulgação

da iniciativa, entre outros aspectos.

De tarde os membros da Comissão Instaladora reuniram com empresários da Figueira da Foz, que estão a preparar a constituição de um movimento local de PME's.



Os retalhistas defendem a sua posição no mercado, organizando-se a nível nacional

Trabalhadores

EDP dá parecer negativo aos homens de mão do Governo

● A electricidade podia ser 20% mais barata

«A indigitação de um novo Conselho de Gerência para a EDP não pode deixar de ser considerada como prossecução na empresa da política global do Governo» de ataque ao sector empresarial do Estado e às conquistas do 25 de Abril, afirma a Comissão de Trabalhadores da Electricidade de Portugal — EP, em parecer ratificado pelo Conselho Geral de Trabalhadores, organismo consultivo que representa as 63 mil pessoas que a EDP emprega em todo o País. O Conselho Geral de Trabalhadores reuniu na passada quinta-feira, dia 5, no edifício da EDP na Rua Camilo Castelo Branco, em Lisboa, e aprovou ainda uma série de «medidas imediatas para correcção da gestão macroeconómica e financeira da EDP» que «podem conduzir, num prazo razoável, ao reequilíbrio financeiro e económico da empresa e à desafecção da tarifa eléctrica em cerca de 20%».

Na reunião participaram «praticamente todos» os cerca de 70 membros do CGT, representantes das várias regiões — de acordo com uma responsável da CT.

Após a reunião a Comissão de Trabalhadores divulgou a sua posição sobre a nomeação do novo Conselho de Gerência, constituído pelo dr. José Manuel Castro Rocha (vice-presidente), os engenheiros José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, Carlos António Rocha Moreira da Silva e Joaquim Serrão da Silva Correia e pelo dr. João Manuel de Castro Plácido Pires — além dos engenheiros Raul Manuel da Costa Bessa (presidente) e Ricardo José Minotti da Cruz Filipe, que transitam do anterior CG da EDP.

Destruir a EDP por dentro

Sublinhando que o parecer «é formulado em relação ao conjunto

do novo Conselho de Gerência», a Comissão de Trabalhadores afirma que «as medidas fundamentais para a EDP (...) não implicariam forçosamente a substituição» do CG e, recordando o «empenho» do actual Governo «em destruir o sector empresarial do Estado» considera que «a substituição do Conselho de Gerência é um indício lógico e coerente de que os novos gestores vêm com o objectivo encomendado de alterar a estrutura da empresa, para que, depois, as partes de lucro imediato sejam entregues ao capital privado».

Ao comentar a «proveniência e trajectória profissional dos novos gestores» a CT constata «que desconhecem o sector eléctrico, por completo» o que confirma que «vêm para abrir uma segunda frente de ataque à EDP com o objectivo de a destruir, agora por dentro, contra os interes-

ses da economia nacional, dos consumidores e dos trabalhadores da EDP.»

O parecer chama ainda a atenção para o facto de que «mais uma vez o Governo viola a lei 46/79, quando não permite a tomada de posse do gestor eleito pelos trabalhadores.»

A CT conclui que «o Conselho de Gerência indigitado virá para cumprir directivas de índole político-partidária, satisfazendo clientelas e nem sequer tendo o alibi da competência», e decide emitir parecer negativo, exigir ao Governo a adopção de medidas imediatas para uma gestão correcta da empresa e afirmar que os trabalhadores da empresa e as suas estruturas representativas «evitarão a destruição da EDP, utilizando até às últimas consequências todas as disposições da lei.»

Tabela salarial em negociação

A Comissão Negociadora Sindical (FSTIEP) decidiu não se opor à suspensão das reuniões sobre a tabela salarial para 1987, «muito embora não concordando» com tal medida proposta pelo Conselho de Gerência a pretexto de o Governo «ter substituído alguns dos seus membros.»

«Facilmente se conclui — refe-

re um comunicado da CNS/FSTIEP — que os trabalhadores não são responsáveis por esta situação, não podendo, portanto, ser penalizados». «O atraso puro e simples das negociações por um período de dois meses vem degradar ainda mais o já degradado poder de compra» de quem trabalha na EDP — afirma a CNS.

Assim, a Comissão Negociadora Sindical afirma que «muito embora não concordando com a suspensão referida, não se opõe à mesma desde que: o valor médio de aumentos até agora conseguidos noutros sectores, "na ordem dos 14,3%", seja aplicado de imediato, por acto de gestão, a todos os trabalhadores da EDP» com referência a Janeiro de 1987; as matérias que entretanto já estão acordadas ou em vias de acordo sejam também aplicadas a 1/1/87; e desde que seja garantido «respeito absoluto pelos acordos já estabelecidos nas negociações globais do Acordo de Empresa».

Para ontem, quarta-feira, estava prevista uma reunião da CNS com a Gerência da EDP para tratar esta questão. Entretanto, no comunicado que referimos, a Comissão Negociadora Sindical salienta que «esta nossa posição tem como pressuposto que as negociações do AE e da tabela salarial recomenciarão a 12 de Março de 1987 com todas as consequências.»



Nesta empresa, que dá nome a uma rotunda de Lisboa, em vez de salários há senhas da Carris

Senhas da Carris e prémios de gestão

A mobilização para a jornada nacional de luta de 31 de Janeiro trouxe a público situações intoleráveis, vividas em algumas empresas. Ao revelar publicamente uma anomalia que envolve a firma **Batista Russo**, a Comissão de Trabalhadores da Carris acrescentava que a CA (comissão administrativa) desta empresa de transportes, pública e nacionalizada, recebeu, em Dezembro findo, como prémio de gestão, «cerca de 850 contos (o presidente da CA da Carris) e 720 (os vogais), verbas estas bastante superiores às que grande parte dos trabalhadores da Carris ganha anualmente».

Sobre a **Batista Russo**, a CT da Carris emitiu o seguinte comunicado:

Foi a Comissão de Trabalhadores alertada para o facto, agora tornado público num jornal, de que trabalhadores da **Batista Russo** receberiam mensalmente, por conta do seu vencimento, senhas de passe social.

Colocada perante esta questão, a Comissão Administrativa reconheceu que, enquanto não for paga a dívida que a Carris tem para com a **Batista Russo**, existe uma conta corrente para acumulação dos valores correspondentes às senhas levantadas por esta empresa.

Ao agir desta forma, a CA não só pode fomentar a fraude, com a qual parecia meses atrás estar muito preocupada, como dá grande ajuda à administração da **Batista Russo** na exploração dos seus trabalhadores, obrigando-os ao vexame de, após um mês de trabalho prestado, terem de recorrer à venda em locais públicos de senhas de passe, a fim de realizarem parte do seu vencimento.

Por actos destes e pelo seguidismo em relação à política governamental, a CA foi recompensada em Dezembro último, ao receber o chamado prémio de gestão de cerca de 850 contos (o presidente) e 720 (os vogais), verbas estas bastante superiores às que grande parte dos trabalhadores da Carris ganha anualmente.

Dinheiro também não falta, quando se trata de adquirir novas viaturas ligeiras para os senhores directores (e respectivas famílias) e para enviar cartas aos trabalhadores na tentativa de criar um clima de aceitação aos valores que uma vez mais alguém se apressou a assinar e que merecem a contestação generalizada dos trabalhadores, contestação essa que se torna extensiva àqueles que, nos gabinetes ministeriais, decidem medidas cada vez mais gravosas para o dia a dia do povo português.

O comunicado da CT da Carris termina com um apelo à participação na jornada de luta do dia 31, promovida pela CGTP-IN.

Luta em Coimbra

O lema é salvar a Termec

Apesar da intervenção do Sindicato dos Metalúrgicos junto do Tribunal, a fim de suspender o processo de falência da Termec, foram seladas na passada quinta-feira as instalações desta empresa de metalomecânica, que emprega perto de 250 trabalhadores em Coimbra.

Sem salários (a empresa está desactivada) alguns dos trabalhadores ficaram, ainda por cima, com haveres que lhes pertencem dentro das instalações seladas.

Apenas ficou aberto o portão principal de acesso, porque trabalhadores concentrados perto impediram o administrador da massa falida de proceder ao encerramento total.

A operação, efectuada enquanto os processos relativos à falência correm ainda em Tribunal, colheu de surpresa os trabalhadores e o Sindicato, que rapidamente compareceram no local.

No dia seguinte, sexta-feira dia 6, um plenário com 100 trabalhadores decidiu formar piquetes à porta da empresa. Todas as sextas-feiras os interessados devem concentrar-se, conforme foi decidido, junto da **Termec**, para tomarem conhecimento da situação decorrente dos processos entretanto abertos no Tribunal e destinados a evitar que se

concretize a falência, se consiga viabilizar a empresa e pagar os salários aos trabalhadores.

Participação na luta geral

Os trabalhadores e as suas organizações representativas, que participaram na **Jornada nacional de luta do passado dia**

31 em Coimbra, protestaram por decisão do plenário do dia 6 contra o que consideram notícias difamatórias do «Diário de Coimbra». Este jornal tinha feito publicar opiniões segundo as quais os trabalhadores são culpados da situação financeira da **Termec**. Empunhando bandeiras

negras, os trabalhadores ocuparam o jornal e conseguiram falar com a direcção. Distribuíram publicamente um comunicado onde repõem a verdade sobre a situação vivida na empresa. A posição dos trabalhadores foi transmitida ao jornal «Diário de Coimbra» e à delegação local da

agência de notícias «Lusa» (ex-Anop).

Tecnicamente está comprovada a viabilidade da **Termec**. A falência pode ser evitada, continuando a empresa a fabricar caldeiras e aparelhos para a indústria têxtil, como reclamam os trabalhadores.



Coimbra: trabalhadores na rua, dia 31



Durante a jornada nacional, promovida pela CGTP-IN

Trabalhadores

Grande manifestação dos ferroviários

Aprovada resolução sobre a CP

● Em causa a salvaguarda de interesses nacionais

Perto de oito mil ferroviários concentraram-se, quarta-feira da semana passada, no Terreiro do Paço em Lisboa, onde aprovaram uma resolução sobre a CP.

Esta concentração de protesto vem no seguimento da prolongada movimentação dos trabalhadores e das suas organizações representativas nos caminhos-de-ferro.

O Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses (FSTFP) destaca a reivindicação segundo a qual «o Governo, designadamente o Ministério do Trabalho», tem que fazer «cumprir a Lei, obrigando o conselho de gerência (CG) a respeitar os acordos firmados e, conseqüentemente, a cumprir escrupulosamente, os compromissos

que assumiu com os representantes dos trabalhadores, ao assinar o protocolo sobre o regulamento de carreiras, na madrugada de 25 de Abril de 1986».

Exigida ao CG uma «postura mais responsável»

De acordo com a resolução aprovada no Terreiro do Paço, o CG da CP deve adoptar «uma postura mais responsável» nas negociações do acordo de empresa. Concretamente, os ferroviários não querem ficar aquém de outras empresas de transportes: exigem salários adequados.

Ainda no campo da contratação colectiva, os Sindicatos e a Federação «exigem a retirada das propostas de clausulado que visam eliminar regalias e direitos conquistados pelos ferroviários após o 25 de Abril».

Por outro lado, os trabalhadores protestam, «com toda a firmeza, contra o desrespeito sistemático dos regulamentos por parte do CG, designadamente dos de fardamentos e concessões, exigindo a aplicação do regulamento de salubridade, higiene e segurança no trabalho».

Defender os interesses vitais da CP

Os trabalhadores e os seus sindicatos manifestaram-se con-



Praça do Comércio, Lisboa, dia 4: protesto apoiado por milhares de ferroviários; aumento condigno dos salários entre as primeiras reivindicações



Sinistralidade: uma das preocupações dos ferroviários

tra «a tentativa de levar por diante os planos de ataque aos interesses vitais da empresa nomeadamente o que remete para a entrega da renovação da via a um grupo privado».

Notícias vindas a público, entretanto, davam como certo o interesse do governo espanhol e da empresa espanhola RENFE nos investimentos a fazer na renovação da via portuguesa, dentro de um plano dependente de imposições da CEE.

Os trabalhadores da CP vêem-se confrontados com a perspectiva do encerramento de «oitocentos quilómetros de via e o fecho de mais de duzentas estações», acrescenta a resolução aprovada, quarta-feira da semana passada em frente ao Mi-

nistério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, em Lisboa.

Segundo o mesmo documento, regista-se também a tentativa de «retirar os barcos da carreira Barreiro-Lisboa/Terreiro do Paço».

Do conjunto de decisões aprovadas pelos ferroviários no dia 4 destaca-se ainda o protesto enérgico «contra a política anti-social e antitrabalhadores prosseguida pelo Governo Cavaco Silva, pelo que tem de injusta e antidemocrática, e porque é nessa política que o conselho de gerência da CP se inspira para desencadear as suas acções contra os direitos e regalias dos ferroviários».

A Federação foi mandatada pelos manifestantes para «pers-

pectivar e desencadear as formas de luta que julgar mais adequadas à defesa dos interesses e dos direitos dos ferroviários, quer nas negociações do acordo de empresa, quer no processo negocial do acordo de carreiras».

Os ferroviários concentrados na Praça do Comércio e, mais tarde, junto aos escritórios do conselho de gerência da CP, repudiaram «a nova tentativa de aprovação do pacote laboral, que só serviria os interesses do grande patronato e das multinacionais».

Ao mesmo tempo, os manifestantes condenaram a política económica e social de Cavaco Silva, «exigindo uma nova política e um novo governo» para o nosso país.

LUTAS E TAREFAS

Investida das multinacionais petrolíferas em Portugal

Empresas multinacionais petrolíferas, incluindo a francesa TOTAL e a espanhola EM-PETROL pretendem instalar-se no nosso país, ao abrigo da adesão à CEE. Ao referir-se à recente concessão pelo Governo de uma autorização à ESSO, pertencente à EXXON norte-americana, para se instalar em Portugal, a Comissão Central de Trabalhadores (CCT) da Petrogal afirma que «o conteúdo lesivo do texto de adesão referente ao sector petrolífero» foi ainda agravado mediante diplomas entretanto aprovados, onde ficou estabelecido que aquela empresa nacionalizada veria, o ano passado, «reduzida para os níveis baixos do último quinquénio as suas quotas nos mercados de gasolinas, petróleo, gasóleo e fuelóleo». Segundo a mesma legislação, a Petrogal «perderá progressivamente (cinco por cento em cada ano) as suas quotas nestes produtos». No início de 1993, fica inteiramente liberalizada a sua comercialização e importação. A CCT da Petrogal, que sublinha o facto de ser extremamente baixo (cerca de 53%) o nível da capacidade refinadora nacional, reivindica, perante esta situação, o

seguinte: a) Que o conselho de gerência (CG) adopte as medidas necessárias para dinamizar a actividade comercial da Petrogal, com pleno aproveitamento dos recursos da DGC (divisão comercial), no sentido de dotar a empresa com os meios necessários para resistir à investida das transnacionais petrolíferas; b) Que o Governo, salvaguardando os interesses do País e da Petrogal, adopte medidas que impeçam a descida do nível de utilização das refinarias para índices críticos, que podem pôr em causa a sua normal laboração; c) Que seja

imediatamente revista pelo Governo a actual fórmula oficial de preços dos derivados petrolíferos, a qual é manifestamente obsoleta e deve ser reajustada à realidade nacional; d) Que se considere atentamente a necessidade de se proceder à renegociação dos acordos de adesão à CEE, na parte referente ao sector petrolífero.

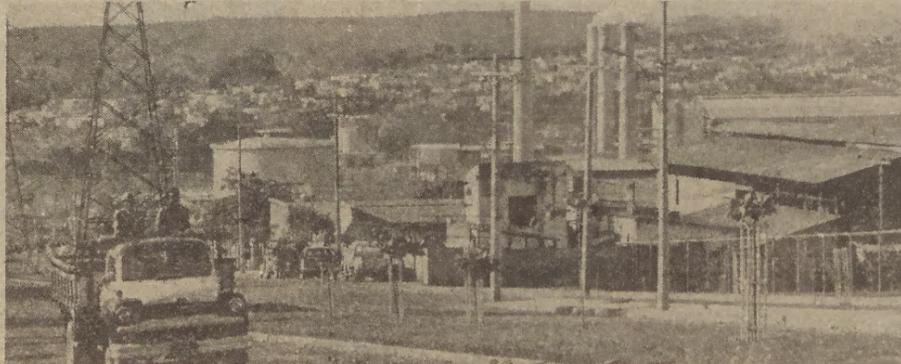
Reduções do horário de trabalho

A CGTP-IN, que desenvolve uma campanha pela semana de trabalho de 40 horas, divulgou recentemente dezassete casos de em-

presas e sectores de actividade onde os horários foram reduzidos. O balanço divulgado refere-se a 1986 e, na nota que o acompanha, a Central unitária salienta que «uma das orientações fundamentais do quinto Congresso da CGTP-IN foi o de intensificar a luta pela redução semanal do trabalho para o máximo de 40 horas». A duração é actualmente de 43/45 horas, «o que não se passa com a generalidade dos países europeus, em particular os da CEE», refere a Inter ao acrescentar que as reduções de 1986 se verificaram «em resultado da luta empreendida pelos trabalhadores».

A «paz social» na Madeira

Segundo a União dos Sindicatos da Região Autónoma da Madeira (USAM), decorrem várias lutas em empresas e sectores do arquipélago pelo pagamento de salários em atraso, contra a ameaça de despedimentos, por aumentos salariais, pelo cumprimento dos contratos, contra ilegalidades patronais. As empresas e sectores com conflitos e lutas são, segundo a USAM, a Fábrica de Papel do Porto Novo, a empresa de construção civil António Clemente, Câmara Municipal do Funchal (contra ameaça de 256 despedimentos), Supermercados Cavalinho, sector da hotelaria, comércio e escritórios, construção civil.



Combustíveis, energia. A Petrogal ameaçada pelas multinacionais e pela CEE

Assembleia da República

Matadouros: viabilizar ou abater?

Optar entre a criação de uma Rede Nacional de Abate orientada por critérios que protejam os direitos dos produtores, consumidores e comerciantes ou manter a legislação em vigor com os consequentes riscos de inviabilizar a produção pecuária em vastas zonas e condicionar o consumo nas regiões interiores, eis, em traços gerais, a grande questão que suscitou a apresentação de um projecto de lei do PCP tendente a definir as condições e o processo a que deve obedecer a criação da Rede Nacional de Abate (RNA).

Ocupando a totalidade do período da ordem do dia de terça-feira, a apresentação e defesa do referido diploma coube ao deputado comunista Rogério Brito que desenvolveadamente justificou esta iniciativa começando por deixar claro não estar nos seus objectivos pôr em causa a existência de uma RNA nem tão pouco promover a reabertura de matadouros que não reúnam as indispensáveis condições higio-sanitárias.

Reflexos negativos

Aclaradas razões, tratava-se de dissecar a natureza da Rede Nacional de Abate que o Governo pretende implementar, e foi isso que Rogério Brito fez detendo-se particularmente na estratégia

de concentração regional de abates, processo de que resultará fortes reflexos ao nível das economias da produção e do abate, do comércio e do consumo.

Enumerando algumas das incidências negativas que decorrem da legislação em vigor, citou o aumento do custo de transporte, a par de excessivas exigências de ordem técnica e sanitária que na prática inviabilizarão a própria Rede Nacional de Abate.

Os números, a este respeito, são esclarecedores. Segundo disse, prevê-se que em 1987 ainda estarão em funcionamento 96 matadouros oficiais e 136 privados, mas, destes, só 5 e 16, respectivamente, «foram considerados como estando em condições de se ajustarem às exigências da actual lei».

Mais: «só 20 por cento dos matadouros oficiais ainda em funcionamento e 40 por cento dos privados em laboração poderão vir a substituir, sendo certo que mesmo destes, cerca de 70 por cento estão dependentes da capacidade de realizar e rendibilizar os investimentos exigidos».

Crítérios duvidosos

Depois de assinalar, com alguns exemplos concretos, casos de duvidosa transparência quanto aos critérios e processos utilizados pelos organismos governamentais e de se deter na estruturação que o Governo pretende implementar, o deputado comunista apresentou as grandes linhas contidas no projecto de lei do Partido, as quais, afirmou, recolheram o apoio expresso dos agricultores e de mais de 80 por cento das autarquias do País.

De acordo com o diploma, cuja votação deverá ocorrer ainda esta semana, a RNA terá duas componentes em termos de matadouros: os **concelhos**, destinados aos abates para consumo nos próprios concelhos e os **matadouros de âmbito re-**

gional, destinados a abater os excedentes concelhios e a regularizar o abastecimento a nível nacional.

No período antes da ordem do dia de terça-feira última um destaque para a declaração política de Rogério Moreira sobre as lutas estudantis, para uma declaração proferida por José Magalhães sobre a necessidade de medidas que ponham cobro ao assassinato de motoristas de táxi e ainda para uma intervenção de Ilda Figueiredo sobre os novos contratos de concessão de zonas de jogo.

«Irangate»

Entretanto, a sessão de sexta-feira foi preenchida com um período de perguntas ao Governo no decorrer do qual foram abordadas, entre outras, questões como o combate à droga e ao SIDA, o direito de objecção de consciência, a microfilmagem do fundo documental da Biblioteca da Ajuda, a utilização abusiva do trabalho infantil e o envolvimento de entidades oficiais e privadas no chamado caso «Irangate».

Como acontece frequentemente neste tipo de sessão, as res-

postas ficam contudo muito aquém da linear clareza que seria de exigir, situando-se num plano de reafirmação de princípios ou em flagrantes evasivas que, afinal de contas, só servem para legitimar suspeitas e avulso para preocupações quanto à acção governativa.

Foi isso exactamente que aconteceu com a intervenção do ministro dos Negócios Estrangeiros, Pires de Miranda, sobre o escândalo «Irangate». Em resposta às perguntas pertinentes do deputado comunista José Cruz, limitou-se o ministro a remeter a Assembleia para um comunicado oficial anterior, adiantando apenas algumas afirmações avulso do género o «**Irangate é um problema americano e não português**», «**não faz parte das boas regras fazer comentários quanto às conversas entre governos**», ou ainda «**se as empresas querem continuar a vender este equipamento — leia-se armamento — têm que seguir as regras do negócio**».

No ar, sem resposta, ficaram assim questões colocadas pela bancada comunista como seja a de saber se o Governo nega ou não «a existência de voos de

transporte de armas para os «**contras**» da Nicarágua a partir do território nacional», ou se nega o Executivo de Cavaco Silva o «**transporte de armas estrangeiras para o Irão, com o Aeroporto de Lisboa a servir de placa giratória**», ou ainda se «**nega a falsificação de documentos na exportação de armamentos supostamente dirigidos à Guatemala ou qualquer outro país**» ou por último, se confirma ou desmente as «**pressões e contactos a propósito destes casos por parte de agentes da administração Reagan assinalados como envolvidos no escândalo «Irangate»**».

Tema forte foi ainda, na passada semana, a não ratificação do decreto-lei que extingue a Casa do Douro, votação que se saiu por mais uma derrota do Governo apesar, de, à última hora, este ter emendado a mão na Assembleia da República.

Para hoje, quinta-feira, o plenário irá discutir o veto presidencial ao licenciamento das estações de rádio, tudo fazendo prever que o referido documento será aprovado (são precisos 126 votos) sem alterações.

Falta sentido nacional à política de Defesa

Ainda mal refeito da derrota que sofrera na véspera com a gestão hospitalar, já outro pesado chumbo aguardava o Governo de Cavaco Silva, faz oito dias, na Assembleia da República: as conclusões da interpegação sobre política de Defesa Nacional, suscitada pela bancada do PRD, finda a qual duas grandes conclusões é possível extrair: a primeira, relaciona-se com o carácter positivo do debate, evidenciado sobretudo pelas questões pertinentes colocadas pelos partidos da oposição para os quais o Governo ou não deu resposta ou (quando a deu) não foi suficientemente esclarecedor; a segunda, refere-se ao isolamento do Governo nesta matéria — apesar de inicialmente ter tentado fazer crer que haveria consenso — posição que resulta em larga medida da constatação unânime da oposição de que está por construir a política nacional de defesa.

Dirigindo-se no decorrer do debate ao ministro da Defesa, o próprio CDS, pela voz de Gomes de Pinho, lembraria que o «**Governo sai daqui mais isolado**».

Embaraço e omissões

O camarada Carlos Brito ao proceder a um breve balanço do debate, afirmou que este trouxe à superfície «o grande embaraço do Governo PSD nesta matéria, as suas opiniões sobre a situação militar do País e as graves concepções e omissões que caracterizam a sua política de defesa nacional».

Antes, porém, já o deputado comunista João Amaral equacionara a posição do Partido sobre o sentido das opções governamentais ao esclarecer que mais do que a ausência de uma política de defesa o que está neste momento verdadeiramente em causa é que o «**Governo não tem, não terá, um sentido nacional da política de defesa**».

Implacável, o orador dimensionava assim um dos aspectos mais importantes neste debate, questão de tal modo relevante que a seu ver justifica uma maior atenção das forças políticas e sociais para a prática e para o «**alcance dos compromissos,**

designadamente externos», assumidos pelo Governo.

Aquele deputado colocaria mesmo o dedo na ferida ao afirmar que a maior das vulnerabilidades, em consequência do comportamento governamental,

Cavaco volta a chumbar

Classificando a interpegação ao Governo sobre Defesa Nacional de importante, entre outros factores pela «pluralidade de contribuições» que sem dúvida contrastou com o carácter monolítico da intervenção do Governo, o camarada Carlos Brito sintetizou numa breve apreciação final os cinco traços mais marcantes, que, na opinião da bancada comunista, estiveram presentes no decorrer deste longo debate.

O primeiro, prende-se com a afirmação do ministro da Defesa de que «o País está entalado» (sic) pelo acordo feito com os americanos mais marcantes, que, na opinião da bancada comunista, estiveram presentes no decorrer deste longo debate.

é a «**existência e o aprofundamento de um fosso entre os interesses do País, dos portugueses e os objectivos seguidos na área da defesa pelo Governo**».

«Quando isso sucede, como está a suceder, quando se diagnostica a não identificação do povo que é destinatário e suporte de uma política de defesa nacional, com os objectivos que os responsáveis governamentais lhe definiram — salientou João Amaral — então é necessário dizê-lo com clareza, está a comprometer-se a própria capacidade de defesa».

Choque permanente

As mudanças profundas operadas no nosso país depois do

25 de Abril e os preceitos constitucionais relativos à defesa nacional foram também realçados da tribuna pelo deputado comunista como realidades com as quais o Governo está em choque permanente, pelo que, segundo disse, não é de admirar que os interesses estratégicos dos Estados Unidos se tenham tornado «na pedra de toque da política de defesa do Governo português».

De outro modo, o que João Amaral disse foi que o Governo está longe de ter uma política externa independente e multilateral, facto facilmente observável se atendermos, só a título de exemplo, a casos como o Irangate, a crescente utilização dos Açores e do território continental por forças estrangeiras e o processo de reequipamento das Forças Armadas.

mar uma prática de promoções discriminatórias», prosseguindo ao mesmo tempo orientações que «**visam reduzir os elementos das Forças Armadas a cidadãos de segunda classe, transformando a limitação ao exercício de direitos que a Constituição admite em eliminação de direitos como acontece no projecto de Estatuto de Condição Militar**».

Como quinto e último aspecto a reter, segundo o Grupo Parlamentar do PCP, encontra-se o «**silêncio comprometido e a tentativa evasiva**» do ministro desviar «as questões da plista portuguesa do Irangate, o envolvimento do nosso país no fornecimento de armas aos «**contras**» da Nicarágua e o presumível envolvimento de elementos de serviços de informações militares em atentados terroristas pelo GAL».

A respeito deste último aspecto e das consequências a que conduz a actual política de alianças militares e o «**afunilamento da política externa**», foi lembrada a situação paradoxal de por um lado, o território nacional ficar considerado «**base operacional para forças militares estrangeiras**», enquanto que, por outro lado, «a filosofia de reequipamento militar português» conduz à «**desocupação real do território nacional pelas Forças Armadas Portuguesas**».

Soluções legislativas

Depois de recordar notícias de planos da NATO que prevêm a «**defesa**» de parcelas do território nacional por unidades de outros países», João Amaral sintetizou a perplexidade que percorre muitos portugueses quando se afirma, sem desmentido, «**que Lisboa não tem defesa aérea necessária**» e, ao mesmo tempo, se anuncie como prioritária «a aquisição aos EUA de uma bateria de mísseis HAWK para instalar na Ilha Terceira, precisamente onde os EUA operam».

«**Não se poderá entender que a brigada operacional que tem o exército — prosseguiu aquele jurista comunista — tenha missão preferencial em Itália, isto quando vêm notícias de que fazem exercícios sem balas porque não há dinheiro e de que não há fardamentos nem munições para os escalões de mobilização**».

A necessidade de travar os fenómenos de partidização pelo PSD das Forças Armadas e de pôr cobro à sua colonização ideológica por forças de direita e da extrema direita, foram também questões levantadas pelo deputado comunista

o qual defendeu, por outro lado, soluções legislativas que revoguem concepções passadistas e retrógradas e que permitam «**tirar os militares do 'ghetto' onde o Governo os pretende meter e retirar-lhes o estatuto de cidadãos de segunda que o Governo lhes quer impor**».

«O fulcro da nova conceptualização estratégica, que está por fazer — sublinhou por último João Amaral — só é nacionalmente inteligível (só ganhará o núcleo essencial da vontade dos portugueses) se tiver por primeiro e soberano ponto de referência os interesses do País que somos. Não se vencerá o fosso que separa os portugueses da política de defesa nacional enquanto, como o faz o Governo, se fizer dos compromissos externos, contrários ao interesse nacional, a raiz, a condicionante e o desenho básico da política de defesa».

10 perguntas incómodas

As perguntas foram muitas, frontais, pertinentes, oportunas. As respostas, essas, foram poucas, vagas, lateralizando o essencial dos problemas, em suma, pouco ou nada esclarecendo. Melhor dito: pela sua novidade ou gravidade, algumas afirmações vieram confirmar e reforçar sérias apreensões quanto ao rumo imprimido à acção governativa nesta matéria.

Pela sua parte, no quadro da interpegação sobre Defesa Nacional, o PCP colocou dez questões que considerou básicas para o esclarecimento da política governamental. A elas nos voltaremos a referir.

Organização local de Lisboa

Para um PCP mais forte neste ano de 1987

Encontro de quadros no dia 21

Discutir aspectos do trabalho da Organização Local de Lisboa considerados prioritários em 1987 é objectivo do encontro de quadros que decorrerá no próximo dia 21, entre as 10 e as 19 horas, na Junta de Freguesia de Alcântara, na capital.

Neste encontro, cujos trabalhos preparatórios prosseguem em toda a organização até dia 18 (ver Agenda desta edição), tendo como elemento dinamizador do debate um documento-base já distribuído, estarão presentes cerca de meio milhar de delegados, que irão trabalhar em plenário e em secções. A intervenção final estará a cargo do camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do Partido.

Na sua preparação, o encontro de quadros do próximo dia 21 visa a elaboração de planos de trabalho para 1987 e a tomada de medidas imediatas, em cada uma das organizações, na base dos objectivos definidos e do documento-base em discussão. De salientar ainda que o encontro procurará realizar um balanço de trabalho às medidas tomadas, uma troca de experiências entre os quadros do Partido e organizações e a definição das grandes linhas de intervenção da OLL em 1987.

Depois de uma breve nota introdutória («reforçar o Partido, por uma nova política, um novo governo, pela defesa, recuperação e progresso de Lisboa»), o documento-base apresenta um capítulo dedicado à direcção, organização e quadros — orientações para o reforço do Partido em 87 (organismos de direcção, quadros, cursos, ligação aos militantes, células, comissões específicas, recrutamen-

to). Depois, trata «o trabalho do Partido na frente juvenil» e a caracterização breve dos problemas da juventude (trabalhadora, estudantil, dos bairros e freguesias). As direcções de trabalho para a acção dos membros do Partido nas empresas, escolas e nos bairros e freguesias; organização, direcção e quadros completam os pontos de análise no capítulo sobre o trabalho do Partido na frente juvenil.

O trabalho de massas nas freguesias e bairros e a acção dos comunistas nas ORT's e sua ligação aos trabalhadores são os temas que preenchem as últimas partes do documento.

ÉVORA

Mais 467 recrutamentos

Até ao fim deste ano, irão decorrer na organização distrital de Évora 12 assembleias do Partido, ao mesmo tempo que serão criados mais 29 novos organismos. A revelação é feita na nota com as conclusões da recente reunião da Comissão Distrital do PCP, realizada na cidade do Templo de Diana.

Analisar o balanço da organização, o plano de actividades, o orçamento para 1987 e a campanha organizativa em curso, e, por outro lado, o apoio a dar à luta dos trabalhadores da Reforma Agrária, era o objectivo da reunião do passado domingo, que decidiu o recrutamento até ao fim do ano de mais 467 novos membros.

Na nota que fez chegar à nossa Redacção, a Distrital de Évora do PCP refere que o seu plano «deu particular atenção aos indicadores negativos do balanço e apontou a necessidade de uma maior atenção à estrutura organizativa e de acompanhar mais os organismos e os quadros». Paralelamente, há que «melhorar os métodos e estilos de trabalho, a preparação das

reuniões e a escolha dos temas a aprofundar». «Tornar o controlo das tarefas mais eficiente» é outra direcção apontada pela Comissão Distrital, que propõe a reactivação e reforço de 34 organismos do Partido, o reforço do trabalho das Comissões Concelhias, de Freguesia e Locais, das células de empresa e das principais frentes de trabalho.

Sobre a actual campanha organizativa, em marcha em todo o País, o plenário da Distrital sublinhou ser tarefa fundamental envolver toda a organização e discuti-la em todos os sectores. Há que programar metas e objectivos concretos para cada organização. No recrutamento, há que privilegiar os jovens, as mulheres e os operários. «Há concelhos que já atingiram qua-

Estudantes comunistas na URSS

9.ª Assembleia em Kiev

A Organização de Estudantes na URSS do PCP realizou no dia 9 de Fevereiro, em Kiev, a sua 9.ª Assembleia. Foi feito o balanço da actividade levada a cabo no ano que passou e foram traçadas as perspectivas e orientações para 1987. A Assembleia elogiou o organismo dirigente da Organização, que ficou constituído por 13 camaradas com idades entre 20 e 27 anos. Cinco dos membros do Secretariado

são raparigas. O camarada Romeu do Rosário, membro suplente do CC, também participou nesta Assembleia. A 5 de Fevereiro teve lugar a 10.ª Assembleia da Associação dos Estudantes Portugueses na URSS. Houve também lugar para o convívio, com música, teatro, poesia, jogos populares e excursões pela capital ucraniana, que incluíram uma visita a uma fábrica.

Reguengos de Monsaraz: querem encerrar ramal da CP

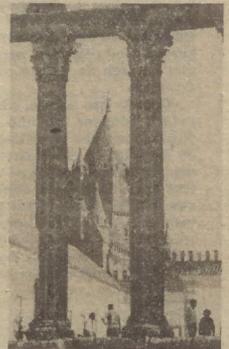
Em comunicado dirigido à população, a Comissão Concelhia do PCP de Reguengos de Monsaraz chama a atenção para as novas tentativas de encerramento do ramal da CP Reguengos-Évora, inserido num plano mais vasto de desactivação de linhas, apoiado pelo Ministério dos Transportes do Governo Cavaco.

A Comissão Concelhia do PCP lembra que só a luta da população impediu o fecho do ramal de Reguengos em 1984, não obstante existir um compromisso assinado entre o governo de então (PS/PSD) e o presidente da Câmara para que o ramal encerrasse.

«Não poupando esforços, os comunistas eleitos na Câmara irão, de imediato, pedir audiência, quer à CP, quer aos órgãos representativos dos trabalhadores daquela empresa, a fim de terem conhecimento exacto da situação» — garante a Concelhia do PCP, que acrescenta:

«Hoje como ontem tudo fará em conjunto com a população do nosso concelho, para impedir que o ramal de Reguengos encerre.

«O encerramento do ramal trará grandes prejuízos aos agricultores, comerciantes e industriais, estudantes, reformados e à população em geral.»



O reforço do PCP é preocupação dos comunistas de Évora e da Comissão Distrital, que definiu um conjunto de importantes orientações de trabalho

Campanha em Viana

Meta de Janeiro foi ultrapassada

Da campanha dos 10 mil contos, lançada em Viana do Castelo, para responder aos encargos com o novo Centro de Trabalho do Partido, começam a surgir as primeiras notícias e os primeiros «sintomas» do empenhamento com que a organização distrital do PCP no Alto Minho encarou a difícil tarefa.

Pois bem: ao mesmo tempo que se confirma o cumprimento e mesmo a ultrapassagem da meta



Durante a sessão de encerramento, com a intervenção da camarada Marília V. Cabral, do CC

Vila Franca de Xira

Encontro de quadros preparou Assembleia

As células de empresa, o trabalho do Partido para as autarquias e para o movimento associativo e popular, e o PCP foram os temas das três secções que funcionaram no encontro concelhio de quadros de Vila Franca de Xira, realizado no último sábado, com a participação de cerca de uma centena e meia de militantes comunistas.

Reforçar o trabalho de direcção e preparar a 3.ª Assembleia da Organização Concelhia, marcada para 29 de Março, eram os objectivos essenciais do encontro.

Das conclusões retiradas das mais de seis dezenas de intervenções efectuadas nas secções e em plenário, a Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira destaca:

● Dar continuidade ao trabalho em curso, com vista à realização da 3.ª Assembleia da Organização do Concelho, e de que aquele encontro era fruto, no intuito de reforçar o Partido como valioso contributo para o êxito da Campanha Organizativa em curso, aprovada na reunião do Co-

mité Central de 16 de Janeiro último.

● Reforçar a organização do Partido de forma a estar à altura de contribuir eficazmente para dar resposta à ofensiva reaccionária desencadeada pelo actual governo PSD/Cavaco Silva contra as grandes conquistas de Abril, Nacionalizações, Reforma Agrária e Libertades Democráticas; assim como contra os direitos e conquistas dos trabalhadores, nomeadamente através da tentativa de imposição do pacote laboral (os despedimentos, a proliferação dos contratos a prazo, a cobertura à manutenção dos salários em atraso, etc.).

● Mobilizar os trabalhadores do concelho para as grandiosas acções a realizar, com destaque para o comício de amizade PCP-PCUS, a realizar a 20 de Fevereiro no Pavilhão dos Desportos, onde usará da palavra o camarada Nicolai Sliunok, membro do Secretariado do CC, suplente do Bureau Político e o camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP; as acções comemorativas do 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, 25 de Abril e 1.º de Maio.

«Segundo a C. Concelhia do PCP, o Encontro atingiu os objectivos propostos, pois proporcionou, para além da análise concreta à actividade do Partido nos mais diversos sectores, a possibilidade de aprofundamento do conhecimento da realidade social e política que se vive no concelho, apontando soluções para os mais variados aspectos.»

A camarada Marília Vilaverde Cabral, do CC e da DORL, fez a intervenção de encerramento do encontro.

Comunistas dos Açores discutem problemas laborais

Realiza-se no próximo fim-de-semana em Angra do Heroísmo (Ilha Terceira) um encontro regional do PCP sobre questões laborais, promovido pela Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores.

Serão analisados diversos aspectos da situação laboral no arquipélago, com destaque para os problemas do desemprego, subemprego, precaridade do trabalho, contratação colectiva, discriminação da mulher trabalhadora e dificuldades na obtenção do primeiro emprego.

No encontro participarão quadros de todas as ilhas açorianas e também o camarada Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do CC. Haverá quatro sessões de trabalho reservadas aos participantes e uma sessão pública de encerramento.

João Amaral falou sobre a importância da urgência da regionalização para o desenvolvimento local e para o fortalecimento da estrutura democrática do Estado, expondo ainda os principais traços do projecto de lei-quadro das regiões administrativas apresentado pelo grupo parlamentar do PCP.

Matosinhos

Encontro aberto para discutir habitação e ensino

A Comissão Concelhia de Matosinhos do PCP vai realizar no sábado, dia 28 de Fevereiro, um «encontro aberto» no qual serão discutidas questões ligadas à habitação e ao ensino no concelho.

«Debater estes problemas com o PCP — pode ler-se no folheto que apela à participação de todos os interessados — é o convite que endereçamos, abertamente, às associações de moradores, aos cooperativistas, aos técnicos, aos moradores, aos professores, aos alunos, aos pais, em suma, a todos os matosinhenses.»

No concelho de Matosinhos existem mais de 36 mil casas,

600 são barracas sem o mínimo de condições de habitabilidade, 800 são ilhas onde vivem cerca de 20 mil pessoas, grande parte em condições sociais graves — refere a Concelhia. Cerca de 60% dos fogos têm mais de 27 anos. Além disso, proliferam largos milhares de casas clandestinas, com todo o conjunto de problemas que lhes são inerentes», acrescenta o documento distribuído à população, recordando ainda a acção e as dificuldades das 15 cooperativas de habitação económica do concelho.

No tocante à situação do ensino, pelouro por que os comunistas são responsáveis na Câmara Municipal, a Concelhia assinala

que «o pré-primário é praticamente inexistente», enquanto «as escolas preparatórias e secundárias já são poucas e estão superlotadas». Entre os «muitos problemas que afectam a juventude» do concelho, são referidos a falta de equipamentos, o insucesso escolar, a saúde e o desporto, a delinquência. A Comissão Concelhia interroga ainda: «Que ensino público especial temos em Matosinhos para as crianças deficientes?»

O «encontro aberto», cujo lema é «Desenvolver Matosinhos, resolver os problemas da população», terá lugar na escola primária R. do Godinho, entre as 10 e as 18 horas.

Setúbal

Direcção Regional reúne com concelhias

A Direcção da Organização Regional de Setúbal promove no sábado, dia 14, uma reunião com as Comissões Concelhias da ORS para discutir os objectivos e as tarefas, na região, da Campanha Organizativa decidida pelo CC em 16 de Janeiro.

A reunião realiza-se no centro de Trabalho do Partido no Pinhal Novo a partir das 14.30

horas e tem como lema «Reforçar o Partido, lutar pela alternativa democrática». A intervenção de abertura será feita pelo camarada Carlos Ramilhes, suplente da Comissão Política e membro da DORS, e encerrará os trabalhos o camarada Bláncio Teixeira, membro da Comissão Política. Segundo uma informação da SIRDORS, «largo tempo da reunião será dedicado a intervenções e debate».

Regionalização

Iniciativa em Santarém

A regionalização foi o tema do debate realizado há dias no Centro de Trabalho da Direcção Regional de Santarém (DORSA) do PCP, com a participação de quatro dezenas de quadros do Partido de todo o distrito ribatejano.

Entre os presentes contavam-se os camaradas Raimundo Cabral, da Comissão Política do Partido, e Luis Sá, membro su-

plente do CC.

Na nota enviada aos órgãos de Comunicação Social, a DORSA revela que foi feito um profundo debate sobre a criação das regiões administrativas, a sua necessidade e importância, tendo sido apontada a necessidade de a Assembleia da República rapidamente enviar os diversos projectos para as Assembleias Municipais, Alargar a dis-

cussão pública do tema a nível nacional é outra das direcções apontadas.

«As áreas de consenso são muitas, é preciso no entanto que os diversos partidos se entendam para a concretização da regionalização», sublinha a DORSA, que acrescenta: «O PCP está disponível para procurar soluções que mereçam consenso maioritário».

Conferência de Imprensa e debate em Viseu

A Comissão Distrital de Viseu do PCP levou a cabo no sábado, dia 7, no Salão da Associação Comercial, uma conferência de imprensa/debate sobre «A regionalização e o distrito de Viseu: que futuro?».

Uma nota da Comissão Distrital informa que «perante a numerosa assistência que incluiu representantes das diversas organizações convidadas e jornalistas» falaram os camaradas João Amaral, deputado, Carlos Fraião e Fernando Rodrigues, suplentes do CC e membros do CD de Viseu.

João Amaral falou sobre a importância da urgência da regio-

nização para o desenvolvimento local e para o fortalecimento da estrutura democrática do Estado, expondo ainda os principais traços do projecto de lei-quadro das regiões administrativas apresentado pelo grupo parlamentar do PCP.

Carlos Fraião abordou as perspectivas concretas de desenvolvimento que se abririam para o distrito de Viseu com a criação das regiões administrativas e, tendo em conta que os seus recursos e potencialidades naturais estão subaproveitados ou até desprezados, chamou a atenção para que, na perspectiva da Comissão Distrital do

PCP, a discussão pública deste tema tem sido inquinada por bairrismos e rivalidades doentias, alimentadas, a maior parte das vezes, por aqueles mesmos que são inimigos de uma verdadeira regionalização.

Fernando Rodrigues, que orientou o debate, apelou às autarquias, partidos políticos e associações do distrito para que promovam o mais amplo debate local deste importante tema subordinado à defesa dos interesses reais do distrito e das populações, não permitindo que tal discussão seja veiculada por paixões políticas, bairrismos menos ou preconceitos sectários.

PORTO

Visita de deputados

A cidade do Porto e várias freguesias dos concelhos de Gondomar e Penafiel foram visitadas no último fim-de-semana pelos camaradas Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, e António Moia, da DORP e do Comité Central. Os dois deputados comunistas, eleitos pelo círculo do Porto, tiveram oportunidade de contactar alguns problemas importantes do distrito, num programa inserido nos habituais contactos dos deputados do PCP com as realidades locais.

No Porto, o programa iniciou-se com uma audiência com o presidente da Câmara Municipal, seguindo-se um almoço na cantina e a visita às instalações da Divisão de Limpeza Urbana e ao Gabinete do Planeamento Urbanístico, acompanhados do camarada Oliveira Dias, vereador responsável pelos pelouros da Limpeza e Serviços Gerais/Higiene Urbana.

Ao longo de todo o programa foi o contacto com várias questões actuais da cidade. Concelho com inúmeros problemas, o Porto continua a debater-se com uma grave crise habitacional. A existência de 50 mil pessoas que vivem em condições infra-humanas exige medidas de fundo e a intervenção urgente do governo que continua, porém, alheio à situação. A recuperação do Centro histórico, sendo da maior importância, corre em ritmo demasiado lento por falta de investimentos e não pode, por si só, resolver a questão. A construção da conduta definitiva de transporte da água das captações de Lever está, igualmente, dependente de subsídios. O orçamento de Estado, por proposta do PCP, prevê, em 1987, um financiamento de 200 mil contos mas a obra orça num milhão e duzentos mil contos e o subsídio pedido ao FEDER não está garantido. A renovação de pavimentos e passeios, em estado caótico, a construção do parque da cidade, há um ano literalmente parada e as tarifas de energia eléctrica, cujas negociações estão num impasse, foram outros tantos temas ventilados.

Particular realce durante a visita teve o desenvolvimento verificado nos últimos anos nos serviços de limpeza, visando maior eficiência, o espírito de equipa existente entre todos os dirigentes e o pessoal, e a grande competência profissional demonstrada num serviço muito complexo e altamente organizado.

Na Lomba em Gondomar, vida nova com a APU

No sábado de manhã, já no concelho de Gondomar, no novo edifício da Junta de Freguesia da Lomba, eleitos e dirigentes de colectividades receberam os deputados do PCP. Seguiu-se a visita às obras de pavimentação e calçamento de várias estradas, ruas e caminhos, ao posto de distribuição do Correio recém-instalado, e à construção, já iniciada, de um complexo desportivo instalado num terreno de 13 mil metros quadrados adquirido pela Junta.

Em reunião realizada após a visita, os eleitos e activistas das colectividades tiveram uma reunião na qual salientaram o extraordinário trabalho realizado pela Junta desde que a APU ganhou as eleições em 1985. «Fizeram elas mais num ano do que, em dez anos, todos os Executivos anteriores», foi dito. O apoio da população às obras realizadas é patente nas 1000 horas de trabalho voluntário, sem as quais não seria possível ter feito trabalho tão amplo.

Já em Medas decorreu uma reunião com presidentes de Juntas de Freguesia do alto do concelho de Gondomar onde foi feito o balanço das principais preocupações das autarquias: a instalação de uma escola preparatória e secundária, o desenvolvimento turístico e a instalação de uma zona industrial.

Em Sebolido e Rio Mau novas realizações

Na visita a estas freguesias do concelho de Penafiel, junto ao rio Douro, que conheceram nos últimos anos importantes melhoramentos no domínio da electrificação, abastecimento de água, arruamentos e caminhos, estiveram em foco os projectos para as novas instalações das Juntas de Freguesia.

A nova freguesia de Rio Mau adquiriu recentemente dois prédios que projecta reconstruir para afectar aos serviços da Junta. Em Sebolido, está em curso a instalação de um edifício polivalente que inclui um parque desportivo, a sede da Junta e de uma colectividade e prevê a instalação de um posto médico, sentida aspiração do povo daquela freguesia.

A visita incluiu ainda contactos com diversas colectividades (Rio Mau Futebol Clube, Banda Musical e Centro Cultural de Rio Mau).

A campanha organizativa

Na Organização Regional do Porto, a campanha já arrancou. Na sequência da resolução do Comité Central, estão em discussão, nas várias organizações e sectores, os respectivos objectivos e planos de actividade a realizar no âmbito da campanha organizativa. Naturalmente que este processo não decorra da forma homogénea — há organizações mais atrasadas e outras em que os próprios objectivos e metas já estão definidos. Nuns casos a discussão ainda não se generalizou a todos os organismos e militantes, sendo essa agora a principal direcção do trabalho. Mas noutros casos a campanha já está mais avançada, não se circunscrevendo apenas aos organismos de direcção. É o que acontece, por exemplo, em Gondomar e no Sector dos Grandes Serviços, onde se realizaram na semana passada reuniões de quadros dos objectivos da campanha e um maior empenhamento do conjunto dos militantes.

No momento em que estão em consideração os objectivos regionais, a Comissão Executiva da DORP, no sentido de divulgar e dinamizar a campanha, decidiu promover uma reunião com os secretários das células de empresa e os organismos de direcção dos sectores profissionais e uma outra com as Comissões Concelhias, que se irão realizar nos dias 13 e 14 respectivamente. A edição de um boletim e o acompanhamento regular da evolução da campanha na Direcção Regional e seus organismos executivos e através da comissão de organização da DORP, que passará a reunir quinzenalmente, foram também decisões já tomadas.

Para estimular e facilitar a discussão e definição dos objectivos da campanha, designadamente daqueles cuja qualificação é possível — recrutamento, contacto com membros do Partido desligados, entrega de cartões, pagamento das quotas, estruturação e número de organismos, imprensa do Partido e frequência de cursos de quadros — a Comissão de Organização da DORP elaborou e distribuiu pelas organizações e sectores uma ficha que permite o registo dos seus objectivos e metas relativamente a estes indicadores mínimos da campanha organizativa.

Juventude

Escolas contestam política do Governo

Cerca de 22 por cento dos estudantes universitários em Portugal estão, neste momento, em luta. As Faculdades de Letras de todo o País com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da U. Nova, o Instituto Superior de Educação Física de Lisboa e a Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa são os casos mais em foco.

No entanto, também em Direito a luta se anuncia para breve e em Medicina, a política de Leonor Beleza começa a preocupar os actuais estudantes. Por resolver

continuam, entretanto, as instalações da Faculdade de Ciências de Lisboa, como por resolver continua o problema dos Institutos Superiores de Engenharia, a conta com a intenção do Governo de integrar essas escolas no ensino politécnico.

Por entre uma grande diversidade de motivos e reivindicações ressalta a contestação dos estudantes à política de ensino deste Governo. E daqui decorre um outro aspecto que importa vincar. Consciente ou inconscientemente, a luta estudantil contra a políti-

ca de Ensino do Governo PSD, nos elementos que elege para mobilizar o protesto, coloca cada vez mais na ordem do dia a necessidade de uma outra política para o País, uma política que promova o desenvolvimento e aproveite todos os recursos de que o País dispõe.

Porque, ao contrário do que afirmava um afamado «analista» num semanário este fim-de-semana, o desemprego não é nenhuma fatalidade. Os estudantes sabem-no. As suas lutas demonstram-no.



ISEF: Estudantes e professores reivindicam democracia para a escola

Por que razão o ministro não vai visitar a ESBAL?

«Para quando, sr. ministro, um olhar interessado sobre esta Escola?» Esta pergunta, quem a faz, são os estudantes da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa que cumprem hoje o seu terceiro e último dia de uma greve convocada para protestar contra «as deficiências de funcionamento, gestão, docência e

Os estudantes da ESBAL estão em luta, igualmente, porque depois de muitos adiamentos, finalmente as obras começaram no velho edifício do Largo da Biblioteca Pública. Só que iniciaram-se em pleno ano lectivo. Resultado, muitos estudantes estão sem aulas e em cadeiras nucleares como desenho, pintura, es-

peçoal técnico especializado que apoie o trabalho de alunos e professores.

Os estudantes da ESBAL estão em luta porque consideram o Plano e o Regime de estudos desactualizado.

Os estudantes da ESBAL estão em luta porque exigem mais verbas para a educação, porque exigem participar no processo de definição do enquadramento institucional da sua escola.

Os estudantes da ESBAL estão em luta porque exigem uma nova política de ensino que atribua ao ensino artístico a importância e a dignidade que merece, porque em sua opinião a ESBAL pode e deve ser mais que uma escola de professores.

Que mais é preciso dizer? Afinal que os estudantes da ESBAL estão em luta contra anos e anos de governos e de políticas viradas contra os interesses da juventude e do País. Porque exigem que a educação seja efectivamente uma prioridade e não uma palavra vazia de sentido.

Muitos professores aderiram já a este movimento estudantil dinamizado pela Direcção da Associação de Estudantes. Outros, poucos, como afirma a DAE, «com a sua inércia contribuíram para a degradação da situação da escola» e por isso se opõem a ela.

Entretanto, como o responsável principal por esta grave situação é o ministro da Educação, a DAE enviou uma carta a João de Deus Pinheiro para que, durante os dias de greve, visitasse a ESBAL. Até ao momento não se conhece resposta. Porque será?



Cumpram-se hoje o último dia de greve na ESBAL

estruturação dos cursos de Artes Plásticas e Design».

A Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa (ESBAL), é constituída por duas escolas completamente distintas, a Faculdade de Arquitectura, já integrada na Universidade Técnica, e Artes Plásticas e Design (APD). São estes últimos precisamente, os estudantes em luta.

O que reivindicam em concreto estes estudantes? Vejamos, alguns exemplos do estado da escola. Há mais de trinta anos que o quadro eléctrico geral da escola não é reestruturado. Em consequência, a cantina encontra-se encerrada vai para três anos. Em consequência disso também as aulas funcionam muito irregularmente, isto porque o quadro de distribuição de energia eléctrica não aguenta o funcionamento de maquinaria de média potência.

Os estudantes da ESBAL estão em luta porque se debatem com uma grave situação de falta de material. A prensa de gravura é, tudo indica, uma rica peça de museu com cerca de 110 anos (1877) e que já é cobiçada inclusivamente por estrangeiros. Pois bem, é com este instrumento que os alunos executam os seus trabalhos de gravura. Já em tecnologia da pedra são os estudantes que do seu bolso pagam o material, qualquer coisa como 20 mil escudos a cada um.

cultura, história de arte, etc.

Os estudantes da ESBAL estão em luta porque em todo o edifício, de três andares, apenas existe uma pessoa (?) para a limpeza.

Os estudantes da ESBAL estão em luta porque chove de tal forma em algumas salas de aula que alguns professores alertaram já os seus alunos para usarem um calçado adequado pois correm o risco de serem electrocutados.

Os estudantes da ESBAL estão em luta porque há falta de



Letras: é urgente diversificar as saídas profissionais

Letras: a luta pela reestruturação dos cursos

Uma manifestação nacional para o próximo dia 21 de Fevereiro em frente ao Ministério da Educação é, tudo indica, o passo seguinte da luta dos estudantes das Faculdades de Letras do País juntamente com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova.

Tal é a perspectiva apontada este fim-de-semana pela Comissão Nacional Coordenadora dos Estudantes de Letras (CNCCEL), depois de uma reunião realizada no Porto com os representantes dos Conselhos Científicos e dos Conselhos Pedagógicos no passado domingo.

A luta dos estudantes de Letras pela reestruturação das suas Faculdades e pela diversificação das suas saídas profissionais é uma luta antiga e que atravessou várias fases. Pontos altos desta luta foram os Encontros Nacionais de Estudantes de Letras, realizados desde há três anos e que, para além das acções concretas de luta, foram aprofundando as propostas estudantis sobre tão complexo problema. Pelo caminho, entretanto, foram ficando as grandes movimentações de Letras de Lisboa contra a prepotência do

Conselho Científico e o despedimento à sua ordem de professores pedagógica e cientificamente competentes, e que os estudantes sempre fizeram questão de integrar dentro desta luta mais vasta pela qualidade do ensino.

É uma evidência que, hoje, a esmagadora maioria dos licenciados por estas escolas, na ausência de outras perspectivas no mercado de trabalho, se encaminham regra geral para o ensino, sem que para isso possuam qualquer formação específica. Evidência é também que, na ausência de uma verdadeira política de desenvolvimento do País, mais de nove mil dos licenciados nas Faculdades de Letras se encontram hoje no desemprego.

Jogando com esta realidade, João de Deus Pinheiro sempre tem colocado a tónica do seu discurso na inevitabilidade do desemprego, pois como diz, «não há escolas para todos». Desta forma, o ministro mais não faz que demagogia, procurando tirar partido do relativo desconhecimento da opinião pública sobre as reais razões da luta.

E quais são elas? Basicamente duas. Necessidade de uma formação psicopedagógica que habilite os licenciados por estas Faculdades a leccionar e, questão decisiva, uma reestruturação curricular que promova a diversificação de saídas profissionais.

Na actual fase, a luta tem a sua motivação próxima num plano de reestruturação discutido e aprovado no segredo dos gabinetes dos Conselhos Científicos e, ao que parece, com o beneplácito do ministro. Tal plano, para além de não promover a diversificação de saídas profissionais introduzia intoleráveis mecanismos de selecti-

vidade, como seja um novo *numerus clausus* na passagem do quarto para o quinto ano.

O protesto foi imediato. A greve a forma escolhida. Sempre pronto para propagandear a sua vontade para o diálogo, o ministro, depois de uma reunião com os representantes dos estudantes, «passa a bola» na expressão de um comunicado da CNCCEL aos conselhos científicos para que em conjunto com os estudantes discutam os problemas. Entretanto, nenhuma acta foi feita da reunião e o ministro não assumiu aí qualquer compromisso escrito.

No passado fim-de-semana, os conselhos científicos e pedagógicos em reunião com a CNCCEL aceitaram grande parte das reivindicações estudantis e foi decidida a formação de uma comissão paritária para, com carácter de urgência, elaborar propostas «relativas aos cursos de formação profissional, formação de professores e respectivos mecanismos de transição».

Nessa reunião foi igualmente decidido requerer do Ministério da Educação e Cultura «a elaboração de um levantamento prospectivo, amplo, e diversificado» de saídas profissionais. Tal reunião concordou, ainda, em «sublinhar o carácter contraditório entre a forte restrição no acesso ao ensino superior público e a proliferação de cursos de Letras nas Universidades privadas».

Na actual situação é caso, agora, para dizer que a «bola está de novo no lado do ministro». Para já os estudantes exigem ser recebidos por João de Deus Pinheiro e que, nessa audiência, o ministro dê resposta positiva às reivindicações estudantis já que ele é o primeiro responsável pela Educação neste País. Caso isto não se verifique terá lugar uma manifestação nacional em frente ao Ministério para a qual se desenham já movimentos de adesão de outras escolas neste momento em luta.

Juventude

ISEF: Pela democracia na escola

A Assembleia Geral da Escola do Instituto Superior de Educação Física de Lisboa, reunida na passada segunda-feira, decidiu marcar para o dia 13 de Março a realização do acto eleitoral para os órgãos de gestão legalmente consignados no respectivo decreto, Assembleia de Representantes e Conselho Pedagógico. Acto normal num regime democrático e que, por si só, não seria motivo especial de notícia, não fosse a situação anormal em que aquela escola vive desde há anos.

Isto porque, ultrapassados todos os prazos legalmente fixados, o ISEF continua em regime de instalação com a gestão dos seus assuntos a cargo de uma Comissão Instaladora presidida pelo catedrático Melo Barreiros. Autoritária e prepotente, eis como a generalidade da escola, entre professores, estudantes e funcionários classificam a actuação do presidente da Comissão Instaladora. De tal forma que, dos quatro membros que de início a integravam, apenas resta Melo Barreiros já que todos os outros apresentaram a sua demissão.

Com a convicção dos sucessivos ministros da Educação do PSD, o presidente da Comissão Instaladora foi perpetuando indefinidamente o seu reinado, ultrapassando todos os prazos fixados para o «terminus» do regime de instalação e a instituição de um regime democrático de gestão.

Por várias vezes o presidente

da Comissão Instaladora impediu a realização de eleições no ISEF, a última das quais, no passado mês de Dezembro, quando já depois de despoletado todo o processo, Melo Barreiros o entavrou aduzindo para tal que não estaria aprovado o quadro de pessoal técnico e auxiliar. Um pseudo reitor da U. Técnica divulgado recentemente considera tal facto impeditivo da normalização da vida da escola.

Daí a importância da agora tomada na AGE, ainda para mais quando Melo Barreiros se prepara, segundo se diz, para solicitar do Ministério da Educação a prorrogação do regime de instalação. A AGE deliberou, por isso, não reconhecer doravante a Comissão Instaladora nem aceitar qualquer novo regime de instalação ou modelo transitório que não passe pela aplicação integral do decreto de gestão das escolas.

Entretanto, não se ficam por aqui os problemas do ISEF. É

certo que, neste momento, a institucionalização da gestão democrática é o grande objectivo que une e mobiliza toda a escola e sem o qual nenhum dos seus actuais problemas poderá ser positivamente encaminhado.

Uma reestruturação contra os estudantes e o País

Mas, no calor da contestação à vigência do regime de instalação, o Conselho Científico aprovou uma reestruturação dos planos de curso do Instituto, que os estudantes, bem como as associações de profissionais de educação física, consideram atentatória dos seus direitos como dos interesses do País.

Uma estrutura curricular aprovada já no final de 1986 (depois de um processo altamente contestado) estabelecia duas áreas de formação na escola, a saber, a formação de licenciados habilitados para o ensino da educação física e a formação de licenciados em desporto, dança, ergonomia, educação especial e reabilitação. Já na altura se contestava a pertinência deste plano, considerando-se que a segunda área de formação aberta não correspondia efectivamente a uma necessidade efectiva do mercado de trabalho, conduzindo aqueles jovens, a breve prazo,

ao desemprego, ou ao ingresso na carreira docente sem uma adequada formação para o efeito.

A reestruturação agora aprovada no Conselho Científico e que Melo Barreiros de imediato enviou para o Ministério, eliminando pura e simplesmente a área de formação de professores e tornando o ISEF numa verdadeira escola de alta competição, é entendida como um reconhecimento implícito do falhanço da anterior reestruturação.

No entanto, o que está em causa em todo este processo é «a destruição da educação física como parte integrante do processo escolar e educativo das crianças e dos jovens». Bastará para isso dizer que, «das 107 escolas preparatórias e secundárias que foram construídas nos últimos anos, «nenhuma tem instalações mínimas de educação física».

Do argumento que tal reestruturação corresponderia a uma importante inovação no ensino da educação física, Melo de Carvalho, ex-director-geral dos Desportos afirmava recentemente que tal reestruturação era feita «ao arripio da tendência que se desenha internacionalmente».

Resta acrescentar que este plano de reestruturação, na opinião de muitos estudantes e professores enquadra-se na estratégia do presidente da Comissão Instaladora com vista à perpetuação da sua posição dentro de uma escola construída à sua (e não só) imagem tal como ele próprio a entende.

Quanto à atitude do ministro de Educação, não é segredo para ninguém que esta reestruturação, ao empurrar para as Escolas Superiores de Educação a formação de professores em educação física, enquadra-se perfeitamente dentro da sua política, atentatória dos interesses nacionais. Contudo, até agora, não se conhece qualquer posição pública sobre o assunto. Entretanto, a luta pela gestão democrática continua. É esse, neste momento, o aspecto que mobiliza o ISEF. Sem uma verdadeira gestão democrática, não é possível discutir, de facto, qualquer reestruturação do ISEF de forma a que, cada vez mais, ele possa satisfazer as necessidades de desenvolvimento do País nesta área.

Nacional



Praça da Liberdade

O chefe Belmiro e a exploração sem fronteiras

Belmiro de Azevedo, chefe do grupo SONAE fez distribuir há tempos uma riquíssima brochura, publicação cara, sofisticada, feita para vender uma imagem do grupo e do seu chefe, para aplanar terrenos para uma expansão que não parou ainda.

Publicação esmerada mas que não evita estereótipos, soluções ridículas e pretensiosas, afirmações «significativas».

A mensagem do presidente (encabeçada pela sua fotografia, em majestática postura), disserta, com um inacreditável tom de seriedade, sobre a «cultura SONAE» e o «homem SONAE».

O livrinho esclarece que o «homem SONAE» ou é «líder ou candidato a líder», que evolui «do estágio de competência técnica para o estágio de homem culto em geral» e outras pérolas de quilate semelhante.

Afirma que a SONAE quer «evoluir para o conceito de empresa moderna» e que quer ser uma empresa «para o século XX» — o que é, convenhamos, uma modesta ambição, a escassos 13 anos do século XXI...

Lança mais algumas frases bonitas: «gerir terá de ser comunicar». «O nosso estilo será o da gestão aberta, o da comunicação». «O progresso estará ao nosso alcance». Propõe-se «dinamizar a economia. Promover o bem-estar». Define-se «como um conjunto de PME's». Cita mesmo um poeta.

Mas o texto tem os seus deslizos. Confessa que o objectivo do chefe é constituir «novos centros de lucros», que «privilegia o investimento financeiro como meio de controlo de novas empresas» na mira de conseguir a «liderança em sectores-chave da economia» e reconhece que a sua base de partida foi «o grupo Pinto de Magalhães, constituído pelas empresas que foram caindo na órbita do BPM».

É assim. Não há «design» nem técnica de publicidade capazes de ocultar a verdade.

O grupo SONAE nasceu sobre os destroços de empresas sacrificadas no processo de concentração do capital. Cresceu à sombra da política de recuperação capitalista. Floresce sobre a exploração dos trabalhadores, sob a capa protectora de órgãos do poder na roleta dos jogos sujos da alta finança e sobre a ruína de centenas de pequenos empresários, como ainda há semanas aqui denunciámos a propósito do Hipermercado Continente.

O grupo SONAE é um grupo monopolista nascente, pontade-lança em Portugal de vários grupos transnacionais — Promodehs (comércio a retalho), Sheraton (hotelleria), Lorimar Teletellectures Corporation (publicidade), I.Z. Frozen Foods e Foodimpex (comercialização de congelados), Oppenheimer European Trust — um dos elementos com que o imperialismo tenta sujeitar os trabalhadores e os interesses de Portugal.

O chefe Belmiro de Azevedo, esse é, hoje, o agente sócio de grandes capitalistas estrangeiros, como foi no passado o pau mandado de Afonso Pinto de Magalhães.

O «homem-SONAE» não tem fronteiras e, necessariamente não fala Português. Como gosta de dizer, é um «leader», cria muitas «Joint-Ventures», sempre associado a convenientes «partners»...

A «cultura SONAE» pode apreciar-se no Hipermercado Continente com centenas de trabalhadores contratados a prazo, cumprindo horários excessivos, sujeitos a uma disciplina férrea, muitos deles alugados à hora à empresa Manpower, fornecedor de mão-de-obra, sem quaisquer direitos. Dá afinal pelo velho nome de... exploração capitalista.

■ AG

Terra

Governo persiste na ofensiva contra a Reforma Agrária

Enquanto em Avis o MAP ameaçava a intenção de entregar uma reserva de 163 hectares (59 mil pontos) da Cooperativa 29 de Julho, de Aldeia Velha, o Secretariado das UCP's/Cooperativas Agrícolas do distrito de Portalegre afirmava a disposição de realizar uma marcha até Lisboa caso não cesse a ofensiva em curso contra a Reforma Agrária.

Segundo o Secretariado das UCP's/Cooperativas de Portalegre, o Governo actual destruiu já oito unidades cooperativas e cerca de quinhentos postos de trabalho, lançando no desemprego cer-

ca de oitocentos trabalhadores.

Entretanto, uma delegação das autarquias da zona de intervenção da Reforma Agrária, que integra os presidentes das Câmaras de Montemor, Mora, Arronches, Castro Verde, Grândola e Coruche, encontrou-se com um conjunto de entidades oficiais para apresentação das suas preocupações e tomadas de posição sobre a situação que se vive naquela região.

Depois dos encontros que manteve com os presidentes da Assembleia da República, Supremo Tribunal de Justiça, Tribunal

Constitucional, Supremo Tribunal Administrativo e com o Comandante-Geral da GNR, o Provedor da Justiça e representantes dos grupos parlamentares do MDP/CDE, PCP e PS e Comissão Parlamentar de Agricultura, a delegação divulgou um comunicado onde se afirma que aquelas entidades «mostraram-se sensibilizadas com a grave situação social e económica que se vive na zona da Reforma Agrária». A delegação de eleitos das autarquias aguarda a concretização de entrevistas com o Presidente da República e o Primeiro-Ministro.

IV Encontro da Lavoura em Coimbra

Realiza-se no próximo dia 15 em Coimbra, no Pavilhão dos Olivais, o IV Encontro das Organizações da Lavoura promovido pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), organização que agrupa 460 organizações de agricultores, a maioria dos quais do Norte e Centro. Para Joaquim Casimiro e António Mendes da Cruz, da direcção da CNA, os trabalhos preparatórios a decorrer desde há um mês garantem que este será «um grande encontro».

O documento preparatório, em debate entre os agricultores, segundo foi divulgado em conferência de imprensa realizada na passada sexta-feira, aponta como reivindicação central das organizações da lavoura o empenhamento e desejo de que o desenvolvimento da agricultura se faça de acordo com a realidade agrícola nacional e no interesse dos agricultores portugueses e da economia nacional. Considera a CNA que a agricul-

tura portuguesa mantém-se há dezenas de anos estagnada e que a integração na CEE faz pensar novas ameaças sobre tal situação.

Para este encontro foram, entretanto, convidados o Presidente da República, a Comissão Parlamentar de Agricultura e o bispo de Coimbra, além de organizações congéneres da Europa, nomeadamente da Itália, Espanha, Grécia, França, Bélgica, Holanda e Irlanda.

Mais verbas para freguesia de Gaia

Por proposta da APU

A aprovação, no Orçamento da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia para o ano de 1987, do montante de 382 mil contos para distribuir pelas 24 freguesias do concelho, é uma importante vitória das forças políticas que defendem uma verdadeira descentralização do poder autárquico.

Por proposta da APU, com votos do PSD e, estranhamente, do PRD, a verba inicialmente avançada foi acrescida de mais 80 mil contos, ficando igualmente claro que os 380 mil contos orçamentados serão, na totalida-

de, entregues às freguesias e a estas caberá estabelecer prioridades na sua aplicação.

Na verdade, o PSD preparava-se para manipular, no decorrer do ano, um autêntico saco azul de 110 mil contos e impor assim a continuação da política de chapéu na mão, prática deste e dos anteriores executivos da Câmara.

A aprovação da proposta da APU, que obteve o apoio do PS, representa um importante passo para a resolução de algumas das carências com que se debatem as freguesias, com particular

destaque para obras de reconstrução ou reparação das suas sedes, melhoria das redes viárias, apoio à infância e à terceira idade.

O PSD, que detém a presidência da Câmara, deu já a entender que tudo fará para desrespeitar o que por maioria foi decidido. Cabe agora aos eleitos das forças democráticas, juntamente com as 24 juntas de freguesia e o apoio das populações, exigir que se leve à prática esta importante vitória do poder local democrático.

Internacional

Conclusões soviéticas sobre morte do presidente Machel

O desastre do avião «TU-134» que provocou a morte do presidente Samora Machel foi o resultado de uma acção de sabotagem cuidadosamente planeada e preparada, pelo que constitui um gravíssimo crime internacional que deve ser veementemente condenado pela comunidade mundial — afirmou a semana passada o vice-ministro da aviação soviética, Ivan Vassine, em entrevista à Novosti. A acusação baseia-se numa série de factos apurados pela comissão tripartida (URSS, Moçambique e África do Sul) encarregue de investigar as causas do desastre, constituindo ao mesmo tempo um desmentido das «conclusões» recentemente divulgadas unilateralmente pela África do Sul.

Segundo o vice-ministro soviético, a referida comissão apurou, nomeadamente, que a 150 metros do local onde foram encontrados os destroços do avião, na África do Sul, tinha estado um acampamento fechado tipo militar, abandonado no dia seguinte ao do sinistro, segundo depoimento de testemunhas. É de salientar que as autoridades sul-africanas não prestaram qualquer esclarecimento sobre este assunto.

Por outro lado, os peritos da comissão tripartida, após terem analisado as gravações das «caixas negras» do avião, destacaram uma frase-chave do navegador em resposta à observação do comandante de bordo sobre a viragem de 37 graus à direita, que levou o aparelho a desviar-se da sua rota: «é para ali que o «vor» aponta»; como sublinha Ivan Vassin, o «vor» é a sigla inglesa que designa o rádio-farol de alta frequência, logo, não restam dúvidas de que a mudança

de rumo, de 184 para 221 graus, ocorreu devido a um sinal fornecido ao avião por um rádio-farol terrestre.

Um sinal que afastou deliberadamente o avião em que viajava Samora Machel da sua rota, provocando o acidente que o viria a vitimar.

O facto de, como a comissão tripartida também constatou, os exames laboratoriais das componentes electrónicas do sistema de orientação de bordo do aparelho terem confirmado que o sistema estava rigorosamente ajustado à frequência do «vor» de Maputo, conduz inequivocamente à conclusão de que o avião recebeu, na frequência do «vor» de Maputo, uma informação falsa que o levou a desviar-se da rota normal para uma zona montanhosa.

O vice-ministro soviético da aviação civil fez ainda notar que a existência de um rádio-farol falso na zona do acidente foi confirmada por outros factos, no-

meadamente um avião de carreira «Boeing 737-200» das «LAM», que seguia da Beira para Maputo com 50 minutos de atraso em relação ao avião de Samora Machel, que se desviou igualmente em quarenta quilómetros para a direita da rota normal, entrando na zona do desvio do avião presidencial. O «Boeing» teria evoluído até ao local do acidente se não houvesse recebido ordem para regressar ao aeroporto de partida devido ao encerramento da zona do aeroporto da capital moçambicana. É de convir que para «coincidência» é excessivo!

A posição assumida pela África do Sul quando todos estes elementos já eram conhecidos mais não faz do que avolumar as suspeitas sobre a sua responsabilidade no criminoso acidente que vitimou Samora Machel. Com efeito, como recordou o responsável soviético à Novosti, no início da investigação do acidente cada uma das partes da comissão comprometeu-se a cumprir as regras e os procedimentos estipulados no suplemento n.º 13 à convenção de Chicago de 1944, que descreve as recomendações da Organização Internacional de Aviação Civil (ICAO) sobre os inquéritos e acidentes aéreos.

Ora, como refere Ivan Vassin, o material recolhido foi discutido em conjunto, sintetizado e acordado, mas, em 19 de Janeiro, dia da assinatura de um pro-

coloco trilateral sobre o relatório que reuniu todas as informações obtidas, os representantes da África do Sul, a despeito do seu anterior compromisso de respeito pelas regras da ICAO, recusaram-se categoricamente a prosseguir, no âmbito da comissão, a elaboração de um relatório final que, além do material nele inserido, deveria conter a análise desse material e as conclusões sobre as causas do acidente.

Em total desrespeito para com as normas internacionais, as autoridades sul-africanas decidiram, unilateralmente, entregar a tarefa de elaboração da acta final da investigação não à comissão tripartida mas a um tribunal especialmente constituído na África do Sul para o efeito, que incluiu representantes dos EUA e da Grã-Bretanha (dois aliados muito especiais do regime racista).

A ilegalidade de tal procedimento, obviamente destinada a «concluir» que o acidente se deveu a «erro humano», ilibando desta forma os racistas sul-africanos de um crime imperdoável, forçou a parte soviética a fazer uma análise própria do material disponível e, como disse Ivan Vassin, a extrair uma conclusão própria sobre as causas do acidente.

Uma conclusão que os factos confirmam. Samora Machel foi assassinado. Um crime a que a comunidade internacional não pode ficar indiferente.

SWAPO intensifica luta de libertação

Sam Nujoma, presidente da Organização de Libertação do Sudoeste Africano, reafirmou recentemente a firme decisão da SWAPO de continuar de forma consequente a luta para libertar a Namíbia do poder do regime racista sul-africano. Em entrevista concedida à ADN, Sam Nujoma disse que a intensificação da luta de libertação armada é presentemente o método mais eficaz contra a violência e o terror do regime de Botha, não obstante a SWAPO estar disposta a estabelecer tréguas com a África do Sul se forem criadas as condições para a aplicação das decisões da ONU sobre a independência da Namíbia, com base em eleições livres e democráticas.

Classificando todas as sanções contra a África do Sul como um meio eficaz para combater a política de ocupação e agressão do regime de apartheid, Sam Nujoma disse que tais medidas são simultaneamente um encorajamento para o povo namibiano na sua justa luta de libertação; neste contexto, apelou aos países do ocidente para corresponderem às exigências feitas pela ONU, pelos Não-Alinhados e pela Organização de Unidade Africana (OUA) de aplicação de sanções eficazes contra Pretória.

Na referida entrevista, o dirigente da SWAPO criticou ainda a chamada política de «engajamento construtivo» seguida pelos EUA em relação à África do Sul, considerando que tem apenas como objectivo disfarçar a nível internacional os crimes do regime de apartheid.

Nicarágua vai aumentar exportações

O ministro do Comércio Externo da Nicarágua, Alejandro Martinez Cuenca, afirmou a semana passada que o objectivo prioritário do desenvolvimento da economia do país, no corrente ano, é o de aumentar a produção agrícola exportável.

Através da produção de artigos de exportação tradicionais e não tradicionais, disse, o país planeia elevar a exportação em um terço, fazendo com que as respectivas receitas atinjam os 320 milhões de dólares. Recordar-se que o café é actualmente a principal fonte de divisas da Nicarágua, pelo que constitui um dos alvos preferidos dos ataques dos contra-revolucionários; no entanto, as autoridades sandinistas prevêm o reforço da exportação com a venda de algodão (43 mil toneladas) e do açúcar (90 mil toneladas), ao mesmo tempo que planeiam o aumento considerável da produção e venda de bananas, sésamo, carne, produtos do mar e madeiras.

Segundo o ministro, a Nicarágua conta nesta matéria com a ajuda dos países socialistas, em particular a URSS, a RDA e a Bulgária, que absorvem 40 por cento do volume total do comércio externo nicaraguense.

Centenas de prisões em Seul

A polícia sul-coreana prendeu mais de 800 pessoas no passado sábado, durante as manifestações de protesto contra o regime ditatorial e o assassinio de um estudante torturado na prisão até à morte. Segundo fontes da oposição, participaram nas manifestações, a nível nacional, centenas de milhares de pessoas.

De acordo com os dados oficiais, só em Seul, onde foi proibido um serviço religioso em memória do estudante morto, que mobilizou mais de vinte mil pessoas, foram efectuadas 475 prisões.

Eleições no Haiti

O general Henry Namphy, presidente do Conselho Nacional do Governo do Haiti, prometeu a realização de eleições municipais, presidenciais e legislativas ainda este ano, numa cerimónia que assinalou o primeiro aniversário do derrube da ditadura de Jean-Claude Duvalier. Ignora-se ainda em que condições a anunciada ida às urnas se efectuará, tendo em conta as profundas tensões políticas existentes no país e as repetidas acusações às autoridades de impedirem a instauração de uma verdadeira democracia no Haiti.

Entretanto, a «Associated Press» anunciou em Nova Iorque que o ex-ditador Duvalier e colaboradores roubaram, enquanto governaram o país, pelo menos 120 milhões de dólares ao erário público e aos chamados «fundos de filantropia». Citando dados de uma investigação internacional, a agência afirma que os membros do clã Duvalier não hesitavam em cobrir os seus gastos pessoais com dinheiro de qualquer organização estatal, incluindo o banco central do Haiti.

Reunião para a Unesco em Luanda

Realizou-se a semana passada, em Luanda, a primeira reunião das comissões nacionais para a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP).

Os delegados de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe analisaram, entre outros temas, a questão da «Unesco e o apartheid», «Direitos humanos e direitos dos povos», bem como a «Cooperação com o secretariado geral e os bureaux regionais». De acordo com o delegado de Angola, Venâncio de Moura, a reunião marca uma nova fase nas relações de cooperação dos «cinco» nos domínios da educação, ciência e cultura.

Filipinas

Tréguas chegam ao fim

As tréguas acordadas entre o povo das Filipinas e o Novo Exército do Povo (NEP) terminaram na segunda-feira com o fechar das portas ao diálogo por parte dos responsáveis governamentais, que recusaram o reatamento das negociações com os guerrilheiros de modo a prolongar o cessar-fogo.

De acordo com um comunicado divulgado no fim-de-semana pela Frente Democrática Nacional (FDN), organização política que representou os guerrilheiros nas conversações com o governo, o gabinete de Corazón Aquino recusou as condições básicas para o recomeço das conversações, não obstante elas definirem as linhas

básicas de acção que sempre estiveram presentes nas reivindicações do NEP. No essencial, essas exigências são a «supremacia do poder civil sobre as forças militares e militarizadas»; a aplicação de medidas que ataquem pela raiz os principais problemas da sociedade filipina; o compromisso governamental de abrir

uma via para «uma verdadeira solução» para o conflito político e militar como as forças guerrilheiras; e o reconhecimento da FDN como «entidade política».

Ao recusar esta plataforma de entendimento, o governo de Corazón Aquino, que repetidamente afirmou que o fracasso das negociações teriam como consequência a intensificação das operações militares contra a guerrilha, parece apostar na manutenção da guerra civil no país, o que está longe de poder contribuir para a estabilidade e democrati-

dade tão veementemente desejada pela maioria da população. Por outro lado, o anúncio de que o governo vai tentar estabelecer acordos parciais e pontuais com os guerrilheiros que abandonem a luta armada (a quem serão oferecidas terras e dinheiro), aponta para a implementação de um programa de divisão e isolamento do movimento guerrilheiro que se pretende liquidar sem que estejam minimamente garantidas quaisquer das reformas económicas, sociais e políticas que levaram à sua formação no tempo da ditadura de Marcos.

A não ser invertido este processo, está-se perante uma evidente vitória das forças militares que sempre se opuseram às negociações com o NEP e que privilegiavam as chamadas «soluções militares». O facto de as forças armadas filipinas terem entrado na situação de «defesa activa» mal terminou o prazo de tréguas (que de resto foi várias vezes desrespeitado), não deixa de ser elucidativo.

Num país onde, de acordo com a FDN, continuam no essencial a ser preservados os interesses do imperialismo norte-americano e da elite filipina tradicional, estas medidas não abrem perspectivas auspiciosas para a consolidação de uma verdadeira democracia.

problemas
de paz
e do
mundo

revista
internacional

revista dos partidos comunistas e operários

GANHE UMA VIAGEM A PRAGA
(para duas pessoas)

NO GRANDE CONCURSO DE ASSINATURAS
DA REVISTA INTERNACIONAL

concurso em duas modalidades:

• Divulgação • Assinaturas

CONCORRA... É TÃO FÁCIL!

Internacional

Líbano, as guerras alimentadas pelo imperialismo

Dramáticas são as notícias que nos vêm do Líbano. Notícias de vítimas de mais um autocarro armadilhado. De mais mortos nos campos de palestinianos cercados, onde já nada há para comer, e a situação vivida é inimaginável. Notícias dos jogos do imperialismo em torno dos sequestrados, vítimas de actos condenados e condenáveis de diferentes organizações confessionais.

Simultaneamente, ao largo, nas águas pacíficas do Mediterrâneo, cresce o aparato militar norte-americano. Com pequenas variações, os Estados Unidos alinham para mais de duas dezenas de navios de guerra, incluindo porta-aviões, frente às costas libanesas. Nos primeiros dias deste mês, o jornal «Washington Post» revelava que os Estados Unidos já haviam elaborado planos pormenorizados para um eventual ataque contra o Líbano: «Meios oficiais da administração Reagan reconheceram que nos porta-aviões "Nimitz" e "John F. Kennedy" que navegam nas águas do Mediterrâneo Oriental, há planos para bombardear dezenas de alvos no Líbano, caso o presidente Reagan tome a decisão de efectuar uma acção militar».

Um país devastado

Um terço dos operários libaneses recebe o salário mínimo, o que significa que, num mês de trabalho, ganha o equivalente a um par de sapatos — 2250 libras. Segundo os cálculos da central sindical Feñasol, para que uma família de cinco pessoas (uma média vulgar no país) possa viver decentemente são necessárias 15000 libras.

Os problemas saltam à vista. Lado a lado os espectros da miséria e dos bombardeamentos. O desemprego assume proporções monstruosas. O produto interno bruto diminuiu este ano 10%. Um vertiginoso processo de degradação particularmente sensível após a invasão e ocupação de uma parte do território do país por Israel. Em fun-

ção da gravidade da situação que se vive no quotidiano, a população decrece sensivelmente. Em 1982, os libaneses eram 2,5 milhões. Segundo uma média normal de crescimento deveriam ter alcançado os 3 milhões. Hoje são apenas 2,3 milhões. Há naturalmente os mortos — uma centena de milhar. Mas não só — calcula-se em cerca de 850.000 os que abandonaram o país nos últimos 10 anos.

Números que reflectem uma realidade extremamente difícil. Um país parcialmente ocupado por Israel, e que vive no dia-a-dia as provocações e mesmo bombardeamentos das forças de Tel-Aviv. As provocações das milícias fascistas alimentadas por Israel. E onde as lutas de classe, os interesses em confronto, são atravessados por conflitos étnicos e religiosos habitualmente utilizados pelas forças da reacção.

A batalha fundamental opõe as forças patrióticas e progressistas, que lutam pela libertação do país, pela independência, pela unidade, pela integridade

territorial, pela democracia — e as forças reacçãoárias e fascizantes.

Um quadro que as diferenças religiosas e étnicas referidas, exacerbadas e utilizadas muitas vezes pela reacção, tornam particularmente complexo.

Mais ainda porque na vida do povo libanês pesam de forma determinante os factores externos, o empenhamento do imperialismo em atiar tensões e conflitos, angariar pretextos para aumentar sempre a presença militar e justificar mais armas. Pelas mesmas razões com que atiou — e continua a atiar — a guerra Irão-Iraque.

Trata-se de utilizar problemas internos de cada país, organizações com uma prática terrorista, diferendos entre nações. Tudo serve para avançar terreno. Impor realidades políticas favoráveis aos interesses das multinacionais, alimentar a tensão internacional e os lucros dos fabricantes de armas, «justificar» a sua presença militar por toda a parte.

E o que também não é pouco



A luta nas zonas ocupadas por Israel é uma constante

importante: desviar atenções da gravidade dos problemas socioeconómicos que se vivem nos próprios Estados Unidos.

EUA, política de força

Marlin Fitzwater, novo porta-voz da Casa Branca, declarou que a esquadra americana está na zona do Mediterrâneo e do Golfo «para proteger os interesses estratégicos dos Estados Unidos e dos seus amigos». Shultz, secretário de Estado norte-americano, ameaça com a uti-

lização da força militar no Líbano. Weinberger, secretário da Defesa, faz afirmações à televisão britânica, segundo as quais a presença militar dos Estados Unidos no Mediterrâneo poderá ser «aumentada» em caso de «necessidade».

Ameaças ditadas por um espírito imperial. Ao arripio da realidade contemporânea. Mas com bases reais bem concretas.

Os Estados Unidos dispõem na zona, entre bases e instalações militares diversas, mais de 200 pontos de apoio, nomeadamente na Grécia, Turquia, Itália e Espanha.

Além disso, na Itália, Grécia e Turquia, os Estados Unidos possuem entre 1000 e 1500 cargas nucleares que podem ser disparadas por mísseis «Lance» e «Honest John» e ainda por canhões de 155 e 203 milímetros.

O Pentágono dispõe ainda do direito de usar bases noutros países do Mediterrâneo Oriental, formalmente conservadas sob controlo nacional — Israel, Egipto e na zona Norte de Chipre, ocupada pela Turquia.

Nas bases do Mediterrâneo e nos navios da 6.ª Esquadra encontra-se instalado o escalão de vanguarda das FFAA americanas com um efectivo total de 65 mil homens.

São factos muito concretos. Que testemunham da vontade política, por parte dos EUA, em impor militarmente a sua vontade na zona. E que constituem um pano de fundo, uma realidade sempre presente na vida dos povos da zona, uma ameaça que condiciona e cria sérios obstáculos à solução política dos problemas pendentes.

Os dramas do Líbano, como dos povos do Irão e do Iraque, devem muito à «defesa dos interesses estratégicos» de Washington.

Estudantes espanhóis a luta continua

Mais uma semana de greve geral dos estudantes espanhóis, que culmina amanhã com uma marcha sobre Madrid. Este o desenvolvimento mais recente de um já longo processo de luta, que tem como objectivo essencial abrir a Universidade, reservada, pelo seu preço e por múltiplos obstáculos selectivos, a uma pequena minoria.

O movimento de protesto dos estudantes espanhóis foi desencadeado em Dezembro. Em meados do mês eram já um milhão e meio, entre os 15 e os 20 anos, em greve. A revolta abarca de facto toda a Espanha, com manifestações na maioria das capitais do país, e unindo assim num mesmo processo jovens que vivem as diferentes, e por vezes conflituosas, realidades regionais.

Em Dezembro ainda, e em dias sucessivos, mais de um milhão de jovens sai às ruas de Madrid, Barcelona, Valência, onde se registaram as maiores concentrações. Mas também em pequenas cidades, como Segovia, Burgos e Zamora, se viveram os maiores movimentos populares dos últimos anos.

Dia 17 de Dezembro é um momento culminante neste processo. O protesto estudantil paralisou praticamente todo o ensino público.

Comentando as grandes jornadas de luta de 17, um porta-voz da Coordenadora dos Estudantes (uma das organizações que encabeça a luta) diria tratar-se do «culminar de todas as mobilizações que se têm vindo a desenvolver desde 1984 tendo como razão de ser os não admitidos (na Universidade), a subida das propinas e contra a selectividade».

O porquê

Quais são as reivindicações que levaram à luta os estudantes espanhóis?

A mais sensível, em particular para os estudantes do secundário, diz respeito ao livre acesso ao ensino superior. Os jovens grevistas pedem a supressão de um exame de admissão, com carácter eminentemente selectivo. Reclamam o congelamento, numa fase inicial, e posteriormente a redução das propinas. Reivindicam ainda que seja atribuído, aos filhos de famílias com menos capacidade financeira, o equivalente ao salário mínimo legal.

Em termos gerais os estudantes reivindicam um aumento dos créditos do Estado para a educação, e simultaneamente uma redução do orçamento militar. Reivindicam ainda que seja atribuído, aos filhos de famílias com menos capacidade financeira, o equivalente ao salário mínimo legal.

E finalmente, tanto no ensino secundário como superior, avançam a reivindicação de um subsídio de desemprego para todos que saíam das escolas e não encontram trabalho. De salientar que entre os três milhões de desempregados, 21% da população activa de Espanha, um terço tem menos de 20 anos.

Na base destas exigências — aliás, nas suas linhas gerais, comuns à juventude dos diferentes países capitalistas da Europa — o sistema de ensino espanhol, profundamente selectivo. A percentagem de filhos de operários e de camponeses que conseguem chegar à Universidade praticamente desapareceu das estatísticas — é de 1%. A partir dos catorze anos de idade são centenas de milhar de jovens que saem do sistema escolar, definitivamente. Com que perspectivas?

Entre as promessas eleitoralistas de Felipe Gonzalez em 1982, os jovens manifestantes destacam hoje: «Quero que no futuro, se lembrem do governo socialista antes do mais pela sua gestão do ensino». Não restam dúvidas de que tal memória ficará. Mas pelo que de negativo foi feito. Pela preservação de um sistema universitário aristocrático, quase inalterado depois do franquismo.

A repressão

No dia 23 de Janeiro, uma jovem foi gravemente ferida a tiro. Jornadas de luta houve em que os feridos ultrapassaram a centena. Apenas alguns dados representativos da enorme violência repressiva desencadeada contra os estudantes. Com pretextos: as provocações de grupos fascistas infiltrados (aliás já previamente conhecida), a realização de uma manifestação não autorizada. Ou simplesmente sem pretexto nenhum. Carros de água, matracas, balas plásticas, são lançadas contra estudantes. Há cargas policiais que se prolongam por três horas (o que



Repressão — a «resposta» do governo do PS de Espanha às reivindicações estudantis

também testemunha da resistência estudantil). Reprimem-se as manifestações exigindo um ensino aberto. Reprimem-se as manifestações contra a repressão. Os factos são claros — como as imagens que nos vêm das manifestações estudantis — o governo socialista de Gonzalez apostou de forma preferencial na polícia para «responder» às justas exigências estudantis. Como salientou Jesus Montero, dirigente da Juventude Comunista Espanhola, «toda esta geração tem um sentimento de frustração para com o governo, que prometeu uma política de mudança e continuou a fazer o que fazia a direita».

Uma experiência comum não só aos jovens, mas a todos os trabalhadores de países capitalistas. Não por acaso se tem vindo a registar em simultâneo acções de solidariedade dos trabalhadores, de par de lutas por reivindicações próprias. Nestes mesmos dias os professores lutam pela melhoria do ensino e pelos seus interesses especifi-

cos. Enquanto os camponeses exigem «trabalho sim, esmolas não», quando se manifestam contra a lei da reforma das condições para a obtenção do subsídio de desemprego.

Visita à Bulgária e à Hungria

O camarada Albano Nunes, membro do Comité Central e responsável da Secção Internacional do PCP, efectuou visitas de trabalho à Bulgária e à Hungria.

Na Bulgária, onde permaneceu de 26 a 29 de Janeiro, Albano Nunes foi recebido por Dimitir Stanichev, membro do Bureau Político e do Secretariado do PCB e teve conversações com Boiko Dimitrov, vice-chefe da Secção Internacional do CC do PCB.

Na Hungria a visita decorreu de 29 a 31 de Janeiro. Albano

Nunes foi recebido por Mátyás Szúros, membro do Secretariado do POSH, e realizou conversações com Géza Kótai, membro do CC e chefe do Departamento Internacional do PSOH, e Attila Gecse, vice-chefe do mesmo Departamento.

Estas visitas realizaram-se no âmbito das relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Búlgaro e o Partido Operário Socialista Húngaro, respectivamente.

Internacional

Explosões no Nevada

o «jogo perigoso» do militarismo

Hoje, um «simples» submarino tipo «Ohio» tem um poder de fogo igual ao utilizado durante toda a Segunda Guerra Mundial, e que, como é sabido, teve o terrível saldo humano de 50 milhões de mortos. Um exemplo, entre muitos outros possíveis, a lembrar-nos a gravidade da escalada em curso. É possível, actualmente, e não tendo em conta todos os outros efeitos, que levariam à destruição do nosso planeta, como ele existe hoje — a morte num curtíssimo lapso de tempo, e utilizando um só elemento do imenso aparelho de guerra, de tanta gente quanto a que foi exterminada em 6 anos.

São dados objectivos a lembrar-nos que algo de fundamental mudou.

Algo de fundamental mudou. Mas não em Washington. Como o prova o primeiro teste já realizado no Nevada. Esse o perigo. Essa a questão central a que se impõe dar resposta, utilizando todas as armas ao nosso dispor.

«Hazebrook»

«Hazebrook» é o nome de código do primeiro ensaio nuclear realizado pelos Estados Unidos neste novo ano de 1987, no polígono do Nevada. Dia 3 de Fevereiro, dois dias antes da data inicialmente anunciada. A 25.ª explosão nuclear realizada pelos Estados Unidos nos 547 dias da moratória unilateral soviética, e que, conforme havia sido anteriormente anunciado pela URSS, põe termo automaticamente a essa mesma moratória.

Para além deste primeiro teste nuclear, está já anunciado todo um programa de novas explosões a realizar de seguida no Nevada. A Casa Branca anunciou, mesmo antes de dia 3, as datas de novos ensaios: 12 de Fevereiro, 16, 17 e 26 de Março e dia 1 de Abril. Um programa global que tem a ver com o geral aperfeiçoamento do armamento nuclear (o que já seria gravíssimo), mas também com o novo passo na escalada armamentista no sentido de um novo salto qualitativo — a militarização do espaço. E Washington, nesse domínio, demonstra estar com muita, muita pressa, no esforço de criar situações irreversíveis, antes que o movimento pela paz cresça até às proporções necessárias para impor a viragem para a desmilitarização. Diferentes declarações de responsáveis norte-americanos vão no sentido do início da instalação gradual do sistema antimísil, já em princípios da década de 90.

Este o carácter da provocação aos povos do mundo. Esta a dimensão do desafio a todos nós.

O que não mudou...

No Outono de 1945, nos Estados Unidos, eram formuladas as primeiras directrizes no sentido de levar à prática as pretensões de Washington ao domínio mundial. Concretamente, apontava-se para «o desenvolvimento de uma poderosa máquina de guerra e integração da política externa, económica e militar, face ao «conflito global entre o Leste e o Ocidente».

A filosofia era já então a mesma hoje seguida e propagandeada. Dentro desta mesma orientação, em Julho de 46, realizavam-se os primeiros ensaios norte-americanos em tempo de paz,

para o que observadores estrangeiros foram convidados para o atol Bikini, no Pacífico. Esta era também (e as similitudes de acção saltam à vista) a resposta de Washington ao projecto soviético de uma convenção internacional proibindo a produção e utilização de armas atómicas, apresentado à Comissão de energia atómica da ONU. Simultaneamente estava em elaboração o plano Drophot, um dos mais detalhados planos de agressão à URSS. Na base deste plano um ataque preventivo de destruição do potencial militar soviético. O «primeiro golpe», também hoje nos planos de Washington, nomeadamente através dos planos de militarização do Cosmos.

Em síntese — a política do imperialismo permanece a mesma. São idênticas as pretensões de domínio, como o sonho velho de destruição do socialismo. Como instrumento fundamental: a superioridade militar — perdida —, uma estratégia de tensão permanente, o alimentar do espírito do «império do mal», que naturalmente tem a sua cabeça em Moscovo...

Não mudou a política. Mas mudou a realidade objectiva e subjectiva.

Referimos o exemplo do submarino «Ohio» — uma amostra apenas da actual capacidade de autodestruição, que só por si esvazia de sentido qualquer aposta no poder militar. Porque é a aposta no suicídio.

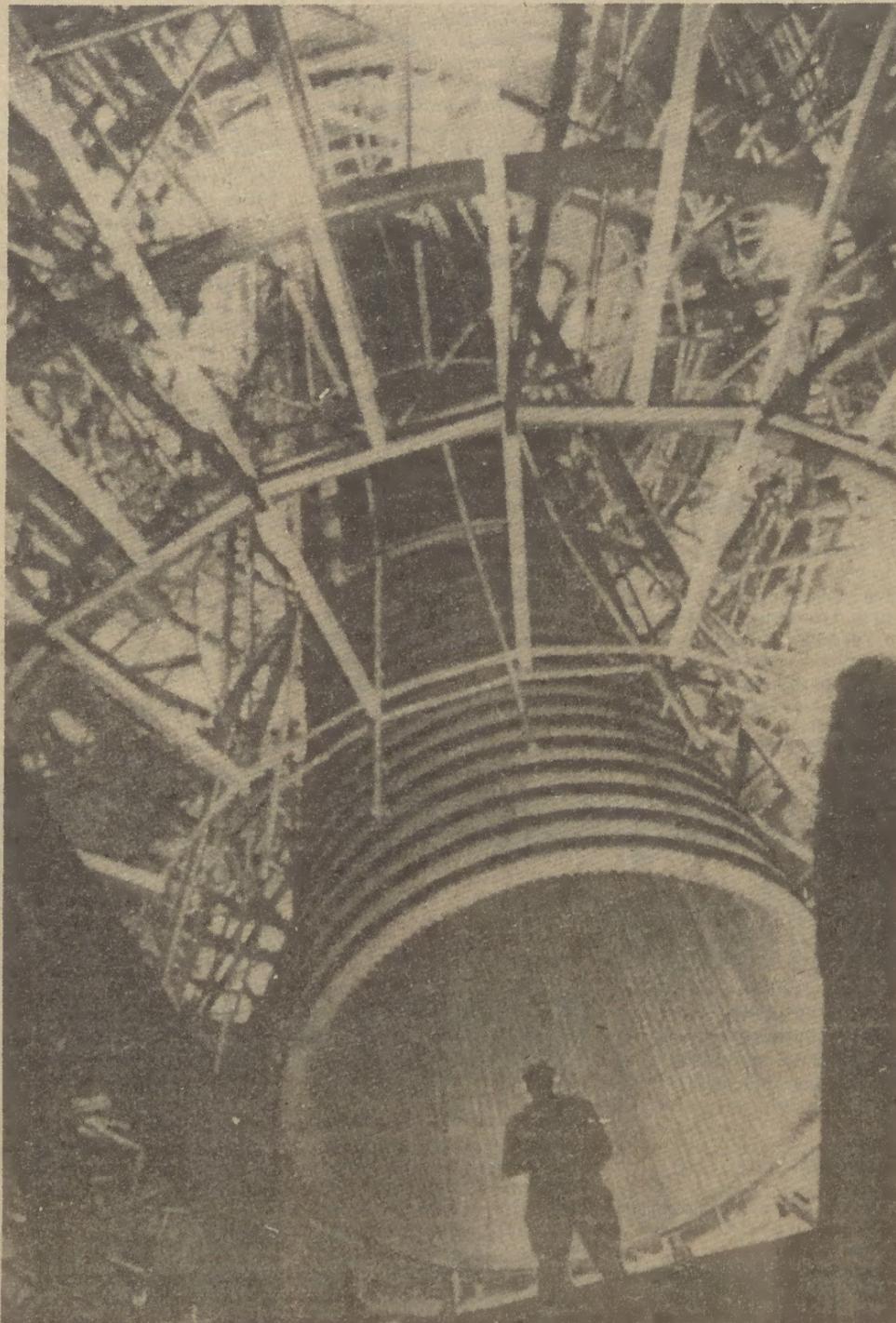
Há que salientar ainda o carácter ímpar do actual movimento de paz, a revolucionária ofensiva do socialismo (em particular da URSS) nesse domínio, a consciência crescente de que não têm saída os caminhos trilhados pelo militarismo.

... mas é possível mudar

O teste nuclear de dia 3 — o primeiro do ano de 1987 — só foi realizado depois de a polícia ter dispersado milhares de manifestantes que se concentraram junto ao polígono do Nevada. No dia seguinte, nova manifestação junto do polígono do Nevada, em que nomeadamente participaram congressistas, cientistas, intelectuais. O conhecido cientista norte-americano Carl Sagan foi aí uma vez mais preso.

Ainda nos Estados Unidos sucedem-se tomadas de posição contra a continuação dos testes nucleares.

A organização pacifista «Rocky Mountain Peace Center», re-



Num sítio de ensaios para mísseis nucleares MX, em Tullahoma, no Tennessee, Estados Unidos. A escalada do aperfeiçoamento armamentista continua

ferindo-se à explosão de dia 3, alerta — «este passo descarado da administração Reagan pode afastar de vez a possibilidade de celebrar um acordo relativo à proibição total e universal de armas nucleares».

Em Nova York, Bernard Lawn, co-presidente do movimento internacional «Médicos do mundo pela prevenção da guerra nuclear», divulgou uma declaração em que se assinala ter existido «a oportunidade de dar o primeiro passo sensato. A União Soviética absteve-se, ao longo de um ano e meio de explosões nucleares e continuaria a proceder dessa maneira se os EUA não efectuassem ensaios nucleares. Porém, a aspiração perversa a novas armas de extermínio em massa venceu o bom senso».

Na RFA, imediatamente no dia a seguir à explosão no Nevada, milhares de pessoas se manifestaram em várias cidades do país — Vupental, Hanover, Franckfurt, Dortmund, Dusseldorf, Brema, Hamburgo. Uma resposta popular imediata à pro-

vocação da Casa Branca e do Pentágono.

Posições de denúncia e condenação vêm também da França, da organização pela proibição de armas nucleares na América Latina, do governo da Austrália. Um pequeno punhado de exemplos cobrindo organizações e realidades muito diferentes — dos comunistas franceses ao ministério dos Negócios Estrangeiros de Camberra.

O quadro actual não é simples, antes muito perigoso. Mas as perspectivas de alteração não são apenas imperiosas, mas possíveis. Está nas nossas mãos o esforço decisivo para impor essa alteração qualitativa da realidade internacional.

Da parte da União Soviética, a posição é conhecida. Após o teste de dia 3, e denunciando a descarada acção de Washington, o vice-ministro soviético dos Negócios Estrangeiros reafirmaria: «Quanto à moratória, estamos prontos, mesmo após o reinício dos testes, a voltar a esta ques-

ção se os EUA manifestarem a sua intenção de suspender as explosões nucleares. A resposta continua a ser da parte americana».

Será possível uma resposta positiva de Washington? Bem sabemos que até à data nem um único passo foi dado nesse sentido.

Vale a pena, entretanto, referir aqui as palavras de Hatfield, senador republicano pelo Estado de Oregon: «Os russos propuseram-nos comedimento no domínio nuclear e nós respondemos com um jogo perigoso «quem intimidar quem». Chegou a hora de pôr termo ao jogo de ensaios nucleares insensatos e começar, em vez disso, a acabar com o mito da «necessidade de contraposição nuclear». Hatfield anunciou ainda a intensão de apresentar em breve no Senado um projecto de lei que, segundo o senador, visará precisamente esse objectivo.

Um caminho incerto e difícil? Sem dúvida. Mas não temos outro.

(...)

«Um órgão na imprensa se nos tornava indispensável para denunciar ao povo português todas as tropelias, todas as maldades e todos os crimes que contra ele se praticam diariamente. Esse órgão será «Avante!» que surge da sombra da clandestinidade, mas que iluminará o caminho que o proletariado português deverá seguir para alcançar o poder político e económico do país, para alcançar a sua emancipação.

A política reaccionária de Carmona e seus cúmplices coloca todos os portugueses ante o dilema de escolher entre a guerra sem quartel às instituições e princípios que as sustentam, ou morrer ignominiosamente sob o seu despótico domínio, com o labéu infamante dos cobardes.

Perante estas duas perspectivas, o PCP opta pela primeira, certo de que traduz bem fielmente os desejos do povo trabalhador e daquela parte do exército que não renega a classe social a que pertence.

O PCP, a partir deste momento, ergue a sua bandeira revolucionária, ao grito de rebelião das massas escravizadas, recolhendo no seu seio todos os lamentos do povo português, que pede justiça contra os tiranos insensíveis, responsáveis do caos em que o país se encontra.»

(...)

«Ao proletariado de Portugal» — «Avante!», ano 1, n.º 1, 15 de Fevereiro de 1931)

«A Câmara Municipal de Setúbal quis impor aos comerciantes da cidade mais um imposto de 260\$00 (!) por cada telefonia existente nos estabelecimentos além dos 200\$00 que já pagam para a Emissora.

Os comerciantes formaram uma comissão que foi à Câmara protestar. O presidente baixou o imposto para 130\$00.

Comerciantes de Setúbal! A vossa luta foi já uma vitória. Mas, se continuardes a lutar, o imposto poderá ser anulado. Continuai, pois, a lutar até à sua abolição!»

(«Luta dos comerciantes de Setúbal» — «Avante!», VI série, n.º 211, Fevereiro de 1956)

«Embora a classe têxtil do Norte seja neste momento aquela onde o desemprego atinge maior gravidade, também noutros sectores ele ameaça a classe operária. Mas, onde a classe operária organiza uma luta enérgica e imediata, o patronato é obrigado a recuar.

Em S. João da Madeira fecharam todas as fábricas de chaparia, a pretexto de balanço. Os operários decidiram pedir o abono correspondente, o que levou os patrões a reabrir as fábricas, tendo numa delas os operários conseguido o pagamento de uma semana de salário durante o encerramento.

Em Verdemilho, região de Aveiro, fechou uma fábrica de serração mecânica. Os operários fizeram uma concentração na fábrica exigindo trabalho e enviaram ao delegado do INT uma exposição assinada por 95% dos operários, que estão decididos a continuar a luta também no Sindicato até a fábrica reabrir.

Na UEP foram despedidos em Janeiro 38 operários com 10 e 12 anos de serviço. No dia seguinte, todos os operários despedidos se concentraram no escritório e exigiram trabalho, salientando que disso dependia a sorte das 200 pessoas que compõem as suas famílias. Dois dias depois conseguiram trabalho, embora sem carácter efectivo. (...)

A experiência mostra que a luta e só ela pode pôr um freio ao desemprego.» (...)

(«Só a luta da classe operária deterá o desemprego» — «Avante!», VI série, n.º 211, Fevereiro de 1956)

Em Foco

Avante!

Ano 56 — Série VII
N.º 685
12 de Fevereiro de 1987
3.º Caderno
Não pode ser vendido
separadamente

56 anos

Completam-se agora os 56 anos de uma máquina de imprimir que iludia a vigilância da política fascista. Dela saíam umas páginas de papel que logo na primeira trazia palavras que por si só definiam o que a partir daí se ia passar com essa publicação.

No cabeçalho, o primeiro número do órgão central do Partido Comunista Português arvorava um título que, na singeleza de uma expressão, traduzia um programa: «Avante!»

Mais abaixo, intitulado o primeiro artigo, dizia-se afinal quem iria ser, ao longo do mais de meio século, o destinatário do «Avante!»: «Ao proletariado de Portugal».

Em rigor, não era — continuou a não ser — exclusivamente aos proletários portugueses que o «Avante!» se dirigia: exactamente porque sendo órgão do partido do proletariado, do partido da classe operária, não poderia deixar de ser muito mais vasto o público a que se dirigia, não poderiam deixar de ser muitos mais aqueles que o liam e continuam a ler.

Durante a noite fascista o «Avante!» foi a voz jamais silenciada da luta pela liberdade — uma luta pela liberdade de todo um povo. O fino papel, que a experiência clandestina acabou provando ser o mais indicado para conter as palavras que rompiam a barreira do silêncio e da mentira, transformou-se num sinónimo de combate, de verdade, de resistência. Nas páginas do «Avante!» clandestinamente impresso e clandestinamente distribuído foi a própria realidade do País e do povo que se tratou e se transformou. O «Avante!» não foi apenas o espelho de uma realidade que o fascismo escondia, ele próprio constituía um factor de transformação dessa realidade.

Foi o organizador, foi o orientador, foi o companheiro — foi, de facto, aquele andaime rodeando e tornando possível a construção do edifício do partido da classe operária, do próprio edifício da resistência e da vitória. Que, pelas mãos dos trabalhadores, dos democratas, dos comunistas, continua a ser, treze anos depois de Abril. ■

AVANTE!

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES: UNÍ-VOS!

ANO 1 — Número 1

Órgão Central do Partido Comunista (S. P. da I. C.)

15 de Fevereiro de 1931
PORTUGAL

AO PROLETARIADO DE PORTUGAL

CAMARADAS:

A persistente repressão que vimos sofrendo por parte do governo, apoiado em forças mercenárias, que têm como unico objetivo a satisfação da sua vaidade, o brilho dos seus galões, sem a menor consciencia pela dor e pela miseria que o povo sofre, levou o P. C. P a desenvolver uma maior acção revolucionaria, dispondo-o a lutar, sem desanimo, pelos sagrados direitos do proletariado português.

Impossibilitado de falar ou de escrever por uma censura estúpida, draconiana e caprichosa; perseguido por toda a parte, ao menor pretexto, sem pretexto até; o povo, cada vez mais, vexado e explorado, debatendo-se entre a miseria, proveniente do despotismo de uns tantos senhores, que detem a riqueza e o poder politico; e as injustiças, que são a característica de Portugal no momento presente, o povo, dizemos, vê-se obrigado a multiplicar as suas forças, afim de, terminar, violentamente, tudo quanto contribui para a sua miseria.

O P. C. P. não pode permitir, com a sua passividade, que as colonias se encontrem peçadas de deportados considerados indesejáveis em face das suas ideias politicas; que os parentes chorrem por mais tempo os entes queridos que morrem na deportação, ou de fome, os que conseguem manter-se na metropole; que o contribuinte continue suportando os impostos governamentais para recepções a reis que nunca chegam, ou para manter um exercito decorativo e impotente.

Impõe-se-nos o dever de protestar contra o desenvolvimento das forças policiaes, organizadas tão simplesmente para assassinar os trabalhadores indefesos, que não cometem outro delito, que não seja o de pedir pão para si e para sustentar os seus.

Um órgão na imprensa se nos tornava indispensavel para denunciar ao povo português todas as tropelias, todas as maldades e todos os crimes que contra ele se praticam diariamente. Esse órgão será AVANTE! que surge da sombra da clandestinidade, mas que iluminará o caminho que o proletariado português

deverá seguir para alcançar o poder politico e economico do paiz, para alcançar a sua emancipação.

A politica reacionaria de Carmona e seus cúmplices, coloca todos os portugueses ante o dilema de escolher, entre a guerra sem quartel ás instituições e principios que as sustentam, ou morrer ignominiosamente sob o seu despotico dominio, com o la-beu infamante dos cobardes.

Perante estas duas perspectivas, o P. C. P. opta pela primeira, certo de que traduz bem fielmente os desejos do povo trabalhador e daquela parte do exercito que não renega a classe social a que pertence.

O P. C. P., a partir deste momento, ergue a sua bandeira revolucionaria, ao grito de rebelião das massas escravizadas, recolhendo no seu seio todos os lamentos do povo português, que pede justiça contra os tiranos insensíveis, responsaveis do caos em que o paiz se encontra.

Pretendemos conduzir a acção revolucionaria, independente de qualquer colaboração com outros partidos, posto que, a experiencia e o nosso credo politico nos proibam a coligação com forças alheias ao proletariado.

Soou o clarim, chamando os que sofrem a incorporarem-se nas fileiras revolucionarias. O P. C. P., consciente da sua grande responsabilidade ante a proxima revolução, coloca-se desde já na vanguarda do exercito proletariano.

E' indispensavel organizar as forças de choque, que hão-de derrubar a burguezia do pedestal que a suporta. AVANTE! que é o eco dos clamores internos dos que sofrem, contra o estado politico, economico e social em que desgraçadamente se debate Portugal, será o órgão condutor das forças dispersas, anciosas de justiça.

Apelamos clamorosamente para todos os que se encontram impregnados da chama revolucionaria, no sentido de que sigam fielmente a trajetoria que o P. C. P. demarcou, neste momento de decisões rapidas e radicais.

(Continua na 4.ª pagina)

Avante!

A melhor «prenda» no 56.º aniversário

Levar aos trabalhadores a voz do PCP



Planificação, espírito de iniciativa, criatividade, determinação, militância — o «Avante!» pode chegar mais longe se as organizações do Partido nisso se empenharem. Divulgar o «Avante!» é divulgar as posições do Partido. A Comunicação Social controlada pelo Governo minoritário de Cavaco Silva procura esconder e deturpar as lutas dos trabalhadores e as propostas do PCP. Por isso, maior relevo se deve dar à difusão do «Avante!», furando assim uma barreira de silêncio e de mentira. Nas pequenas e grandes reuniões do Partido o assunto deve merecer reflexão e medidas práticas

Elevar a difusão

Decidida pelo Comité Central do Partido, na sua reunião plenária de 16 de Janeiro, a campanha organizativa iniciada este mês e que se prolongará até Junho, «tem de considerar», como afirma a resolução aprovada, «a necessidade de elevar a difusão dos documentos do Partido e dos seus órgãos — o «Avante!» e «O Militante».

Como sublinhou o CC, «é uma questão fundamental para fortalecer o nível ideológico e político dos militantes e divulgar a orientação do Partido».

A presença do órgão central do PCP nas empresas (dentro ou à porta) deve continuar no centro das preocupações das células do PCP, definindo objectivos, responsabilizando camaradas, reforçando a ligação do Partido com os trabalhadores. Estas preocupações são bem visíveis na informação que chega até nós das Assembleias, reuniões e documentos das células dos trabalhadores comunistas. Também dentro das empresas há sempre alguém que ainda não viu o «Avante!» da semana... Há que levar o órgão central do PCP a todos esses camaradas, a todos os trabalhadores





As Assembleias das organizações do PCP, tanto nos documentos como nas intervenções, dedicam geralmente uma atenção especial às tarefas e aos aspectos relacionados com a imprensa do Partido. Aí se salientam os aspectos negativos e positivos dessa importante frente de trabalho, definindo metas e objectivos. Como foi sublinhado na 1.ª Assembleia da Organização Distrital de Aveiro (8 de Nov. de 1986), há que «intensificar a difusão da Imprensa do Partido» e «a experiência demonstra que a difusão do «Avante!» e de «O Militante» está ligada à discussão que se faz nas organizações e às medidas concretas para a sua distribuição militante»

O «Avante!» na rua. Uma presença que se saúda com entusiasmo. Afixado em painéis e placards (como sucede na «baixa» de Coimbra, todas as semanas), ou levado de mão em mão, individualmente ou em grupos de camaradas (como continua a suceder todos os fins-de-semana em Alpiarça), o «Avante!» tem que aparecer mais, levando a informação das suas colunas a um número crescente de portugueses. Nas ruas de maior movimento, escolhendo as horas mais apropriadas, nas feiras e romarias, às portas das casas de espectáculo, cafés, colectividades, centros comerciais, recintos desportivos, etc., o «Avante!» terá sempre à sua espera gente interessada — é uma questão de iniciativa!



No âmbito dos grandes acontecimentos nacionais, as iniciativas do Partido (Congressos, Conferências, Encontros, campanhas, etc.) são profundamente abordadas nas colunas do «Avante!», que, entretanto, todas as semanas, e apesar das dificuldades técnicas que se nos deparam, levam aos nossos leitores a informação desenvolvida da actividade do Partido em todo o País, sejam iniciativas de carácter orgânico, sejam acções viradas para o debate dos problemas sociais, económicos e culturais que interessam directamente as localidades e regiões



Iniciativas em todo o País

Como podemos constatar na Agenda desta edição, o 56.º aniversário do «Avante!», que ocorrerá no próximo domingo, dia 15, suscitou um largo e diversificado conjunto de iniciativas promovidas pelas organizações do Partido.

Ao comemorar uma efeméride com significado relevante na história do PCP, da resistência antifascista e das lutas dos trabalhadores e do regime democrático, estas acções — programadas um pouco por todo o País e indo desde já ao encontro das orientações definidas pelo Comité Central em 16 de Janeiro —, vão possibilitar a abordagem das questões ligadas à imprensa do Partido (difusão, leitura, distribuição, etc.) e à sua inserção no combate político e ideológico. No plano mais geral, tais iniciativas poderão dinamizar o debate da problemática da comunicação social no nosso país, matéria que ainda recentemente levou à realização de um interessante encontro do PCP com participação nacional.

te encontro, que, diz a SIP da DORS, «será um momento de abertura de novas perspectivas de acção e de reforço dos laços de camaradagem entre todos os que já fazem ou vão fazer sua bela tarefa de difundir a voz do PCP, norteados pelo lema de que é preciso ler para saber e formar para agir».

Santarém

Entretanto, no distrito de Santarém, a Direcção Regional do PCP preparou um conjunto de iniciativas, a começar já amanhã, sexta-feira, com um debate público sobre comunicação social, às 21 horas, no salão nobre da Câmara Municipal de Tomar.

No sábado, às 16 horas, o Centro de Trabalho de Alpiarça acolherá uma reunião distrital de difusores do «Avante!» enquanto à noite, cerca das 21 horas, haverá no CT de Benavente um novo debate sobre comunicação social. Dias Lourenço participará nessas três iniciativas. Segundo um comunicado de imprensa da DORSA, «estão ainda previstas bancas com exposição sobre o 56.º aniversário do «Avante!» nas ruas e nos centros de trabalho do PCP de Benavente, Santarém, Torres Novas, Etroncamento, Alpiarça, Almeirim, Chamusca, Tomar e Cartaxo». ■

Setúbal

Das múltiplas iniciativas já anunciadas será justo destacar neste breve apontamento o encontro-convívio de difusores do «Avante!» na Organização Regional de Setúbal (ORS); que decorrerá no próximo domingo, a partir das 15 horas, no Centro de Trabalho da organização de freguesia de Pinhal Novo, no concelho de Palmela. O director do nosso jornal, camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do PCP, participará nes-

■ José Paulo Oliveira



LAMEGO

... É porque os comunistas nunca cruzam os braços, eis o novo Centro de Trabalho do PCP

A notícia não passou despercebida na última edição da Festa do «Avante!». Na área reservada às organizações do PCP, um painel informava o visitante do Alto da Ajuda que um violento incêndio tinha destruído por completo, na madrugada de 23 de Agosto, o Centro de Trabalho do Partido na cidade de Lamego. A capacidade e a determinação dos nossos camaradas, aliadas ao abraço de solidariedade que desde logo se manifestou no distrito de Viseu, em todo o Partido e entre sectores democráticos, depressa fizeram ultrapassar os momentos de tristeza que se viveram naquele Agosto de 1986. Hoje, o Partido conta já com um moderno Centro de Trabalho, mesmo no coração da «capital do Douro Sul». A nossa reportagem passou por lá e sentou-se à mesa da reunião que lançou «oficialmente» uma campanha de fundos para responder aos encargos assumidos pela organização numa zona onde ainda se levantam muitos obstáculos ao trabalho do Partido.

Socialista empresta loja num centro comercial

Cerca de 1500 contos em equipamento e um conjunto valioso de materiais de estudo e documentação diversa sobre os problemas regionais ardearam completamente naquela madrugada. Terminava, assim, uma situação «provisória» de 10 anos, durante os quais o Partido manteve o Centro na casa emprestada por um camarada, dentro da cidade de Lamego.

Logo em fins de Setembro, como nos salienta a comissão dinamizadora da campanha em curso, o Partido passou a contar, a título meramente provisório, com instalações para o funcionamento da organização, numa loja de um centro comercial, amavelmente cedida por um socialista lamego.

Pouco tempo depois, em Novembro, concretiza-se a compra do actual CT, um 1.º andar no n.º 27 esquerdo da Av. Dr. Alfredo de Sousa, a artéria principal desta cidade de rara beleza histórico-monumental, sede de um concelho de 22 mil eleitores e de 24 freguesias, uma das quais — Avões, a escassos 5 quilómetros de Lamego —, conhece na prática os efeitos da gestão responsável e dinâmica dos eleitos da APU.

Ocupando uma área total de 120 metros quadrados, o novo Centro de Trabalho do PCP dispõe de 6 divisões, para gabinetes e sala de reuniões, tendo-se também avançado na preparação de um espaço de convívio.

Na passada sexta-feira encerrou uma feira do livro, realizada no novo CT, e amplamente anunciada com painéis na via pública e com targetas na feira de Lamego. Com um balanço muito positivo, esta iniciativa cultural, já inserida na campanha de fundos, registou a deslocação ao Centro do PCP de muitos interessados, nomeadamente jovens estudantes e entre estes, alunos do Magistério e finalistas do Seminário superior.

Três mil contos — ousadia e capacidade

Tendo como objectivo a recolha de 3 mil contos no distrito de Viseu (deci-

são divulgada no passado dia 25 de Janeiro pela Comissão Distrital do PCP), a campanha viverá um momento alto já no próximo mês de Março, por ocasião do aniversário do Partido, com o comício-festa de inauguração das novas instalações. Além de uma parte política de informação e esclarecimento, a jornada que se avizinha incluirá um espectáculo musical com ar-

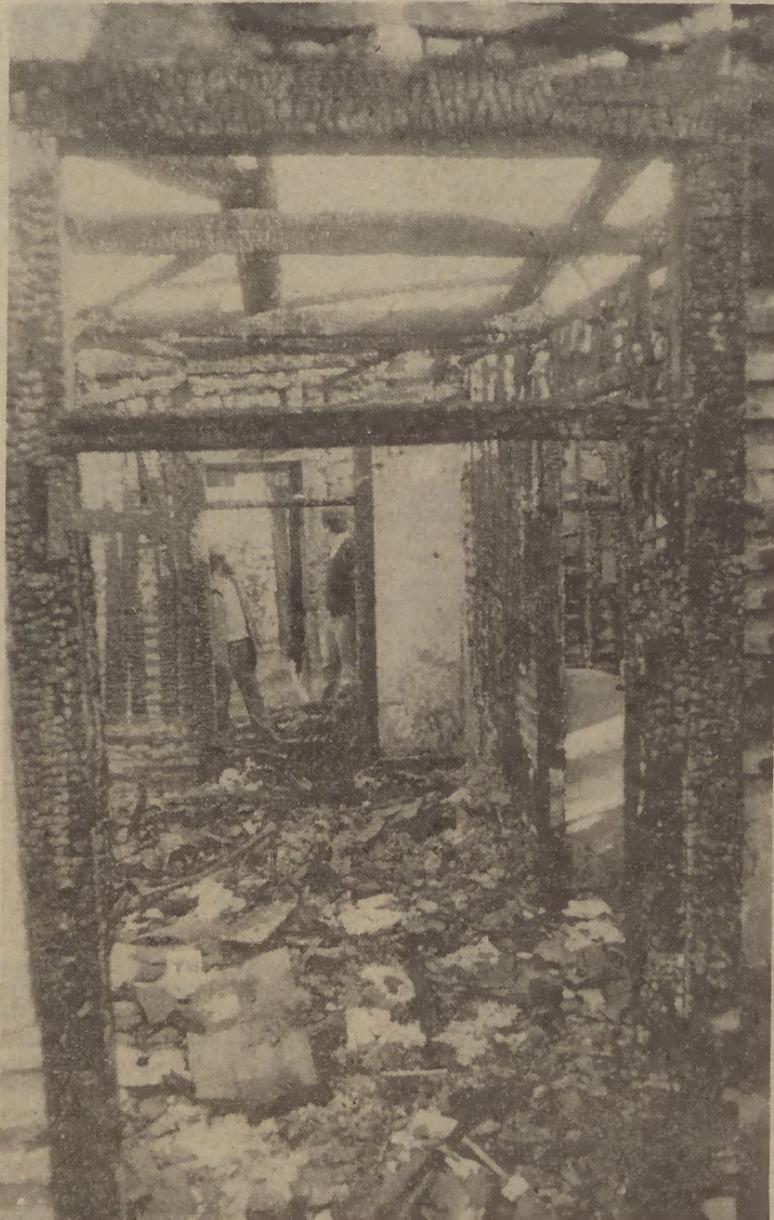
tistas de renome. Nas suas próximas edições, o «Avante!» divulgará todos os pormenores dessa iniciativa e também das acções que, entretanto, se forem realizando no quadro da campanha.

Como foi sublinhado na reunião em que participámos «os comunistas nunca cruzam os braços». ■

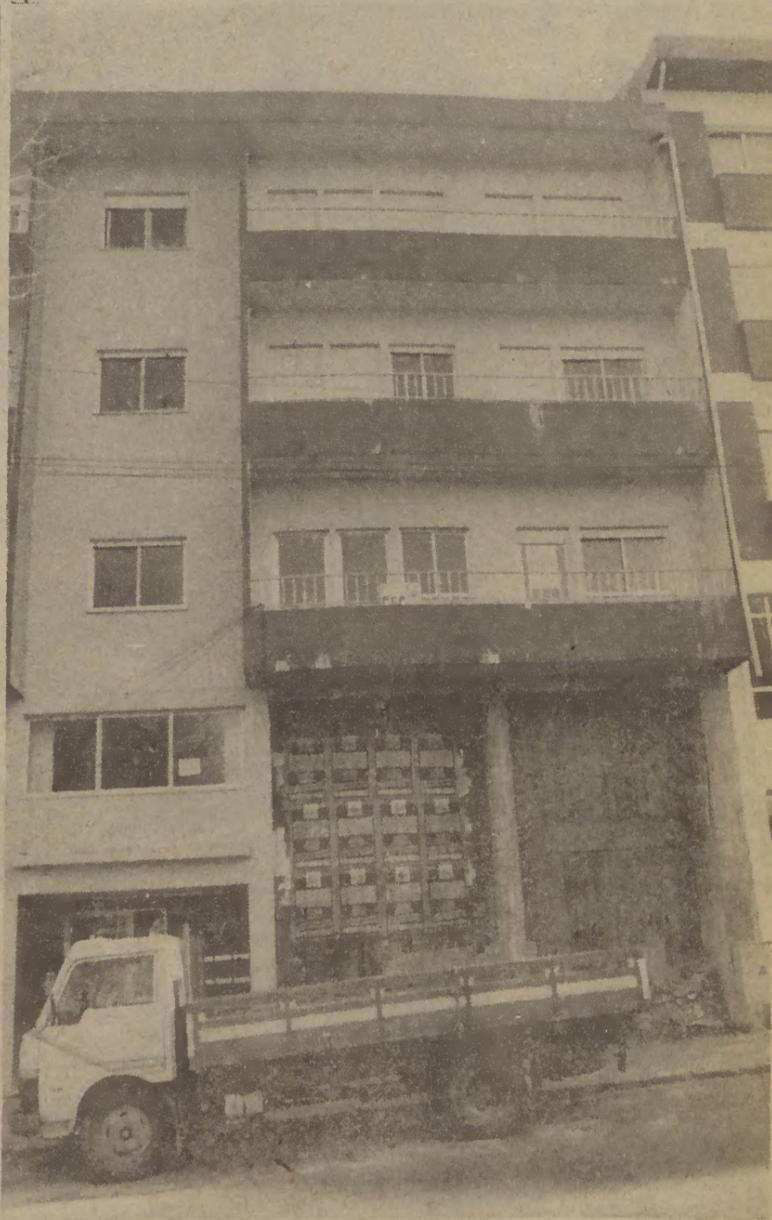
Campanha de Fundos PARA O NOVO CENTRO DE TRABALHO DE LAMEGO DO PCP



O símbolo gráfico da campanha de fundos, ilustrando uma das séries de coupons, neste caso a dos «100 abraços de solidariedade»



O violento incêndio da madrugada de 23 de Agosto de 1986 reduziu o Centro de Trabalho do PCP em Lamego a este monte de cinzas



Novo Centro do PCP em Lamego: uma casa aberta a todo o Povo, pronta para debater e desenvolver a acção dos que querem defender os legítimos direitos e interesses do Douro Sul e dos portugueses que aí habitam e trabalham

O Centro de Trabalho do PCP na cidade de Lamego, base essencial do funcionamento da organização concelhia (que inclui comissões de freguesia em Cambres, Avôes, Sande, Magueija e Lazarim) é também um instrumento precioso para a dinamização da actividade do Partido em todo o Douro Sul, ou seja nos concelhos de Cinfães, Resende, Armamar, Tabuaço, S. João da Pesqueira (aqui há um CT em construção), Tarouca, Moimenta da Beira, Sernancelhe, Penedono e, naturalmente Lamego



O plano de trabalho para este ano de 1987 foi ponto saliente da reunião da comissão dinamizadora da campanha no concelho de Lamego. Daqui saiu uma conclusão fundamental: depois do pontapé de saída já dado com a feira do livro, visitada por elevado número de pessoas, «há que avançar o máximo», levando por diante o mais variado conjunto de iniciativas: coupons, listas, convívios, festas, etc.



A inauguração do novo Centro do PCP em Lamego está prevista para o próximo mês de Março. E pensa-se no espectáculo a sério... com artistas de renome

S. Pedro da Cova

A acção transformadora do povo e da autarquia

«S. Pedro da Cova vive em cima do carvão. À primeira vista não se nota. Mas, além do ambiente e dos milhões de toneladas de antracite que nele subjazem, a paisagem humana é o elemento marcante da freguesia. São canseiras, heroísmos, sofrimentos, silêncios, murmúrios, aspirações vividas na escuridão das minas...» (*)

Trata-se de um passado presente, inesquecível, inseparável e fundamental para se entender o que é ainda hoje S. Pedro da Cova.

Comunidade local, freguesia do concelho de Gondomar, onde também há vida nova — é o que acontece com a autarquia desde 1982.

Temos connosco o novo presidente da Junta, Constantino Loureiro, para falar do actual mandato. Ele próprio nos começou por realçar que fez parte da Junta no outro mandato e que o camarada José Alves, que o antecedeu na presidência, continua, com novas tarefas e responsabilidades, a sua vida de luta e dedicação à causa dos trabalhadores e do povo.

Av. — Qual é o principal objectivo que a Junta tem em mãos?

CL — O principal, de momento, é a compra da Casa da Malta, destinada à instalação do Museu Mineiro, de um Centro para a Terceira Idade e a actividades culturais.

Já entregámos 200 contos dos 1200 que vai custar e iremos proceder à sua recuperação, para o que mais uma vez contamos com o trabalho voluntário da população. Esperamos concluir nos próximos anos este importante equipamento social para usufruto do povo da freguesia.

Av. — Quais foram as principais realizações em 1986?

CL — Foi o alargamento do cemitério conseguido pela Junta e que constituiu uma resposta, no imediato, à saturação que existia.

Levámos para a frente muitas outras, aliás só possíveis com a enorme cooperação da população. É o caso do novo pontão e escadaria que fazem a ligação entre a Bela Vista e a Fonte de Silveirinhos, construídos pelos moradores da zona e com a entrega dos materiais pela Junta. É o caso também do calçamento de parte da Rua Ribeira, em Beloi, para o que tivemos o apoio dos moradores do lugar.

Para dar uma ideia geral e limitando-me a obras em arruamentos, entre as realizadas pela Junta e as reclamadas à Câmara, foram beneficiadas cerca de quinze, como aconteceu com o acesso ao Bairro Social da Gandra.

Av. — No plano cultural e desportivo há alguma iniciativa?

CL — Dia 1 de Março vai realizar-se o II Encontro das Colectividades, que são cerca de 20 e que está a ser preparado pela «Comissão Coordenadora da Actividade das Colectividades», na qual a Junta está representada. Neste campo o nosso papel é essencialmente apoiar a grande capacidade destas organizações populares.

Além disso, para este ano temos programadas iniciativas no Dia Mundial da Árvore, no 25 de Abril, no Dia Mundial da Criança, o Concurso de Quadras Populares por altura das Festas de S. Pedro e outras.

Av. — Qual é a maior preocupação da Junta?

CL — Bom, por um lado é o problema do edifício-sede que está em ruína, a abrir brechas por todo o lado. Há uns meses veio um inquérito do Governo, através da Câmara, para fazer o levantamento da situação. Estamos atentos para que não se fique pelos papéis e se concretizem os apoios financeiros indispensáveis às obras de conservação que propusemos.

Por outro lado é a necessidade de concretização do Centro Cívico da Freguesia, para o que existe já um projecto aprovado pela Câmara e o seu compromisso de o levar a cabo, descongestionando o trânsito, acabando com este estrangulamento e embelezando o que podemos chamar uma «sala de visitas» da nossa terra.

Av. — Tens algum comentário a fazer sobre as outras forças políticas?

CL — Estão parados, não se movimentam e nem sequer compareceram à Assembleia de Freguesia para discussão do Plano e Orçamento para 1987. É triste que quem está à frente desses partidos, ou tenha uma acção negativa e destrutiva, como aconteceu no anterior mandato, ou então se reduza à passividade. Mas o que é fundamental é que os moradores compreenderam já e aderem crescentemente à acção transformadora da Junta, e ao fim e ao cabo à acção do Poder Local que, em S. Pedro da Cova, é constituído pelos órgãos autárquicos e pelos eleitores, que nos elegeram, a quem servimos e prestamos contas. ■

(*) Os trechos entre aspas são do livro de Hélder Pacheco «O Grande Porto».

■ Henrique Custódio

Rastreo de mísseis em Almodôvar

«Guerra das estrelas» com «salero» de Saleiro

Acordada de súbito para a pretensa colocação de sofisticado equipamento militar norte-americano de rastreo de mísseis numa serra alentejana situada no Concelho de Almodôvar, alguma comunicação social meteu pés ao caminho e pôs microfones, câmaras TV e páginas inteiras à disposição do presidente do município em causa. António Saleiro (assim se chama o homem) não desperdiçou a oportunidade de subir à ribalta e desatou a dizer coisas de torrencial abundância. Desferrolhava-se, em dilúvio, o timorato silêncio mantido pelo autarca face à Comunicação Social desde que o matutino lisboeta «o diário» denunciara pela primeira vez o problema, já lá vão mais de dois anos. António Saleiro, que nestes entretantos usara como pudera as suas competências autárquicas para enxotar do concelho os protestos contra a estação de rastreo, chegando mesmo a requisitar a GNR e cães-polícias, resolveu assim de repente abandonar a obscuridade serrana e apresentar-se aos portugueses como estrênuo «condicionador» do projecto ianque que põe, de caras, o nosso país como alvo atómico. Se o seu grande objectivo era desencadear a curiosidade nacional à volta das suas «performances» verborreicas, conseguiu-o: até nós lá fomos para o ouvir e amudar a coisa. Só que o presidente da Câmara Municipal de Almodôvar não estava nos Paços do Concelho mas em «missão de serviço» em... Paris, para surpresa nossa e, sobretudo, da vereação, a quem a lei observa que deve discutir e aprovar (ou não) as deslocações do presidente. Como calculam, a reportagem saiu-nos muito diferente do que prevíamos. Mas descansem, que não perdeu por isso...

Acidentalmente, a nossa chegada a Almodôvar coincidiu com o último de um comunicado da Comissão Concelhia do PCP local. Quando informámos ao que vínhamos, os camaradas estenderam-nos os folhetos ainda frescos de tinta, sorrindo com malícia que, se não era especificamente alentejana, era pelo menos a de quem tira da cartola resposta pronta e por escrito a inesperadas questões. Na verdade o comunicado contemplava logo à cabeça o «caso Saleiro» e equacionava os últimos acontecimentos sobre a estação de rastreo norte-americana.

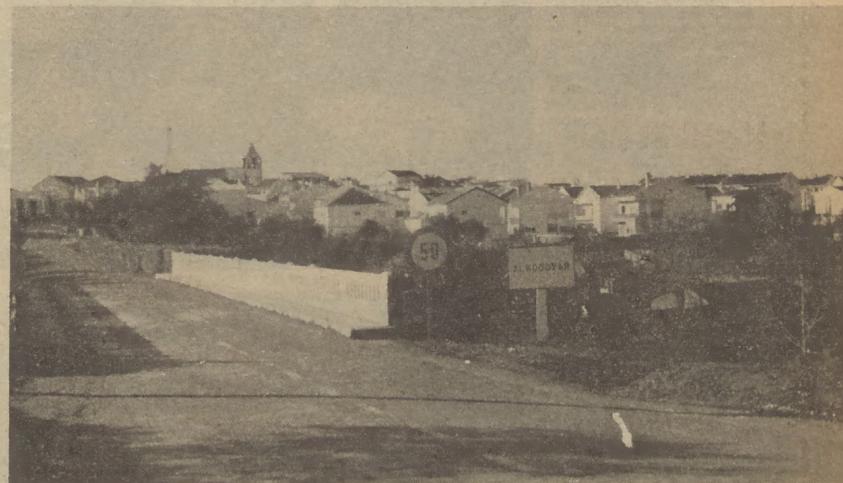
«Face às declarações feitas pelo sr. presidente da Câmara de Almodôvar a alguns órgãos de Comunicação Social sobre a Estação de Rastreo de Satélites que os EUA pretendem instalar na Serra do Mu (Talefe), a Comissão Concelhia do PCP de Almodôvar esclarece: 1.º — A reportagem na televisão confirma aquilo que vimos dizendo há bastante tempo, que é o facto de esta Estação estar ligada ao projecto americano de militarização do Espaço, vulgarmente conhecido por «Guerra das Estrelas», sendo portanto um instrumento perigoso para a segurança da região, do País e do mundo; 2.º — Repudiamos a ideia colocada de que a população do Concelho estava disposta a receber a estação desde que houvesse contrapartidas. Mas que contrapartidas?! A ameaça de morte e sermos alvos preferenciais?! Uma estação que é má e que pode trazer problemas de segurança para a região e suas populações não se torna «boa» pelo facto de mandarem para cá dinheiro — o Concelho, o Alentejo e o País não estão à venda. Por outro lado não foi aprovado na Câmara qualquer projecto ou projectos no valor de dois milhões de contos, como foi referido; 3.º — O desenvolvimento do Concelho não passa pela instalação de uma Estação Militar, seja americana ou de outra nacionalidade.»

«contrapartideiro»

Sabíamos das célebres «contrapartidas» de António Saleiro — a «espinha dorsal» da súbita sapiência geoestratégica que acometeu, nos últimos tempos, este buliçoso ex-funcionário administrativo da Misericórdia local. Dizia ele, por exemplo, em recente entrevista ao semanário «O Jornal» — e isto após advertir que «sem diálogo garante que não val haver Estação de Rastreo de Satélites em Almodôvar» — que «se os Açores recebem seis milhões de contos, é evidente que nós não podemos receber menos de dois ou três milhões». Quanto à forma



António Sebastião, vereador da APU na Câmara Municipal de Almodôvar. O presidente PS, pregoeiro das «liberdades», nem sequer o deixa contactar directamente com os trabalhadores do município...



Almodôvar é uma característica vila alentejana, calada a luz e à beira de uma estrada que liga o Alentejo ao Algarve. Onde ela se distingue da quase generalidade das vilas alentejanas é na falta de estruturas básicas que o executivo camarário ainda não colocou no seu Concelho

como se concretizarão as contrapartidas, para Saleiro tanto faz e pode ser de atracção: «se não nos querem dar dinheiro, não dêem, dêem-nos barragens, dêem-nos estradas, financiamento para a zona industrial ou para a habitação social. Queremos desenvolver o Concelho, não nos preocupando se vêm dólares ou materiais». E não se preocupa, igualmente, com o facto de tal estação transformar Almodôvar e o nosso país num alvo nuclear prioritário (por isso a Espanha a recusou no seu território, argumentando com esta incandescência: «alvo militar é a ponte sobre o Tejo, a barragem

de Castelo de Bode ou a Base de Beja. Até agora ninguém me conseguiu explicar como é que a Base de Beja não é tão alvo militar como a Estação de Rastreo».

Era este assombroso «napoleão das serranias» que queríamos ouvir ao vivo para que nos explicasse, já não a relação que há entre a barragem do Castelo de Bode e os jogos da guerra cósmica do Pentágono — que isso é capaz de ser matéria secreta tão formidavelmente inacessível como o é incompreensível — mas, ao menos, como era isso de se pôr encarrapitado na presidência da Câmara a vender o

Concelho aos milhões ou à espécie de atracção, para Saleiro tanto faz e pode ser de atracção, falando simultaneamente como dono de Almodôvar, chefe do Governo da República e Comandante Supremo das Forças Armadas do País.

Mas António Saleiro não se encontrava nos Paços do Concelho de Almodôvar. Dias antes havia partido para Paris, com grande surpresa de António Sebastião, o vereador da APU que nos acompanhou e que se viu para nós a dizer: «É sempre isto. A vereação, que deve aprovar qualquer saída do presidente, nem sequer é avisada! O que é que ele foi fazer a Paris?! Sabe-se lá! Talvez se descubra algu-

ma coisa quando forem cobradas as ajudas de custo pagas pela Câmara...»

A substituí-lo estava o vereador Ribeiro, vice-presidente da edilidade e correligionário PS do presidente. O encontro com ele merece que se abra um novo subtítulo.

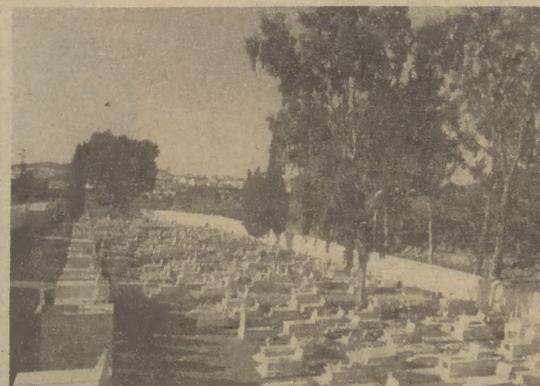
Desmentidor

O vereador Ribeiro começou por nos dizer que não dava entrevistas, o que lhe abalou seriamente a vaga polidez com que nos recebera, de pé, no «hall» da secretária. Com o rosto a dar para o tecto, como se nós próprios fôssemos já não uma base de rastreo, mas mísseis ao vivo (de que, de resto, o vereador Ribeiro afirmou não ter medo, confiado que está na eficácia americana em os deitar todos abaixo), informou que as declarações do presidente haviam sido dadas a título pessoal e que a sua actual posição — sua dele, vereador Ribeiro — era de desinteresse todo pela estação.

Advertido para o facto de que o presidente não só não falara em nome pessoal, como o fizera em nome de todos — nomeadamente à aqui citada reportagem de «O Jornal» ao ameaçar que, caso não apareçam as célebres contrapartidas, «não se pense que se pode fazer uma estação de rastreo contra uma população inteira» — o vereador Ribeiro, apesar de não dar entrevistas, não resistiu em contrapor um argumento fulminante, cujo é de que isso é tudo deturpação da imprensa. Quem não deturpa as palavras do «seu» presidente é ele próprio que, para nossa surpresa e encantado registro, desatou a repetir, palavra por palavra, a tese de que «a base de Beja é



Este é um dos vários slogans contra a instalação da estação que se podem ver na serra do Mu



O facto da estação de rastreo ameaçar transformar a sua terra num gigantesco cemitério, não preocupa o presidente Saleiro: se os americanos pagarem umas massas, para ele está tudo bem...

tão alvo militar como a Estação de Rastreo». Não chegou, todavia, às pontes e às barragens — sem dúvida o elemento mais acutilante da geoestratégia serrana descoberta por Saleiro — porque, ao ouvir-nos referir a expressão norte-americana de «Sistema de Defesa Antimissil», desembestou agarrado à «defesa» e quase nos gritava, exultante por sermos nós próprios a referir a palavra, que dizíamos muito bem, defesa, tudo aquilo era para a defesa! Uma Defeeeeeesa sublinhadíssima e pronta a deitar abaixo — ao que supomos, dado que neste lance o vereador Ribeiro não foi muito explícito — uma invasão russa à Almodôvar. E foi já

com um esgar de bem humorada familiaridade que o vereador Ribeiro, do Partido Socialista, rematou a conversa com uma pérola de ironia tão distinta como isto: que podíamos estar todos descansados porque os «meus» camaradas soviéticos não iam, concerteza, bombardear Portugal e os camaradas portugueses!

No final o vereador Ribeiro reafirmou-nos que não dava entrevistas e advertiu-nos que desmentiria tudo o que tinha dito, se por acaso o publicássemos. Deste modo, leitor, fique descansado: o que acabou de ler. e lhe «parecia» mentira, é, de facto, uma grandiosíssima intrujice. ■

Falar de milhões e esquecer os esgotos

O concelho de Almodôvar situa-se, com os seus 792 km² e oito freguesias, na zona de transição entre o Alentejo e o Algarve. Município do interior, vê agravado o isolamento pelo facto de «escorrer» pelas encostas da serra que, ali, anuncia sem equívocos o fim da peneplanície alentejana. Estes inconvenientes geográficos — particularmente duros pela improdutividade agrícola e o isolamento socioeconómico que representam — foram, de certo modo, os detonadores da duvidosa notoriedade em que actualmente o concelho está envolvido.

De facto é ali que nebulosas cedências políticas — vindas já do governo do «bloco central» e confirmadas pelas ambiguidades do actual — decidiram permitir a instalação de uma estação de rastreo de satélites norte-americana, integrando a chamada «Guerra das Estrelas» da administração Reagan. Anote-se que os EUA pretendem inicialmente instalar este equipamento bélico em território espanhol, levando uma «corrida em osso». Só depois se virariam para os seus docéis «aliados lusitanos» que, pelos vistos, abriram o território nacional às aventuras belicistas do patrão americano com a displicência de quem desfolha um malmequer, não se detendo em bagatelas como as que inspiraram a firme recusa de «nuestros hermanos», nomeadamente a de que

tal estação, caso seja instalada, transitará de imediato o nosso país em alvo militar prioritário, quer num conflito nuclear, quer convencional.

Esta estação esteve, aliás, também «prevista» para o concelho de Monchique, vizinho de Almodôvar — onde por sinal também se encontra uma gestão socialista — só que aí os protestos, quer das forças maioritárias da autarquia, quer dos seus órgãos, quer das populações, quer em todo o Alentejo e mesmo a nível nacional foi de tal ordem, que a ideia foi abandonada. E transferida para... Almodôvar, onde a aguardava um presidente de Câmara com vocações geopolíticas, cujo não perdeu a oportunidade de embarcar numa campanha de dislates e demagogia simplória, apresentando-se «vende-

dor» do concelho e das suas «potencialidades» estratégico-militares. Para ele — o «dono» do concelho e suas gentes — a transformação de Almodôvar em alvo militar de primeiro ataque será tudo questão de cifras: dois ou três milhões de contos já lhe parece um preço razoável...

Para sabermos da real capacidade de «transformação» deste dinâmico presidente ouvimos o vereador da APU na Câmara de Almodôvar, António Sebastião, que nos deu um retrato bem menos «evolucionista» que o que António Saleiro procura dar de si próprio.

Liberdade e cães-polícias

A começar pelas verbas com que Saleiro «pôs» o concelho à venda: dois ou três milhões de contos (como se mais uma unidade menos uma unidade, nisto de milhões de contos, fosse uma irrelevância). António Sebastião ri-se. «Gostávamos de saber onde é que ele iria aplicar tais verbas, quando

nem planos para elementares estruturas de saneamento básico existem na Câmara». E aqui abria outro rombo da gestão Saleiro: ao contrário da quase generalidade dos concelhos limítrofes, Almodôvar tem avançado com exasperante lentidão em obras tão fundamentais como saneamento básico, água, electricidade e rede viária, apesar de ter um presidente de Câmara que se desloca mais depressa a Paris que aos arredores dos Paços do Concelho. «O atraso nestes campos fundamentais são de tal ordem que mereceram, sem hesitação, fundos do FEDER que privilegiam casos assim, de profundo atraso nas estruturas de saneamento básico», comentou o Vereador da APU. Estavam assim explicados os cartazes pimpões que encontramos nas entradas da vila anunciando «Almodôvar — município da Europa». O que não sabemos é que tal nobre «integração europeia» se devia à caridade da CEE para com o atraso e a incompetência da gestão autárquica de Almodôvar...

Gestão que António Sebastião caracterizou de presidencialista, inoperante, autoritária e demagógica. As

obras, são de fachada e aos empurrões de incrível desaproveitamento do pessoal e das capacidades do município (de longe a maior empresa do concelho), limitando-se ao arranjar de ruazinhas nos montes, o tapar de uns buracos, o ajelitar de um poial. O autoritarismo e abuso do poder do presidente foi ilustrado com três exemplos flagrantes: o despedimento arbitrário feito pelo próprio António Saleiro de dois trabalhadores eventuais da Câmara, que correram do abuso e foram reintegrados pelo tribunal, que ainda impôs ao município o pagamento de uma indemnização de 900 contos; a proibição ao vereador da APU (2.ª força política no concelho) de contactar directamente os trabalhadores, nomeadamente em plebiscitos que entretanto Saleiro convoca e utiliza para as suas campanhas a bel prazer; criação de dificuldades aos municípios que não são da sua «cor» política, de que é um exemplo entre muitos o caso de um comerciante instalado frente ao mercado municipal, que tem visto sistematicamente recusado um pedido de autorização à Câmara para expor os seus produtos na rua, enquanto outros ao lado não sofreram qualquer entrave.

Entretanto em Almodôvar, «terra da liberdade», a Comissão de Paz de Beja foi impedida pelo próprio Saleiro de utilizar a Praça da República para uma concentração contra a estação de rastreo (que gerou os protestos da população, acabando por se fazer noutro local), assim como a GNR e cães-polícias foram requisitados pelo mesmo Saleiro para impedir um comércio espectacular promovido pela concelha da APU para o mesmo local... ■

Se é assim não quero!

Também deambulámos um pouco por Almodôvar antes de visitarmos a serra do Mu, a tal das «contrapartidas» para se pôr a jeito dos mísseis. Não pretendemos fazer um inquérito como os que a televisão desembrulha em meia dúzia de metros de rua para definir a opinião pública do País, mas não deixámos de abordar quem pudemos para ouvir opiniões acerca da estação de rastreo. O que colhemos pareceu-nos significativo de uma razoável ignorância acerca do problema (que ia da opinião que se tratava de uma estação de telecomunicações para ouvir o que dizem os estrangeiros, até à convicção de que o que os americanos pretendiam era pôr lá bombas atómicas que não queriam na terra deles) e de um forte sentimento de recusa generalizada, aqui e ali mitigada por ignorância pura e simples, que se arregalava toda quando tomava consciência das ameaças que vinham atreladas à instalação da estação. Uma senhora, vendedora de legumes no mercado e firme defensora de que «não somos nada, tudo está nas mãos de Deus», levou as mãos ao peito e exclamou: «Ali Mas o sr. presidente também tem filhos pequenos, como é que ele pode querer cá uma coisa dessas?»

«Sem querer de modo nenhum fugir à pergunta, devo confessar-lhe que não estou suficientemente esclarecido sobre o assunto para lhe dar uma opinião precisa. Evidentemente que se isso oferece perigo ou ameaça para o nosso País, não estarei de acordo, mas frontalmente contra. No entanto esse assunto, ainda remoto, nunca foi discutido a nível de Juntas de Freguesia. Sou também de opinião que devia haver mais informação sobre a matéria».

Nós também, senhor Manuel Afonso! ■



Manuel Afonso, presidente PSD da Junta de S. Barnabé, cujo território está directamente relacionado com a pretensa base de rastreo

■ Carlos Almeida

Por que quer o Governo matar os matadouros locais?

O Governo ordenou, recentemente, o encerramento do matadouro de Bragança, que constitui o principal centro de criação de gado do distrito orientando o abate de animais para o matadouro do Cachão, a cerca de oitenta quilómetros de distância. Mais um passo na execução de uma polémica lei, o decreto 304/84, que centraliza o abate de animais em matadouros regionais, mandando encerrar os matadouros locais. O pretexto é, como já vai sendo hábito, a adesão à CEE.

Fomos ao concelho de Bragança saber qual a opinião dos agricultores. Aí, sentiam-se ainda os ecos da manifestação que havia reunido, no largo fronteiro do Governo Civil, cerca de cinco mil agricultores em protesto contra o encerramento do matadouro. Nos talhos não havia carne de vitela. População, talhantes, agricultores, em todos os pontos da cidade, comentava-se a decisão do Governo.

A indignação era geral, como a convicção de que o protesto e a luta eram o caminho para resolver o problema. Como dizia Amílcar Nascimento Carvalho Borges, um agricultor da região, «se isto não se resolver vamos continuar a luta, mais forte e mais activa que até aqui».

Soutelo é uma pequena povoação no caminho para a fronteira espanhola no sentido norte, bem dentro do Parque Natural do Montezinho. Uma aldeia como tantas outras no nordeste transmontano. Duas igrejas e vários outros elementos arquitectónicos, de-

perto, outras vidas, de outras regiões do nosso país, pouco conhecidas porventura, mas nem por isso menos importantes.

«Então, com isto vamos a ser muito prejudicados, não podemos assistir ao peso dos animais quando são abatidos e quando há acidentes, que vamos a fazer com os animais?» A fala é de Amílcar Nascimento Carvalho Borges. Com uma leve entoação espanhola, o seu discurso sai aos soluços, cifrado em termos e numa linguagem velha de muitos anos. Moisés António Afonso, outro produtor, acrescenta «já me sucedeu a mim, a vaca prendeu uma pata e eu meti o animal num tractor e ala para Bragança, era já aí ao cair da tarde, e lá se abateu a vaca. Se vamos ter que ir ao Cachão, quando o animal lá chega já vai cheio de males e os doutores veterinários reprovam-no. Trabalho e dinheiro para deitar à rua. É sempre o lavrador que sai prejudicado».

Mas voltemos atrás, como é isso de não poder assistir ao peso dos animais? Alcides Miranda é dirigente da Aliança das Ligas Agrícolas do Norte. É ele quem nos diz que «repare, hoje, o negociante vai ter com o produtor e este vende-lhe o animal mas acompanha-o ao matadouro, assiste à pesagem. Se o abate for no Cachão, o produtor fica completamente na mão do intermediário, na medida em que, para além de ter que pagar o transporte do animal, ele não tem possibilidade de assistir à pesagem». Moisés Afonso sentenciar, «pois é, ficamos ainda mais na mão deles, o lavrador é quem sai sempre prejudicado. Com estas coisas todas são menos quatro ou cinco contos em cada vitelo».

Alcides Miranda acrescentou-nos entretanto que «a mudança do matadouro para o Cachão tem ainda mais esta consequência, é que enquanto muitos agricultores ainda podem eles próprios transportar o gado, cento e sessenta quilómetros já é demasiado para as suas possibilidades. Já vedes

que isto vai é beneficiar o grande intermediário».

«Então e se me trocam os animais?», interroga Amílcar Nascimento Carvalho Borges. «Sim, aqui, todos nos conhecemos, sabemos sempre de quem são os animais, agora no Cachão sei lá o que eles lá fazem».

Em Bragança, os talhos não tinham carne de vitela. Falámos com Joaquim Rodrigues, um talhante. «Querem-nos obrigar a ir para o Cachão e nós não aceitamos ir para lá, são quase duzentos quilómetros, quem tem que aguentar com as despesas é o consumidor e o lavrador». E os consumidores, queremos saber, qual é a sua atitude? «Bem, os consumidores vão à Espanha, a Miranda, a Vinhais, a Vimioso, mas aqui não, há mais de quinze dias que não se procura carne nos talhos de Bragança. Vós vedes, o povo está todo revoltado, temos uma zona de gado na região muito boa, deviam criar condições para matar aqui os animais».

Crónica de uma luta

«O povo está todo revoltado», dizia Joaquim Rodrigues. O povo está revoltado e luta. Alcides Miranda conta: «Isto ao princípio havia um grande desconhecimento dos agricultores em relação ao problema. As autarquias podiam ter informado, mas o que acontece é que os agricultores são confrontados no passado dia 3 de Novembro com o matadouro encerrado. Nesse dia os agricultores constituem uma comissão e vão à Câmara Municipal. Perante os protestos o presidente telefonou para Lisboa, para a Junta Nacional dos Produtores Pecuários, e conseguiu-se que o matadouro ficasse a funcionar até ao final do ano e até lá iam estudar o problema».

E entretanto o ano passou. «Sim, e em 5 de Janeiro decidem outra vez encerrar o matadouro. A comissão dos agricultores convoca uma nova manifestação em que participam à roda de cinco mil agricultores».

E entretanto, o presidente da Câmara com os protestos do povo, assume a responsabilidade pelo funcionamento do matadouro. Acontece que no dia 16, com dezasseis vitelos abatidos, a Fiscalização chega e apreende as carcaças e encerra o matadouro. Os agricultores antecipam a manifestação e juntam-se à porta do Governo Civil cinco mil pessoas.

E o Governo queremos saber, qual a sua posição ao longo deste processo?

«Nunca nos disseram nada. Mandaram-se muitos telex mas o ministro Álvaro Barreto nunca respondeu». Posteriormente a esta conversa, uma reunião realizada em Lisboa entre a Comissão de agricultores, a Associação dos Talhantes de Bragança e o presidente da Câmara Municipal de Bragança com o secretário de Estado da Alimentação também nada adiantou.

Mas a luta não se resumiu a manifestações. Um abaixo-assinado foi lançado ainda o ano passado, concretamente a 29 de Outubro, pela Comissão de Agricultores, Negociantes de Gado e Autarcas do Concelho de Bragança, e recolheu, em poucos dias, o



Moisés António Afonso e Amílcar Nascimento Carvalho Borges dizem que «se o ministro não arranjar solução, a luta vai continuar mais activa que até aqui»

apoio de cinco mil pessoas. Foi entregue ao presidente da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, ao ministro da Agricultura e aos partidos representados na Assembleia da República.

Nesse documento, além de considerarem que «o matadouro deve ser arranjado, como o foram e são outros, para que tenha higiene e capacidade», os signatários exigiam «a garantia da continuação e funcionamento do matadouro por tempo indeterminado» e «que a Câmara Municipal de Bragança e a Junta Nacional dos Produtores Pecuários se comprometam a efectuar as obras necessárias do matadouro».

Os agricultores têm soluções

Melhor do que ninguém, os agricultores conhecem a região, a terra onde trabalham, os seus problemas e as soluções. Neste caso concreto, dizem os produtores de gado, «condições como o do Cachão não há nenhum que as tenha. Agora só o que eu digo é que este matadouro de Bragança existe desde o princípio da cidade. É aqui que estão os lavradores. Se ele não tem condições a culpa não é nossa é do Governo. Para onde vai o dinheiro que nós damos para lá?»

Moisés Afonso acrescenta, «o que é preciso é obras ou até um matadouro novo e, quer-se dizer, o lavrador está disposto, não é assim que devia ser, mas até estamos dispostos a ajudar».

Mas assim como apresentam propostas e soluções para o problema, também afirmam a disposição inabalável em prosseguir a luta. «Se não derem solução a isto teremos que ir para uma nova luta, mais activa e mais forte do que até aqui». Mas e não encaram a possibilidade de ir abater o gado ao Cachão?

«Isso nunca, lá teremos que arranjar uma solução para essa parte, agora fazer o que eles querem é que não».

É assim, gente habituada ao trabalho duro, a enfrentar mil contraria-

des na vida. Levantamos os olhos do bloco de apontamentos. Um olhar em redor. Casas humildes, outras onde já viveu gente e que servem agora de palheiro ou de curral. Arriscamos a pergunta. Ganha-se muito dinheiro com isto de criar animais? Vem de lá um sorriso, «isso, isso, então um vitelo para a engorda custa agora, diz lá ó Moisés, aí uns oitenta, cem contos. Durante meio ano há que alimentá-lo e reparar, um vitelo como umas duas sacas de rações por mês que ficam a uns quatro contos, mais o feno, a 350 escudos, o fardo, os nabos, as beterrabas. Quando é para vender, e tem que ser bom, dão-nos uns 150 contos». Mas então isso é quase o que gastaram. «Olhe isto é como colher a água com uma cesta e a deitar a água fora».

«Sabe qual é o mal do lavrador?», pergunta Moisés Afonso «É que o que nós vendemos é a carcaça limpa, o talhante fica com o couro que agora vale aí uns seis ou sete contos, com as sapatas a cabeça, as tripas e o fígado, e eles depois vendem aquilo tudo, nós é que recebemos só pela carcaça limpa.»

Os objectivos do Governo

Mesmo para além destes problemas, a luta aqui em Bragança desenvolveu-se com uma grande solidariedade entre os produtores, os comerciantes e a população em geral. A todos, esta decisão do Governo de Cavaco Silva prejudica. Afastando o produtor do centro de abate, a consequência imediata é o encarecimento do produto e mais do que isso, o agudizar da dependência do agricultor em relação ao intermediário. Legítimo será perguntar, então, que objectivo se esconde por detrás desta decisão de encerrar os matadouros locais e centralizar o abate em apenas doze centros em todo o país?

Contudo, do que vimos e ouvimos em Bragança, algumas coisas não estão claras, muitos pontos obscuros existem em toda esta história, sobre



Joaquim Rodrigues, talhante: temos uma zona de gado muito boa, há que criar condições para que o abate seja aqui em Bragança

nunciam uma origem que se perde num tempo por descobrir.

A agricultura e, principalmente, a criação de gado, é a ocupação principal destas gentes. Rebanhos de ovelhas salpicam aqui e ali a paisagem de um verde penetrante, de mistura com o negro da rocha.

Aqui viemos para ouvir a opinião dos criadores de gado sobre a decisão do Governo, para conhecer de



Moral desta história: o governo contra os interesses dos pequenos e médios produtores de gado

os quais o ministro Álvaro Barreto sempre se calou. Como seja, por exemplo, a questão da gestão, concretamente do matadouro do Cachão. Retirada que foi a gestão do matadouro e CAICA (Complexo Agro-Industrial do Cachão), no quadro do processo de desmantelamento daquele importante empreendimento, o matadouro passou para as mãos da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, situação que ainda hoje se mantém. Ora, a lei 304/84, que institui a Rede Nacional de Abate, afirma que o matadouro do Cachão pertence ao sector privado. Se juntarmos a isto a suspeita existente entre os agricultores, também nunca desmentida, de que o matadouro do Cachão esteve, não há muito tempo, para ser cedido em regime de aluguer a um negociante que é já

dono de alguns matadouros na região, entre os quais o de Carrazeda de Anciães, é então legítimo pensar que algo se trama nas costas dos agricultores e contra os seus interesses.

Ainda no decreto 304/84, argumenta-se que o matadouro de Bra-

gança teria um reduzido movimento, qualquer coisa como nove suínos. A isto replicam os produtores que só oito talhantes, entre Janeiro e Setembro, fizeram em média 238160 quilos, a vinte seis toneladas por mês no total de 3307 quilos a cada talhante, o

que em termos de rendimento para o matadouro é qualquer coisa como 86 contos por mês por talhante. E acrescentam que há em Bragança vinte talhantes com esta capacidade de movimento.

E já que se fala em adesão à CEE

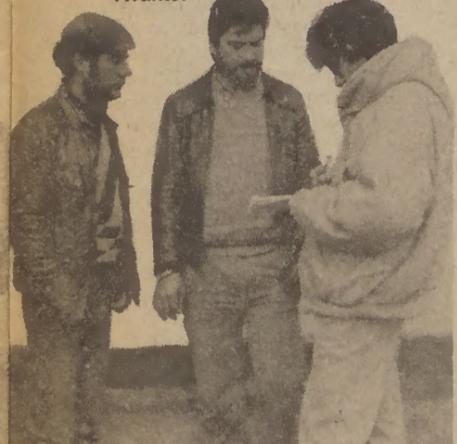
torna-se pertinente acrescentar que ela é altamente excedentária em carne.

Tudo isto configura um quadro que, particularmente em consequência da adesão à CEE, se torna geral em muitos sectores da agricultura portuguesa. É, por um lado, o atrofamento da capacidade produtiva do nosso País, devido aos excedentes da CEE e, por outro lado, a crescente dependência dos produtores relativamente aos intermediários, facto que a questão do matadouro de Bragança ilustra.

A luta dos produtores de gado de Bragança constitui, ao mesmo tempo, uma prova clara de que cresce entre os agricultores a consciência de que é necessário lutar contra esta situação altamente gravosa para o País e pelos direitos que lhes assistem. ■

Notas de viagem na margem de Portugal

José Martins e Mário Augusto Cordeiro em conversa com «Avante!»



Fomos a Bragança para ver e conversar sobre a questão do matadouro. Na bagagem, de volta, trouxemos isso... e mais algumas miudezas. Coisas, chamemos-lhes, pequenos grandes dramas no quotidiano de não poucas pessoas, a que o jornalista não pode ficar indiferente. Ainda que no extremo nordeste de Portugal, no concelho de Bragança, vivem portugueses que trabalham (quando podem) e lutam.

Minas de Portelo

Portelo, lugar colado à fronteira com a Espanha, é terra de minas. Forma, com Argozelo, Borralha, Vale das Gatas, e Ribeira, o conjunto de

minas encerradas por ordem e/ou com o apoio do governo PSD de Cavaco Silva. Ao todo 1000 trabalhadores no desemprego.

Mário Cordeiro e José Martins são dois desses trabalhadores. Nas minas do Portelo chegaram a trabalhar 120 trabalhadores na extracção de estanho. Para o fim apenas 60. Mário Cordeiro e José Martins ganhavam por mês 25 mil escudos de ordenado base. «A mina parou no dia 1 de Agosto, disseram-nos que o preço do minério já não cobria as despesas, não sei.»

A empresa só recentemente pagou os subsídios referentes ao ano de 1985. Os de 1986 estão por pagar. A administração diz que a mina não se encontra encerrada mas antes parada, já que aí se mantêm alguns traba-

lhadores na manutenção dos equipamentos e que recebem pela segurança social.

Diz-nos José Martins, «a maior parte das pessoas não era daqui e viviam no bairro operário da empresa. Uns já se foram, à procura de vida, outros ainda aí estão porque não têm para onde ir». José Martins tem mulher e cinco filhos, todos a viver do subsídio de desemprego, quinze mil e seiscentos escudos. A sua esposa trabalhava igualmente na mina.

Mário Augusto Cordeiro por seu lado, recebe vinte e dois mil e quinhentos escudos, para seu sustento, da sua mulher e dos dois filhos. «Não sei o que hei-de fazer da vida, ando para aqui, não sabemos se isto volta a abrir ou não, se acabar temos que ir para outro lado, a gente tem de se investir...»

Soubemos depois da conversa com estes dois operários mineiros algo que nos deixou sem palavras. Do outro lado da fronteira, uma empresa espanhola explora em pleno o mesmo jazigo. Alguns operários dizem que os corredores da mina espanhola se cruzam com os da mina portuguesa. «Encontrávamo-nos muitas vezes com eles lá em baixo.» Que negócios se escondem nos corredores subterrâneos desta mina? Qual o papel do Governo em tudo isto?

Mulheres da Régua contra Beleza

Também na Régua a ministra da Saúde, Leonor Beleza, anda a fazer das suas, para desgraça da população local. Fomos, durante a passagem por aquela cidade, surpreendidos por um comunicado da Comissão Unitária de Mulheres da Régua que denunciava a ordem dada por Leonor Beleza para o encerramento dos serviços de Maternidade do Hospital da Régua, com o argumento de que «não há qualquer vantagem em realizar parto hospitalar em condições deficientes, devendo antes melhorar as condições de transporte». Peregrina solução encontrada: acaba-se com a

maternidade. Para quem não saiba, este é um hospital distrital. Afirma o comunicado que «já bastam os transportes que temos de utilizar para recorrer a outras especialidades médicas que não existem no hospital da Régua, por exemplo oftalmologia, psiquiatria e outras».

Um abaixo-assinado a circular contra o encerramento da maternidade recolheu 1550 assinaturas e foi enviado à ministra da Saúde, à Comissão Parlamentar de Saúde, à Assembleia da República e à Assembleia Municipal da Régua.

Mais desinfectante, menos desinfectante

Quem visita esta região, não pode ficar indiferente à sua grande beleza, em particular toda a zona do Parque Natural de Montesinho. Contudo, parece haver pessoas em Bragança que assim não pensam.

É por um lado o problema da lixeira de Bragança, ou antes o espaço onde é depositado o lixo, situada quase dentro da cidade. A «solução» encontrada pelo presidente da Câmara foi a de fazer um aterro para continuar depois a verter aí os lixos. Não lhe passa pela cabeça construir uma estação de tratamento. Entretanto há outras pessoas na Assembleia Municipal por cuja cabeça passam coisas deveras preocupantes, particularmente quando têm consequências sobre os municípios. Em tempos, um vogal do CDS na Assembleia Municipal propôs que se despejasse o lixo na Serra da Nogueira, pegada ao Parque Natural do Montesinho.

Já agora, o presidente da Câmara de Bragança, do CDS, projecta construir num local bastante aprazível deste Parque Natural, um parque de campismo. Pormenor, ao que parece de somenos para o sr. presidente: o parque situa-se nas margens do sítio onde é feita a captação de água que abastece a cidade de Bragança.

Provavelmente, pensa ele, é questão de mais desinfectante, menos desinfectante. ■



Lixeira de Bragança. É aqui que o lixo continuará a ser despejado, aqui a pouca distância da cidade e com pessoas vivendo nas redondezas

■ Franklim Pereira

Revolução Técnico-Científica

O ponto da situação no nosso país

Portugal e a Revolução Técnico-Científica. A **febre tecnológica**, dum lado, as medidas realistas e ponderadas que os sucessivos governos de direita não tomam, por outro. «Fruto do atraso secular nacional, a ciência não ocupa o lugar que merece na cultura portuguesa».

O camarada Franklim Pereira, jovem engenheiro, levou à tribuna da recente 1.ª Assembleia do Sector Intelectual do Porto, do PCP, a abordagem desses temas numa comunicação que hoje deixamos à apreciação dos nossos leitores.

ano 2000 e século XXI, para se convencerem a si próprios e ao Zé Povinho, que ainda permanecerão com o virar de século.

Assim, como o Albarran apregoa o antitártaro para vender pasta dentífrica dum qualquer multinacional do sector, também as novas tecnologias são o *slogan* publicitário dos vendedores de redes telefónicas digitais, dos computadores, das linhas de fabricação robotizadas, para impingirem os

Os comunistas sempre defenderam e promoveram o desenvolvimento da ciência e se pronunciaram permanentemente favoráveis a políticas económicas desenvolvimentistas, incluídas num conceito global de progresso, pelo que consideram muito positivo o novo interesse que actualmente percorre os meios científicos e intelectuais portugueses capaz de ajudar a criar condições para alterar a actual situação de atraso tecnológico.

No entanto, os últimos governos têm criado, com algumas acções de grande espectáculo, uma euforia, uma «febre tecnológica» que, no nosso entender, não propicia um debate e a adopção de políticas ponderadas.

Um primeiro motivo de ponderação é logo este: se o novo interesse dos últimos governos significará que a política de recuperação capitalista (que eles conduzem), necessita e fomenta o desenvolvimento científico?

Uma análise minimamente cuidada demonstrará que não.

Se não, vejamos 4 aspectos complementares:

1. Difícilmente se poderá falar de uma política governativa de desenvolvimento económico, especialmente no domínio da produção. Mas a fiar nos objectivos anunciados por alguns teóricos de recuperação capitalista, a indústria de exportação faria sair Portugal da crise.

Vejamos então o que é indústria de exportação: por um lado, são as indústrias de baixa intensidade tecnológica (os têxteis, calçado, madeira, cortiças), que representam 71% em termos de exportação, mas só 45% em termos de produção, e uns míseros 8% em termos de investigação; e, por outro lado, são as indústrias de componentes, de produtos de elevada tecnologia, é certo, mas de que não dominamos a produção e muito menos o *know-how*.

Ou seja, é uma política de manutenção da actual posição de Portugal na divisão internacional do trabalho, entre os países produtores de matérias-primas e os produtores de produtos tecnológicos.

2. O segundo aspecto diz respeito à importação de tecnologia, apresentada como a pedra-de-toque da chamada «3.ª revolução industrial». Teríamos perdido já uma primeira e uma segunda, mas seguindo o velho ditado popular, a terceira seria a mezinha para todas as nossas maleitas económicas.

A transferência de tecnologia reduz-se, de facto, à aprendizagem para utilizar os produtos tecnológicos importados.

Podemos verificar que os erros que nos fizeram perder as tais duas

revoluções industriais anteriores, são os mesmos que estão a ser cometidos agora.

Façamos uma comparação exemplar:

A ponte D. Luís, bem perto daqui, construída há cem anos, foi projectada por belgas, o aço veio importado, peça a peça, das siderurgias alemãs e francesas, as locomotivas e o dinheiro emprestado vieram de Inglaterra, a obra foi adjudicada a empresas estrangeiras, dirigidas por técnicos estrangeiros. Portugal, de seu, deu a mão-de-obra indiferenciada, a brita para o balastro (e mesmo isso há dúvidas) e o sítio.

Este é o exemplo típico da «febre tecnológica» da altura, que dava pelo nome de **Fontismo**, e que é responsável por hoje Portugal não produzir tornos, fresas, máquinas-ferramentas, automóveis, tractores e tudo o que serviu de base ao desenvolvimento económico do século — as indústrias de energia, metalurgia, metalomecânica.

As centrais telefónicas digitais são o exemplo típico dos fontistas de hoje — os Junqueiros, Cavacos, Veigas Simões. Após o anúncio que a incorporação nacional seria de 60% (contra 90% das antigas centrais electromecânicas), as primeiras 6 centrais vão ser integralmente importadas (e as seguintes logo se verá), o que está a originar, desde já, o despedimento de centenas de trabalhadores das empresas que produziram as antigas centrais e suas subsidiárias.

Para lá das naturais dúvidas sobre a oportunidade de despender algumas centenas de milhões de contos desta maneira, perde-se assim a oportunidade de desenvolver uma indústria electrónica com assimilação científica e técnica nacional. Da mesma forma ficam por terra as novas tecnologias da informação, as biotecnologias, as energias alternativas, enfim as grandes linhas de desenvolvimento industrial da nossa época.

3. Um terceiro aspecto diz respeito aos investimentos em investiga-

ção e desenvolvimento experimental, de que só será referido que as despesas de Estado são metade das despesas com a importação de tecnologia e 10 vezes inferiores à média dos países industrializados, sendo os investimentos privados 15 vezes inferiores.

4. Um quarto e último aspecto respeitava ao desaproveitamento dos recursos humanos.

A grande maioria da população, devido à divisão social do trabalho, está impedida de exercer tarefas intelectuais. E se a alteração desta situação é uma exigência democrática também o é económica.

De facto, a elevação do nível de qualificação dos trabalhadores é o factor primordial do desenvolvimento, especialmente numa época de revolução científica e técnica. Revolução essa que, no quadro dum sociedade socialista, é a base da eliminação da divisão social do trabalho, com progressiva eliminação das tarefas exclusivamente manuais.

Mais especificamente, os quadros técnicos e investigadores vêem cerceada, num marasmo e dependência económica e tecnológica, a possibilidade de utilização da sua criação, da sua inventiva, dos seus conhecimentos, ao serviço do progresso do País.

Há, portanto, uma contradição profunda entre recuperação capitalista e o desenvolvimento científico e técnico.

Como explicar então o súbito interesse?

Como os detectives dos romances policiais devemos ver a quem aproveita o «crime».

As novas tecnologias são argumento para acabar com sectores tradicionais (e nacionalizados) como a indústria naval, a siderurgia, as químicas pesadas.

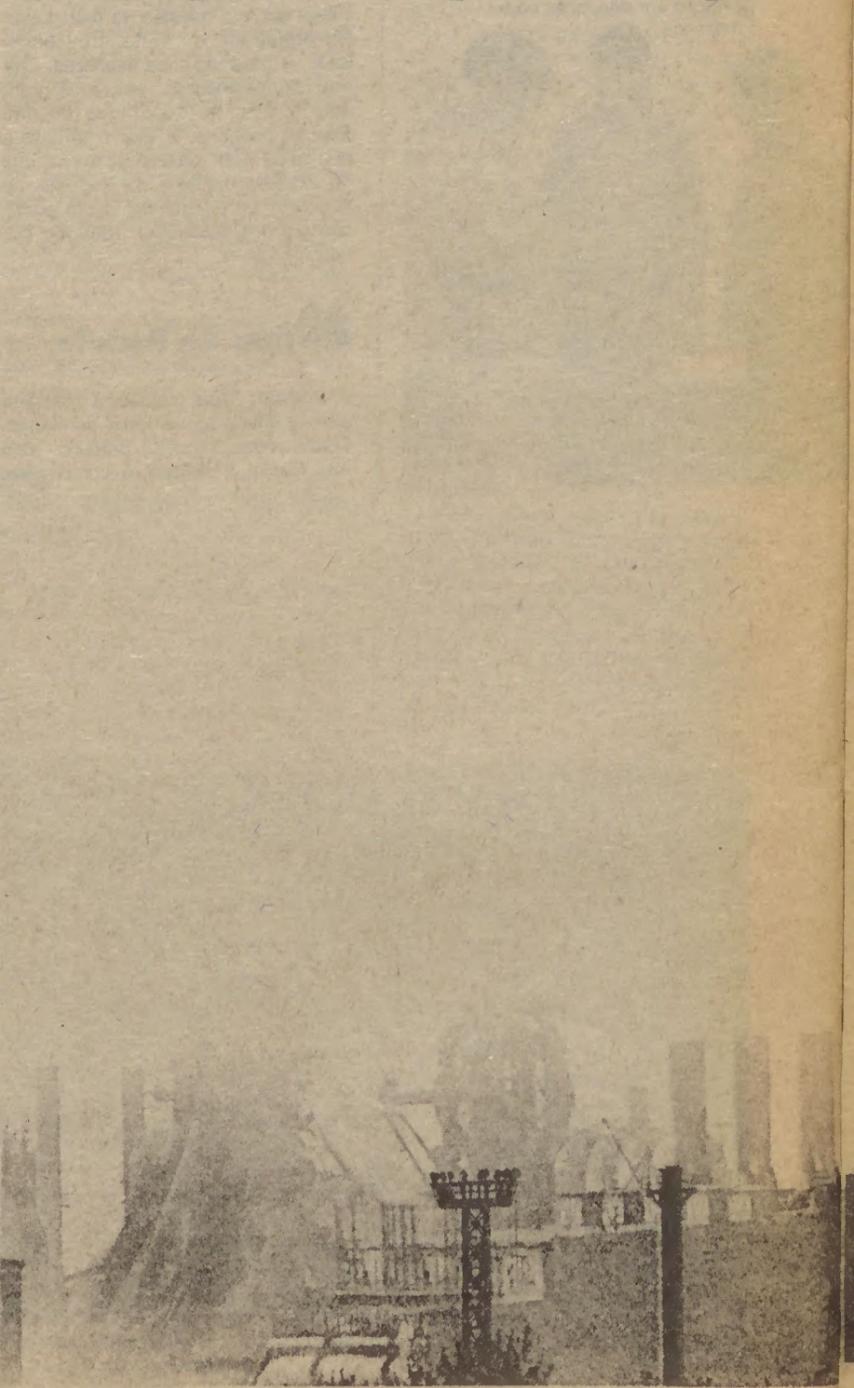
São também o pretexto para os despedimentos em massa.

São a forma de entrega de sacos azuis sob o pretexto de investigação tecnológica.

São o manto diáfano da fantasia de um pretensado desenvolvimento, que esconde a realidade de uma «singapurização» de Portugal.

É uma forma de captar e aliciar os meios científicos para a política de direita, a coberto de uma pretensa modernidade.

Modernidade essa sempre presente, associada às mágicas palavras



seus produtos, quer sirvam, quer não, pelo simples facto de estarem na ponta da técnica.

E, finalmente, é também a maneira de embolsar algum. Como compreender de outra forma que um ministro que se apressa a promulgar um PEN que contempla a opção nuclear, se constitua em sócio de uma empresa para comercializar centrais nucleares?

A Revolução Científica e Técnica é campo para uma cerrada luta ideológica.

ca. Dentre as teses burguesas e oportunistas mais correntes destacaria aqui as seguintes, e às quais os intelectuais comunistas devem dar resposta.

As novas tecnologias são incompatíveis com o socialismo, o que justificaria o propalado atraso exactamente tecnológico dos países socialistas, aliás logo negado pelo exactamente contrário avanço

em alguns sectores, como os da energia e aeroespacial.

Pegando numa tese marxista, vulgarizando-a e invertendo-lhe o sinal, há quem defenda mesmo que as novas tecnologias não só são incompatíveis, como conduzirão à destruição do socialismo. Não falta quem advogue que o advento da TV por satélite ou os computadores pessoais serão os instrumentos de destruição do socialismo, onde todos os outros falharam. **Quad Volumus, Facile Credimus.** Esquecem que já disseram o mesmo com o aparecimento da Rádio e que emissoras de radiodifusão tiveram uma participação relevante na destruição sim, mas do regime fascista português.

Outros (estes defensores de uma terceira via entre socialismo e capitalismo) afirmam que a Revolução Científica e Técnica destrói as diferenças entre os dois modos de produção, passando a constituir-se uma única sociedade avançada.

Face aos problemas sociais levantados pela aplicação das novas tecnologias na sociedade capitalista, há quem defenda a sua liminar rejeição. O marxismo forjou-se também historicamente na luta contra o ludismo, dentro do movimento operário. É assim que os comunistas defendem hoje a ideia que os avanços tecnológicos são benéficos, mas que esses benefícios devem ser encaminhados para toda a sociedade e não para as classes possidentes. A recente reivindicação do movimento sindical unitário de redução dos horários laborais sem reduções salariais prova que essa ideia é moeda corrente do movimento operário português.

Fruto do atraso secular nacional, a ciência não ocupa o lugar que merece na cultura portuguesa.

A Revolução Científica e Técnica não é tarefa exclusiva dos intelectuais, mas estes têm um papel fundamental a desempenhar, e se é certo que a ciência não é exterior à luta de classes, então esse papel é de compromisso com os objectivos das forças revolucionárias.

E se é verdade que a ciência tem um papel histórico que não é simplesmente a do génio da lâmpada de Aladino, que recebe ordens e potencia a acção do seu dono do momento, também é certo que ela pode ser viciada, por exemplo, na agressão ao meio ambiente ou na corrida aos armamentos ou na criação de desemprego.

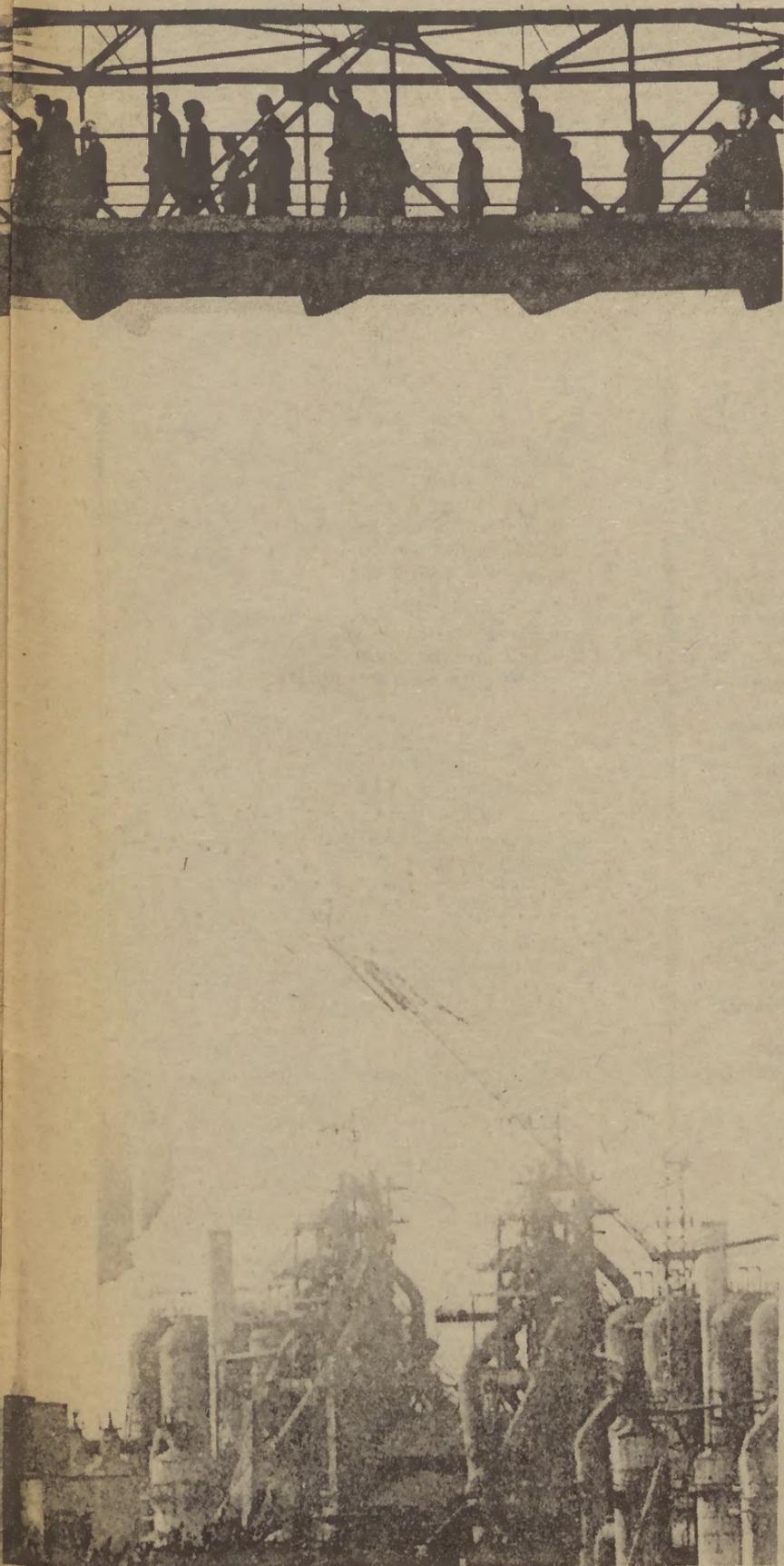
A exigência de criação de condições para o desenvolvimento científico e técnico, a luta pela divulgação generalizada dos conhecimentos científicos, a exigência de aproveitamento integral dos recursos nacionais, nomeadamente dos quadros técnicos e dos homens de ciência, a exigência da distribuição equitativa dos benefícios sociais dela decorrentes, a defesa da utilização pacífica dos progressos científicos são tarefas concretas dos intelectuais comunistas para que se possa criar uma sociedade em que o binómio de Newton a par da Vénus de Milo possam constituir o belo património histórico e universal de toda a Humanidade. ■

■ José Manuel Mendes

Uma memória da resistência

Visitámos o Museu Jean Moulin, herói da Resistência, figura simbólica de muito anónimo combate contra o flagelo. Lá encontrámos os mais variados espécimes documentais, criteriosamente tratados, em três pisos repletos. Desde os decretos nazis assegurando o fuzilamento de quem abrigasse ingleses a objectos de uso pessoal dos SS ou dos soldados franceses, toda uma vasta paleta se abre aos olhos de quem entra: cartas militares, maquetas de operações bélicas, cartazes, aparelhagem rádio, canhões, espingardas, pedaços de fuselagem de um avião, inúmeras fotografias, bilhetes de acesso a espectáculos, livros, roupas usadas por detidos nos campos de concentração, recortes de jornais, apelos à insubordinação, um insólito barco comprado por seis jovens, com o dinheiro das suas bicicletas, para poderem tomar parte, na Inglaterra, em movimentações libertadoras. E mais, mais: uma sala com pinturas de grande qualidade, da autoria de Morvan, que recordam, pela arte, o perfil trágico dessa época louca; a reconstituição do gabinete de trabalho de Moulin (Max, de pseudónimo, na clandestinidade), caricaturista, pintor em cujos traços o humorismo cáustico e a intenção humanizadora se irmanam, homem de acção e de sonho; garrafas, panfletos da hora da capitulação alemã, uma biblioteca com ampla informação, local de consulta e pesquisa; a omnipresença de De Gaulle, a evocação dos músicos, poetas, escritores e cantores que se bateram contra a ocupação (bastante incompleta, ao que deduzi após detida observação), o rol, fatalmente inacabado, dos nomes, os limos da inenarrável agonia em Dachau, Auschwitz, Struthof, Büchenwald, tantos, tantos outros horrendos territórios da dor.

A exposição é valiosa, estruturada de maneira aceitável, irrelevando embora (significativamente?) o papel dos comunistas e da URSS para exaltar os aliados ocidentais ou, no plano interno, o general das *Mémoires* e o inefável Chaban-Delmas, cujo papel na luta anti-hitleriana ninguém desconhece. Os diferentes compartimentos denunciam um enorme esmero. Os guias revelam uma medíocre preparação histórico-cultural, à excepção de um simpático antigo combatente de fala solta que, desde que transpusemos a porta, nos acompanhou boa parte da digressão com oportunos comentários e indicações úteis. É um tipo fleumático, socialista, forjado na repulsa pelos alemães, que discreta sobre vinhos espanhóis, portugueses ou italianos com a mesma desenvoltura que lhe surpreendemos no recorrer dos eventos da guerra. Ladeava-o uma velha de olhar míope e cansado, calada e magra, que sorria uns dentes escassos, cariados. À despedida, transmiti a emoção com que havíamos contactado a rude realidade internada naquelas paredes. Saudámo-nos. Cá fora, uma brisa cabriolando na folhagem, reacudiu-me ao pensamento uma frase do catecismo fascista que a AD, em Portugal, adoptou no essencial, sobressaindo a negro grosso num painel com imagens do horror num dos cativeros de extermínio: **Arbeit Macht Frei**. Lembrem-se do slogan **Eu sou livre, eu trabalho? Subi a Vital-Carles, rumo à Mollat, numa Bordéus calcinada pela canícula forte, pensando que o sinalizar dos perigos contra a liberdade e a vida é o começo de qualquer consciente opção pelo devir. Estarão disso seguros os que, claudicando e traindo, permitem o progredir dos passos do revanchismo antidemocrático?** ■



Uma limpeza!

Roque Lino, que já desempenhou, pelo PS, importantes cargos na hierarquia do Estado, decidiu dedicar bucólica crónica a Almodôvar no vespertino «A Capital». Trata-se do concelho socialista que o respectivo presidente da Câmara acha que se deve vender aos americanos, para ser uma das bases da «guerra das estrelas» do Reagan. Pois Roque Lino, após se desentranhar em poéticas incursões antropológicas e fartos louvores a realizações autárquicas que enchem, há anos, os programas eleitorais do PS, mas ninguém ainda viu até hoje no terreno, saiu-se com esta: «Não falei da estação de rastreio de satélites, nas suas componentes económicas e políticas, porque isso seria trabalho de reportagem de jornalista. Mas acrescentarei

que a vila de Almodôvar é linda e limpa». Sem dúvida! E então com as «componentes» da estação de rastreio em cima, arrisca-se a uma «limpeza» completa.

Epitáfios

Larry Speakes, ex-porta-voz da administração Reagan, confessou há dias esperar que no seu epitáfio se possa escrever: «Disse sempre a verdade». Não é de todo impossível, desde que seja ele próprio... a escrevê-lo.

Continuidades

Adriano Moreira, dirigente de um CDS cada vez mais descontinuo, anda, naturalmente, obcecado com questões de continuidade. Vai daí, confessou: «o que nos preocupa neste momento é que o Alentejo constitua a

Pontos Cardeais

maior região da Europa com continuidade de poder municipal comunista». O insólito da preocupação já nem é o vir de um homem que é, ele próprio, um símbolo de «continuidade». O que espanta é a conclusão do professor de que o Alentejo é maior do que, por exemplo, a RDA, a Hungria, e a Polónia juntas...

Ataques

Voltemos ainda a Adriano Moreira, que deve andar a atravessar uma fase

particularmente recheada de frases. Dizia ele nos Açores, numa reunião de amigos, que a sua oposição à independência das Regiões Autónomas reside no facto que «a identidade portuguesa depende da sua vocação atlântica e, nessa base, os arquipélgos são a defesa avançada de Portugal». «Que granda banhada!!!», gargalhou o Atlântico, nitidamente em ataque recuado.

Tranquilizantes

O advogado do antigo conselheiro de Segurança de Reagan, Robert McFarlane, admitiu a hipótese de que os 30 comprimidos de tranquilizante que o seu cliente enfiou pela boca abaixo e que uma oportuna lavagem ao estômago impediu que o matasse, podiam ter sido tomados «por engano». Bem. De facto um engano, qualquer tem, e McFarlane até se tem enganado um pouco ultimamente, como no «caso Irangate» onde prestou declarações enganadoramente diferentes das da Casa Branca, que insiste em dizer que Reagan não sabia nada da escandaleira. Agora façam é o favor de descobrir o malandro que enganou o homem, e o convenceu de que 30 comprimidos enfiados no bucho de uma assentada, fazia bem à saúde!

Confidencial

O escritor e jornalista Gunter Wallraff, da RFA, foi condenado por um tribunal do seu país a uma multa de 5500 contos ou cinco meses de prisão pela sua reportagem cinematográfica «Cabeça de Turco», feita a partir de uma extraordinária experiência levada a cabo ao longo de dois anos em que o autor, disfarçado de turco e aceitando trabalhar nas duras condições em que habitualmente os emigrantes trabalham na RFA, fez um profundo levantamento e denúncia das condições de humilhante exploração, eivada de racismo, a que os emigrantes estão sujeitos na RFA. O tribunal considerou que algumas passagens do filme violam «o carácter confidencial da palavra». Quem tinha muito jeito para estas frases grotescas era o Goebbels. Mas esse está morto e enterrado, não está?!

Significados

O Couto da UGT descobriu que «ser desempregado em Portugal significa fome e miséria, enquanto que nos outros países da CEE existe formação profissional e aproveitamento da mão-de-obra». Se a formação profissional e o aproveitamento da mão-de-obra dos outros países da CEE desconfiam, ainda mandam para cá os milhões de desempregados deles para conhecerem os significados do Couto.

Gazetilha

por **Ignotus Sum**

I

O ministro Miranda anda desanda numa sarabanda sem deleite e diz infeliz com uma voz entre dentes agastada que o caso Irangate é uma trapalhada.

Por mim enfim assim acho que sim acho que toda aquela reaganada é uma trapalhada entre fascistas, corruptos e ladrões. Agora o que é preciso é dizerem quem são os trapalhões...

E aí é que o governo, que é macaco, não dá cavaco...

II

No Parlamento a questão tinha um grande peso às costas: ia ser uma sessão de perguntas e respostas.

Sem penumbras e sem tretas abriu a verdade as portas: perguntas eram directas as respostas eram tortas...

Fica a pergunta de pé com uma resposta em voga: — Este governo como é? — Este governo é uma droga...

III

Tu que, nos hospitais, doente e infeliz, vês a tua saúde maltratada, contenta-te (é o Cavaco quem o diz...) pois «a crise já foi ultrapassada...»

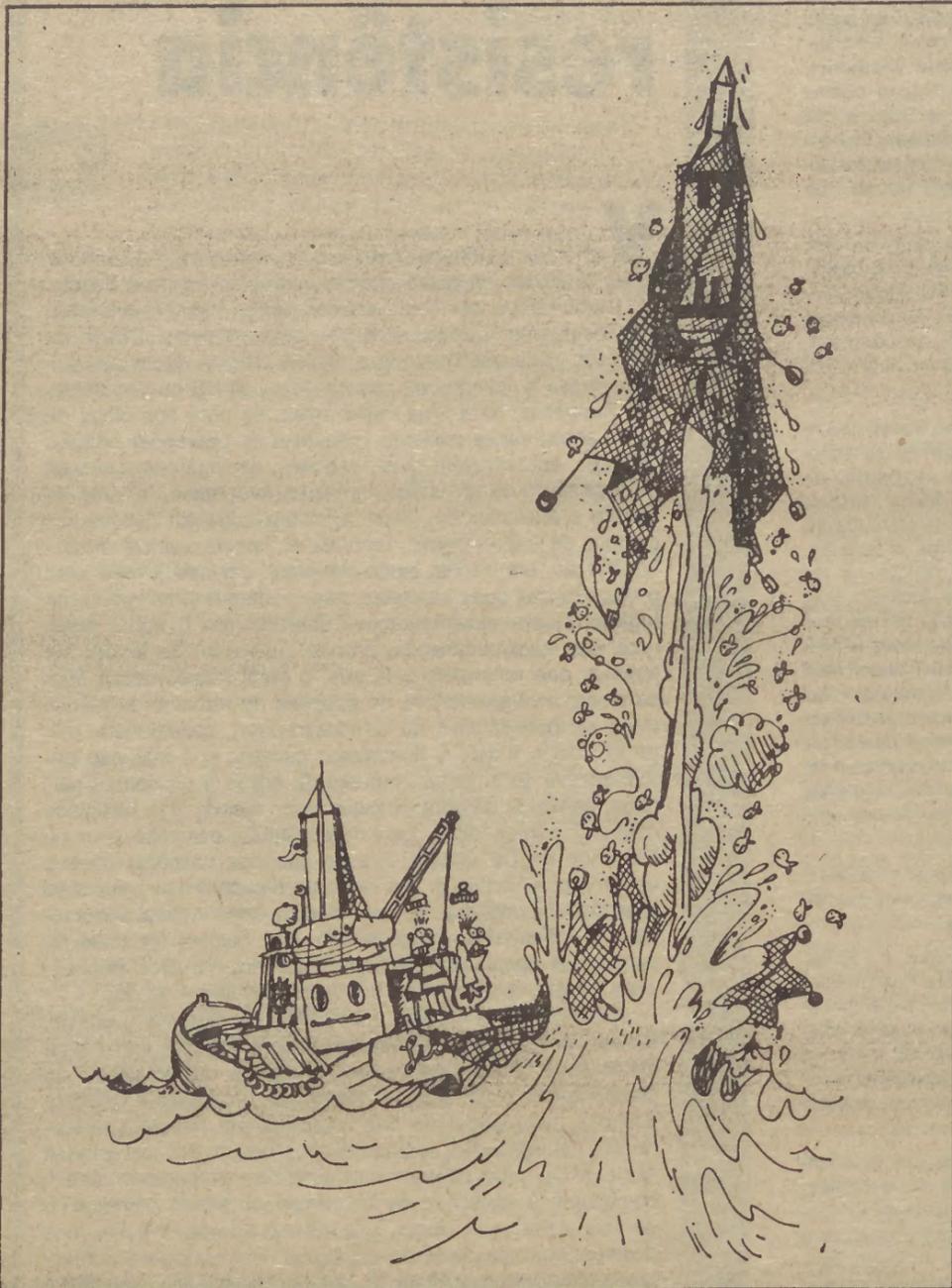
Quem perdeu o emprego e já não vê para breve a esperança levantada alegre-se, o Cavaco na TV diz que «a crise já foi ultrapassada...»

Paga-se mais da renda do buraco? Aumentam preços? Não quer dizer nada pois diz, mostrando os dentes, o Cavaco que esta crise «já foi ultrapassada...»

Cresce a barriga da especulação? Cresce, cresce a violência redobrada? E cresce e cresce, tlim!, a corrupção? pois... mas «a crise foi ultrapassada...»

Não, não se trata de nenhum deslize. A crise, infelizmente, não desanda não desanda a peçonha. Com mais Cavaco, haverá mais crise. Esta, a verdade. O resto é propaganda...

... e falta de vergonha!



Agenda

Avante!

Ano 56 -- Série VII
N.º 685

12 de Fevereiro de 1987

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



Plenários e reuniões para preparação do encontro da OLL

(A realizar a 21/2)

Quinta - 12

- 2.ª Zona/Quimigal - CT Alcântara - 18h30
- 2.ª Zona/Sídul - CT Alcântara - 18h30
- Marvila/Indep - no CCD, 18h30
- Beato - Plenário de empresas - CT do Beato - 18h30
- 1.ª Zona/UFP
- 1.ª Zona/Freg. Anjos - CT de Arroios - 21h30
- 1.ª Zona/Freg. Pena - CT Vitória - 21h30
- Olivais/ECA - CT de Moscavide - 18h30
- IAG(Gráficos) - CT Chiado - 18h30
- Olivais/Sector das Químicas - CT Olivais - 18h30
- Hotelaria - Ag. Viagens - CT Duque Loulé - 19h00
- Escritórios - Sovena - CT Duque Loulé - 19h00
- Comércio/Plenário da organização - CT Duque Loulé - 19h30
- 2.ª Zona/Juventude - CT Alcântara - 21h00
- 3.ª Zona/Freg. Fátima - CT SP Gomes - 21h30
- 5.ª Zona/B.º Boavista - no Bairro - 21h00
- 5.ª Zona/Freg. S. Domingos de Benfca - CT Sete Rios - 21h00
- 6.ª Zona/Ameixoeira - CT Lumiar - 21h00

Sexta - 13

- Células B.º Chinês, Vale Fundão e Marvila Velha - CT Marvila - 20h30
- 2.ª Zona/Mompur - CT Alcântara - 18h30
- 2.ª Zona/ENI - CT Alcântara - 18h30
- 2.ª Zona/Alança - CT Alcântara - 18h30
- 2.ª Zona/CRCB - CT Alcântara - 18h30
- 3.ª Zona/Topclima - na empresa - 18h00
- 2.ª Zona/Ajuda - CT Ajuda - 21h00
- 3.ª Zona/S.º Condestável - CT Pedro Soares - 21h30
- 1.ª Zona/Alfama
- 1.ª Zona/Sec. Centro
- 1.ª Zona/Sec. da Baixa (Freg. Mártires, St.ª Justa, S. Nicolau, S. José) - CT Vitória - 21h00
- 3.ª Zona/S. Mamede - CT Vitória - 21h30
- 6.ª Zona/C. Grande - CT António Serpa - 21h00

Sábado - 14

- Plenário da Organização da Hotelaria - CT Duque de Loulé - 15h00
- Gráficos - D. Lisboa - CT Chiado - 16h30
- 2.ª Zona/Sobre fundos - CT Alcântara - 17h00
- Beato - Células de Bairro - CT do Beato - 15h00
- 5.ª Zona/B.º Padre Cruz - Sala da Junta no Bairro - 15h00
- 1.ª Zona/S. Paulo, Santos - CT Santos - 15h00
- 1.ª Zona/Encarnação, Lapa, Mercês, Sacramento, St.ª Catarina - CT Vitória - 15h00
- 3.ª Zona/B.º Liberdade - CT do Bairro - 15h00
- 4.ª Zona/Penha de França
- Marvila - Células da Zona J Nova, J Velha, Qt.ª Salgada - Com. Moradores Qt.ª Salgada - 16h00
- Olivais - Sec. Norte - CT Moscavide - 15h30
- Olivais - Sec. Sul - CT Olivais - 15h30
- 6.ª Zona/S. J. Brito - CT Ant. Serpa - 15h00
- 6.ª Zona/Lumiar - CT Lumiar - 15h00
- Comércio - Coop. F. Pública - CT Duque Loulé - 15h00

Segunda - 16

- 2.ª Zona - Célula Docca Pesca - CT Algés - 10h00
- CDL - na empresa - 13h15 e 18h00
- 3.ª Zona/Freg. Campolide - CT Campolide - 21h30

Terça - 17

- 2.ª Zona/FIL - CT Alcântara - 18h30
- CML - Plenário Célula - CT Duque Loulé - 19h00
- 1.ª Zona/Organismo Direcção - Santos
- 3.ª Zona/Estac - CT Vitória - 18h00
- Beato - M. Militar - CT Beato - 18h30

Quarta - 18

- Marvila/Petroquímica - CT Marvila - 17h30
- 3.ª Zona/Citofone - CT Campolide - 19h00
- 4.ª Zona - Freg. S. João
- 6.ª Zona - Alvalade - CT Ant. Serpa - 21h00
- Marvila/INDEP

Quinta 12

• VIANA DO CASTELO

No âmbito do 56.º aniversário do órgão central do PCP, o director do «Avante!», camarada António Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP encontra-se às 10.00 com os trabalhadores dos Estaleiros, seguindo-se um encontro com o Secretariado da Célula; às 18.00, encontro com a Imprensa Regional e os organismos representativos dos trabalhadores, na Associação de Jornalistas do Alto Minho; às 19.30, jantar comemorativo em Ponte de Lima; e às 21.30, no Centro de Trabalho de Viana do Castelo, sessão sobre o aniversário do «Avante!».

• PORTO

Plenário de militantes das organizações de Bonfim/Santo Ildefonso e Sé, às 21.30, no Centro de Trabalho de Barão de S. Cosme.

Sexta 13

• TOMAR

Debate sobre a comunicação social, às 21.00, no Salão Nobre da Câmara Municipal, no âmbito do 56.º aniversário do órgão central do PCP, com o camarada António Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP e director do «Avante!».

• LISBOA

Plenário de militantes das freguesias da Sé, Santo Estêvão, S. Miguel e S. Vicente, às 21.30, no Centro de Trabalho de Alfama, com a seguinte ordem de trabalho: definir objectivos para a campanha organizativa e a situação política.

• QUEIJAS

Plenário de militantes, às 21.30, no Centro de Trabalho, com o camarada José Casanova, membro da Comissão Política do CC do PCP.

• VILA FRANCA DE XIRA

Sessão de esclarecimento sobre a situação política internacional, às 21.30, no Centro de Trabalho, com o jornalista Alberto Villaverde Cabral.

• PORTO

Plenário das organizações de Massarelos, Lordeio e Aldoar, às 21.30, no Centro de Trabalho da Boavista, com o camarada António Mota, membro do CC e deputado.

Sábado 14

• MONTIJO

Debate sobre a comunicação social, às 21.00, no Círculo Histórico-Cultural, com o subchefe da redacção do «Avante!» no âmbito do 56.º aniversário do órgão oficial do PCP.

• ALPIARÇA

Reunião distrital de difusores do «Avante!», às 16.00, no Centro de Trabalho, com o camarada António Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP e director do «Avante!».

• BENAVENTE

Debate sobre comunicação social, no âmbito do 56.º aniversário do órgão central do PCP, às 21.00, no Centro de Trabalho, com o camarada António Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP e director do «Avante!».

• LISBOA

Reunião Plenária Distrital de Quadros para o trabalho de informação e propaganda, às 14.30, no Centro de Trabalho Vitória, com o camarada José Casanova, membro da Comissão Política do CC do PCP.

• PORTO

Conferência-debate sobre a «Evolução da

Economia Mundial Contemporânea», às 15.00, no Centro de Trabalho de S. Cosme, com o camarada Armando de Castro;

— plenário de militantes da organização de Ramalde, às 15.00, no Centro de Trabalho de Ramalde;

— jantar/noite de fado, às 20.00, no Centro de Trabalho da Boavista, organizado pela Comissão de Freguesia de Cedofeita e sector de empresas do Comité Local do Porto, no âmbito da «Campanha dos 10 mil contos para um novo Centro de Trabalho do Partido no Porto».

• GONDOMAR

Assembleia da Organização de Freguesia de Baguim do Monte, às 15.00, com o camarada Sérgio Teixeira, membro do CC.

• VILA DO CONDE

Debate sobre a situação política, às 15.30, na Escola Primária n.º 1 (Professor Bouça), com o camarada Avelino Gonçalves, membro do CC.

• PINHAL NOVO

Reunião da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP com as Comissões Concelhias, no Centro de Trabalho, das 14.30 às 19.00. Ordem de trabalhos: os objectivos e as tarefas da Campanha Organizativa, decidida pelo Comité

Sessão de solidariedade com o Chile organizada pela 2.ª Zona do CLL



Sábado, 14, às 15 horas

no Salão da Junta de Freguesia de Alcântara com o jornalista Alberto Villaverde Cabral

Central em 16 de Janeiro, na Organização Regional de Setúbal. Com os camaradas Blanqui Teixeira e Carlos Ramildes, membros da Comissão Política do CC do PCP.

• ANGRA DO HEROÍSMO

Encontro regional do PCP sobre questões laborais que se propõe debater diversos aspectos da situação laboral na Re-

gião Autónoma dos Açores. Encontro em que participarão quadros de todas as ilhas e com a presença do camarada Domingos Abrantes, membro da Comissão Política do CC do PCP.

Domingo 15

• PINHAL NOVO

Encontro-convívio



manuel da fonseca
ENCONTRO/DEBATE

Luísa Basto e João Fernando cantam poesia de Manuel da Fonseca

DIA 20
FEVEREIRO/87
21 HORAS

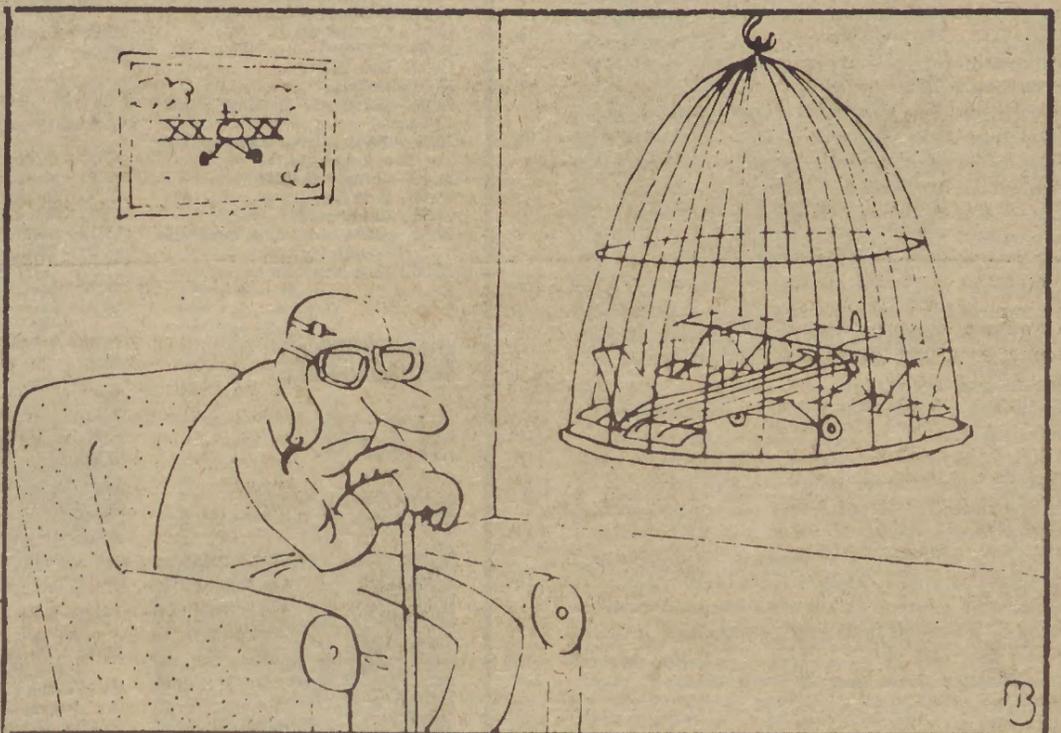
JUNTA DE FREGUESIA DE S. SEBASTIÃO AUDITÓRIO

com sessão pública de encerramento.

Segunda 16

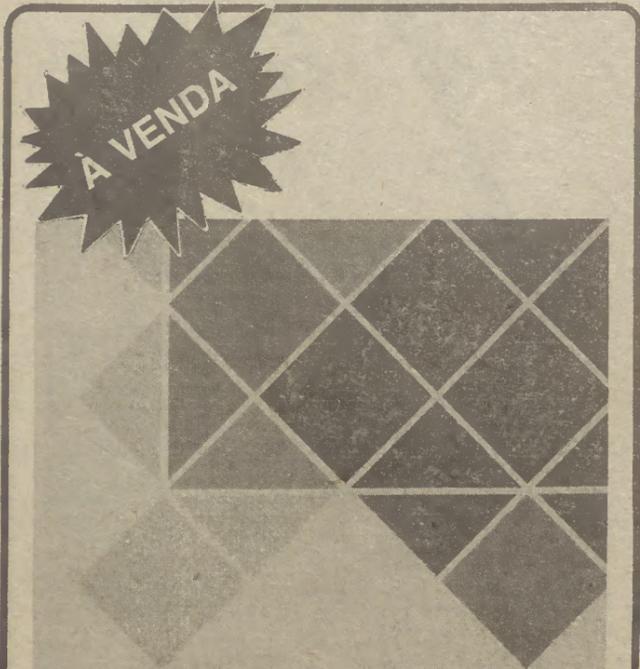
Início do curso básico de quadros (quinzenal), às 21.30, no Centro de Trabalho da Rua do Almada, n.º 138, destinado a camaradas do Sector de Serviços e Grandes Serviços.

• PORTO



PESKOV, Vitali -- URSS, in «Literatournaia Gazeta» 1986

A VENDA



**reforçar o Poder Local democrático
melhorar a vida das populações**

edições Avante!

Documentos e intervenções
Conferência Nacional do PCP

ÍNDICE

- Saudação, Dinis Miranda 7
- Relatório de Abertura, Carlos Costa 9
- As Autarquias no Distrito de Setúbal, José Vieira 40
- Poder Local e Eleições Autárquicas no Distrito do Porto, Helena Medina 46
- Minho: Trabalho nas Autarquias e Eleições Autárquicas, Cândido Capela 51
- Distrito de Santarém: Balanço e Perspectivas, António Soares 54
- A Mulher e o Poder Local Democrático, Deolinda Rosa Pereira 56
- A Acção Parlamentar do PCP em Defesa do Poder Local Democrático, João Amaral 58
- Beira Litoral: Situação do Trabalho nas Autarquias e da Preparação das Eleições, Manuela Antunes da Silva ... 64
- Poder Local e Eleições Autárquicas no Distrito de Lisboa, José Casanova 68
- O Trabalho nas Autarquias APU no Alentejo e as Eleições Autárquicas, João Rocha 73
- Distrito de Leiria: Situação do Trabalho nas Autarquias e Perspectivas Eleitorais, José Luis M. Sousa 79
- Cidade do Porto - Gestão Autárquica e Perspectivas Eleitorais, Macedo Varela 82
- Região Autónoma da Madeira - Situação e Trabalho Eleitoral, José Gonçalves 85
- O Trabalho nas Autarquias e as Perspectivas Eleitorais em Loures, Severiano Falcão 87
- Novas Freguesias: Situação e Perspectivas Eleitorais, David Teixeira 91
- Trás-os-Montes: O Trabalho nas Autarquias e as Eleições Autárquicas, Luis Correia 93
- Sintra: O Trabalho nas Autarquias e Trabalho Eleitoral, Lino Paulo 96
- Beira Interior: O Trabalho nas Autarquias e as Eleições Autárquicas, António Teles André 100
- A Grande Lisboa e as Responsabilidades Autárquicas, Leopoldo de Almeida 103
- O Trabalho em Vila Real de Santo António e Vila do Bispo e Questões Eleitorais no Algarve, Eurico Antunes. 108
- A Juventude, o Poder Local e as Eleições Autárquicas, Jorge Zacarias 112
- O Poder Local e as Próximas Eleições na Região Autónoma dos Açores, Artur Afonso 115
- Os Trabalhadores das Autarquias Locais, Lídia Maria S. Pereira 118
- O Trabalho Autárquico e as Perspectivas Eleitorais na cidade de Lisboa, António Silva Graça 121
- As posições do PCP e da APU nas Autarquias. O Próximo Mandato. A Associação de Eleitos Comunistas e Outros Democratas, Luis Sá 124
- Intervenção de Encerramento, Álvaro Cunhal 131
- Documento-Síntese 151
- Resolução 188
- Proclamação 189

Quinta 12

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela «Cambalacho»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.35 - Ciclo Preparatório
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Brinca Brincando
- 18.50 - Concurso «Par ou Ímpar»
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Telenovela «Palavras Cruzadas»
- 20.45 - Europa
- 21.15 - Face a Face
- 21.45 - Série «As Blue Bell» (3.º epis.)
- 22.30 - 24 Horas
- 23.00 - Remate

RTP2

- 14.15 - Série «George Washington» (2.º epis.)
- 15.05 - Agora, escolha!
- 16.30 - Notícias
- 16.35 - Trinta Minutos com...
- 17.05 - Countdown
- 18.00 - Estádio
- 19.00 - Nino Show
- 20.00 - Notícias
- 20.05 - Série «5.ª Dimensão» (88.º epis.)
- 20.30 - Série «Uma Família às Direitas» (63.º epis.)
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - É de Ler
- 21.35 - A Quinta do Dois

Sexta 13

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela «Cambalacho»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.35 - Ciclo Preparatório
- 18.00 - Sumário
- 18.07 - Brinca Brincando
- 18.50 - Concurso «Par ou Ímpar»
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Telenovela «Palavras Cruzadas»
- 20.55 - Série «Palácio dos Sonhos» (3.º epis.)
- 21.50 - Tudo é Espectáculo «Dionne Warwick em Londres»
- 22.50 - Série «Hitchcock apresenta» (18.º epis.)
- 23.20 - 24 Horas
- 23.50 - Remate

RTP2

- 14.15 - Série «George Washington» (3.º epis.)
- 15.05 - Agora, escolha!
- 16.30 - Notícias
- 16.35 - Trinta minutos com...
- 17.05 - Countdown
- 18.00 - Estádio
- 19.00 - Nino Show
- 20.00 - Notícias
- 20.05 - Série «5.ª Dimensão» (89.º epis.)
- 20.30 - Série «Uma Família às Direitas» (64.º epis.)
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - É de Ler
- 21.35 - Contraponto
- 22.35 - Série «Meu filho, meu filho» (1.º epis.)
- 23.35 - Uma boa ideia

Sábado 14

RTP1

- 09.00 - A Quinta do Dois
- 10.05 - Série «No Reino dos Monchichi» (5.º epis.)



TV O Programa

- 11.15 - Juventude e Família
- 13.00 - Sumário
- 13.10 - Jornalinho
- 14.00 - Parlamento
- 14.30 - ABZ
- 17.00 - Telenovela «Tudo em Cima»
- 17.45 - 20 Anos
- 18.45 - Super Trinta
- 19.45 - Tetoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.35 - 7 Folhas
- 21.00 - Série «Dallas» (1.º epis.)
- 22.00 - Ora Viva
- 23.40 - Cinema «A Queda de Um Corpo», real. Mark Robson, intérp. Humphrey Bogart, Rod Steiger, Jan Sterling (EUA/1959, 109 min.)

RTP2

- 12.30 - Outros mundos
- 13.00 - Os anos não contam
- 13.50 - Meu bicho, meu amigo
- 14.05 - Série «A Aposta» (5.º epis.)
- 14.30 - Novos Horizontes
- 14.50 - Raphaeli «Vida e obra do grande artista da Renascença» (II parte)
- 16.00 - Troféu
- 20.00 - Cinema «Zero em Comportamento», real. Jean Vigo (França/1933)
- 20.50 - OI Magazine Informático
- 21.05 - Jazz
- 22.05 - Video Clube
- 22.50 - Troféu

Domingo 15

RTP1

- 09.00 - Série «Vida Selvagem» (9.º epis.)
- 09.30 - Juventude e Família
- 10.45 - TV Rural
- 11.15 - Missa de Domingo
- 12.05 - 70 vezes 7
- 12.35 - Série «O Almoço está na Mesa» (18.º epis.)
- 13.00 - Viva a Música
- 13.35 - Série «Os Roberts» (12.º epis.)
- 14.00 - Concurso «Arco Iris»
- 15.35 - Cinema «A Passagem do Noroeste», real. King Vidor, intérp. Spencer Tracy, Robert Young, Walter Brennan (EUA/1940, 127 min.)
- 17.30 - Clube Amigos Disney
- 19.00 - Série «O Justiceiro» (3.º epis.)
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico



- 20.35 - Histórias de Cidades progr. de Hermano José Saraiva - Lamego
- 21.00 - Série «Paraíso Adiado» (6.º epis.)
- 22.00 - Domingo Desportivo
- 23.05 - Dizem os Astros

RTP2

- 10.00 - Troféu
- 12.30 - Magazine
- 12.50 - Caminhos
- 13.05 - Música na América
- 13.35 - Série «Kaagera» (4.º epis.)
- 15.00 - Troféu
- 17.00 - Fantasia e Realidade
- 17.30 - Série «Lovejoy» (7.º epis.)
- 18.30 - Série «A Herança Científica do Mundo Árabe» (6.º epis.)
- 19.00 - Entrada Livre
- 19.25 - Ler Portugal David Mourão Ferreira e Lisboa



- 19.55 - Série «O Triunfo do Ocidente» (5.º epis.)
- 20.45 - Série «O Diário Secreto de Adrian Mole» (5.º epis.)
- 21.15 - Um passelo pelo teatro português - Os Actores
- 22.00 - Cinema «Casamento Escandaloso», real. George Cukor, intérp. Katherine Hepburn, Gary Grant, James Stewart (EUA/1940, 113 min.)

Segunda 16

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela - «Cambalacho»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.55 - Ciclo Preparatório
- 18.00 - Sumário
- 18.07 - Brinca Brincando
- 18.50 - Concurso «Show Bis»
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Telenovela «Palavras Cruzadas»
- 20.50 - Vamos ao Teatro - «Madalena Lê uma Carta»
- 21.40 - Bis, Bis! (Nova Orleans - Anos 20)
- 23.00 - 24 Horas
- 23.30 - Remate

RTP2

- 14.15 - Série «George Washington» (4.º epis.)
- 15.05 - Agora, escolha!
- 16.30 - Notícias
- 16.35 - Trinta minutos com...
- 17.05 - Countdown
- 18.00 - Estádio - Basquetebol: Real Madrid-Barcelona
- 19.00 - Nino Show
- 20.00 - Notícias
- 20.05 - Série «5.ª Dimensão» (90.º epis.)
- 20.30 - Série «Uma Família às Direitas» (65.º epis.)
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - É de Ler
- 21.35 - Série «Espada de Honra» (7.º epis.)
- 22.30 - 2.ª Volta
- 23.00 - Série «Benson» (13.º epis.)

Terça 17

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela «Cambalacho»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.35 - Ciclo Preparatório
- 18.00 - Sumário
- 18.07 - Brinca Brincando
- 18.50 - Concurso «Show Bis»
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Telenovela «Palavras Cruzadas»
- 20.50 - Portugal sem fim
- 21.45 - Série «Dempsey e Makepeace» (15.º epis.)
- 22.35 - 24 Horas
- 23.05 - Remate

RTP2

- 14.15 - Série «George Washington» (5.º epis.)
- 15.05 - Agora, escolha!
- 16.30 - Notícias
- 16.35 - Trinta minutos com...
- 17.05 - Countdown
- 18.00 - Estádio
- 19.00 - Nino Show
- 20.00 - Notícias
- 20.05 - Série «5.ª Dimensão» (91.º epis.)
- 20.30 - Série «Uma Família às Direitas» (66.º epis.)
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - É de Ler
- 21.35 - Cinema «Os Camisardos», real. René Allio, intérp. Philippe Clievenot, Jacques Debary, Gerard Desarthe (França/1972)

Quarta 18

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela «Cambalacho»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.35 - Ciclo Preparatório
- 18.00 - Sumário
- 18.07 - Brinca Brincando
- 18.50 - Concurso «Show Bis»
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Vamos Jogar no Totobola
- 20.20 - Telenovela «Palavras Cruzadas»
- 21.00 - Cinema: «O Assalto ao Carro Blindado», rel. Burt Kennedy, intérp. John Wayne, Kirk Douglas, Howard Keel (EUA/1967, 99 min.)
- 22.35 - 24 Horas
- 23.05 - Remate

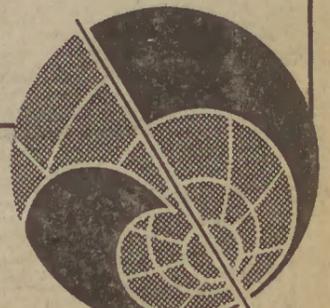
RTP2

- 14.15 - Série «George Washington» (6.º epis.)
- 15.05 - Agora, escolha!
- 16.30 - Notícias
- 16.35 - Trinta minutos com...
- 17.05 - Countdown
- 18.00 - Estádio
- 19.00 - Nino Show
- 20.00 - Notícias
- 20.05 - Série «5.ª Dimensão» (92.º epis.)
- 20.30 - Série «Uma Família às Direitas» (67.º epis.)
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - É de Ler
- 21.35 - «Rienzi» - o último dos tributos (Ópera)

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

BOLETIM INFORMAÇÃO

Documentos dos partidos comunistas e operários
ARTIGOS E INTERVENÇÕES



Cinema A seleção

Exposições

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Aliens-O Recontro Final	★★★	★★	★★	—	★★★★
B	Coronel Redi	—	★★	★★	—	—
C	A Missão	★	★★	★★	★★	★★★★
D	Mona Lisa	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
E	O Nome da Rosa	★★★★	—	★	—	★★★
F	Peggy Sue Casou-se	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
G	Quarto com Vista sobre a Cidade	★★	★★★	★★★★	—	★★★
H	O Raio Verde	—	★★★★	★★★★	★★★★★	—
I	Ran	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
J	Tangos	—	★★	★★	★★★	—
L	À Volta da Meia-Noite	—	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★

- Classificação de *****
- A — Real. James Cameron — **Fonte Nova/1** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 - B — Real. István Szabó — **Apolo 70** (15.00, 18.00, 21.00, 24.00) — Lisboa.
 - C — Real. Roland Joffé — **Alfa/Clube** (14.45, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), **Amoreiras/6** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), **Mundial/3** (13.45, 16.15, 18.45, 21.15), **S. Jorge/2** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 - D — Real. Neil Jordan — **Alfa/2** (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.45, 00.15) **Amoreiras/4** (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00), **S. Jorge/3** (14.30, 16.45, 19.00, 21.45) — Lisboa.
 - E — Real. Jean-Jacques Annaud — **Alfa/1** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Amoreiras/1** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Berna** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **Gemini** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **Mundial/1** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **S. Jorge/1** (15.30, 18.30, 21.15) — Lisboa.
 - F — Real. Francis Ford Coppola — **Ávila** (15.00, 17.00, 19.00, 21.45, 23.45), **Sétima Arte** (14.45, 17.00, 19.00, 21.45, 23.45) — Lisboa.
 - G — Real. James Ivory — **Amoreiras/2** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), **Mundial/2** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
 - H — Real. Eric Rohmer — **Estúdio 444** (15.00, 17.00, 19.00, 21.30), **Quarteto/4** (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 - I — Real. Akira Kurosawa — **Amoreiras/3** (15.00, 18.00, 21.00, 24.00) — Lisboa.
 - J — Real. Fernando Solanas — **Quarteto/3** (14.15, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 - L — Real. Bertrand Tavernier — **Quarteto/2** (14.15, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.

• LISBOA

Agathe Gaillard — «Fotografia», Gal. Módulo, Av. António Augusto Aguiar, 56-5.º dt.º. (até 6/3).

Ana Jotta — «Pintura», Gal. EMI-Valentim de Carvalho, R. da Cruz dos Poiais, 111, a S. Marçal, 3.ª a dom., 15.00 às 19.00.

António Mira — Gal. Quadrum, R. Alberto Oliveira, 52, Coruchéus, Alvalade, 2.ª a 6.ª 10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00 (até 19/2).

Bordado da Madeira, 1850-1930 — Museu Nacional do Traje, Lumiar, de 3.ª a Dom., das 10.00 às 12.30 e das 14.00 às 17.00. Cerca de 300 peças que vão dos trajes oitocentistas aos novos padrões do princípio do século (até 30/3).

Catherine Henke — Pintura, Gal. Novo Século, Rua do Século, 23-A, 2.ª a sáb., 14.00 às 20.00 (até 26/2).

Colectiva — Serigrafias e litografias, de João Hogan, Cesariny, Cargaleiro, Cutileiro e outros, Gal. Holly, Largo da Trindade, 17, 2.ª, 15.00 às 19.00, 3.ª a sáb., 10.30 às 13.00 e 15.00 às 19.00 (até fins de Março).

Colectiva — de Isabel Augusto, Ivo, Mateus, Rui Matos e Teresa Silva, Poligrupo/Reassocença, R. Ivens, 14.

Colectiva — João Vieira, Palolo Rocha Pinto, Sérgio Pombo, Arpad Szénes, Mário Cesariny, Dourcil e outros (pintura, escultura, serigrafia), «Atelier 2», Rua da Emenda, 66, 3.ª, 2.ª a 6.ª, 10.00 às 13.00 e 14.30 às 18.00 (até 20/2).

Costa Pinheiro — Pintura, galeria «111», Campo Grande, 113, 2.ª a 6.ª, 10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb. 10.00 às 13.30.

Francisco Rúbio — Gal. Ether/Vale Tudo Menos Tirar Olhos, R. Rodrigo da Fonseca, 25, 3.ª a sáb., 15.00 às 20.00. (até 21/3).

Goarmon Palma — Escultura, Gal. Páteo Alfacinha, R. Guarda-Jóias, 44, todos os dias, 11.00 às 22.00. (até 20/2).

Hélder Batista, escultura e medalhas. Livr. da Imprensa Nacional, R. Marquês Sá da Bandeira, 16-A.

Helena Matta — Pintura, Gal. Codilivro, Pr. Dr. Nuno Pinheiro Torres, 2-A. (até 20/2).

Isabel Garcia — Pintura, Gal. Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A, 2.ª a 6.ª, 10.00 às 19.00, sáb. 10.00 às 13.00 (até 11/3).

Jaime Silva — «Pintura e Desenho», Museu-Escola de Artes Decorativas, Largo das Portas do Sol, 2, 3.ª a sáb., 10.30 às 17.00 (até 13/2).

Jorge Molder — «Fotografias», Centro de Arte Moderna — Gulbenkian.

José Esteves — Escultura, Gal. Arte Bruta, R. do Século, 108, 2.ª a sáb., 14.00 às 20.00 (até 28/2).

José Paulo Ferro — «Desenho», Gal. Artémira, R. Filipe Folque, 48-A, 2.ª a 6.ª, 10.00 às 19.00, sáb. 10.00 às 13.00 (até 11/3).

Júlio Pomar, pintura — retrospectiva

13.00 e 14.30 às 18.00 (até 20/2).

1945-1986. Fundação Gulbenkian. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00 (até 15/2).

Lurdes Leite — Gal. S. Francisco, R. Ivens, 40, 2.ª a 6.ª, 10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb. 10.00 às 13.00 (até 28/2).

Max Ernest — «Exposição de Livros e Obra Gráfica» do artista alemão, constituída por 186 gravuras apresentadas em 130 molduras, a par de alguns desenhos de obra gráfica, livros, etc., nas Galerias das Exposições Temporárias, piso 01, Fundação Calouste Gulbenkian.

Nadir Afonso, pintura (retrospectiva, anos 40 a 80). Gal. Bertrand, R. Anchieta (Chiado).

Amâncio Guedes — Pintura, Gal. Cómicos, R. Ten. Raul Cascais, 15.00 às 20.00 (até 21/2).

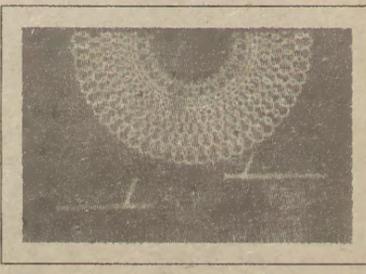
Manuel Viana — Desenhos, Gal. Barata, Av. de Roma, 11-A, 2.ª a sáb., 12.00 às 23.00 (até 15/2).

Ana Silva e Sousa — Escultura, exposição comemorativa do 5.º centenário da viagem de Bartolomeu Dias, Museu Nacional do Traje (até 15/3).

Pedro Amâncio — Gal. de Artes 6.0.1, Centro Comercial S. João de Deus, Av. António José de Almeida, 7, 3.ª a dom., 12.00 às 20.00.

Photographie - Fotografia — Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91, dias úteis, 9.00 às 20.00 (até 27/2).

A Resistência Alemã - 1933-45 — Expo-



sição fotográfica e algumas peças originais da resistência ao regime nazi, Instituto Alemão, Campo dos Mártires da Pátria, 37, dias úteis, 10.00 às 19.00 (até 13/2).

Rolf Lederbogen — Fotografia, Instituto Alemão, Campo dos Mártires da Pátria, 37 (até 13/2).

Sérgio — Pintura, Gal. Olharte, Calc. do Cardeal, 18, 3.ª a Dom., 16.00 às 20.00 (até 28/2).

Teresa Ribeiro — Museu Nacional do Traje, Paço do Lumiar, de 3.ª a Dom., das 10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00. (até 8/3).

Patrónio da Universidade — Pintura, escultura, desenho e gravura (particular destaque para um desenho de Leonardo da Vinci), Museu Soares dos Reis, 10.00 às 12.00 e 14.00 às 17.00. (até 15/2).

• PORTO

Álvaro Rocha — Desenhos e óleos, Gal. Nasoni, R. Galeria de Paris, 80.

António Modesto — pintura, Galeria EG, Caminho da Fonte de Cima, 33, 129-A, 3.ª a sáb., 15.00 às 20.00.

Cesário Verde — Bibliográfica e iconográfica, Biblioteca Municipal, Lg. S. Lázaro, todos os dias, 14.00 às 19.00. (até 18/2).

Colectiva — Na Galeria do Casino do Estoril, todos os dias, das 15.00 às 24.00, trabalhos de António Araújo, Artur Bual, Francisco Relógio, Guima, João Cutileiro, Manuel Cargaleiro, Matilde Marçal, Victor Belém e Virgílio Domingues. (até 24/2) — ESTORIL.

Colectiva — Isabel Sabino, Lima Carvalho, Maria João Gamito, Pedro Saraiva, Rocha de Sousa, Rogério Ribeiro, Gal. Nova (Convento da Graça). (até 28/2) — TORRES VEDRAS.

David de Almeida — Gravura, Gal. de Arte de Tavira, R. Jacques Pessoa, 17, todos os dias, 10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00. (até 26/2) — TAVIRA.

Francisco Nunes de Oliveira e Manuel Branches — Pintura e fotografia, na Câmara Municipal da Amadora, todos os dias, das 15.00 às 23.00. (até 15/2) — AMADORA.

João Paulo Feliciano — Gal. do Museu de Setúbal, Convento de Jesus (até 28/2) — SETÚBAL.

Lima Carvalho — Desenho e óleos, Gal. LAPUB, R. D. Luís I, Bloco 2-B, 2.ª a 6.ª, 16.00 às 19.00 e 21.00 às 23.00; sáb. e dom., 16.00 às 19.00. (até 15/2) — FIGUEIRA DA FOZ.

Terence Tarsnane — Pintura, 3.ª a dom. 15.00 às 19.00 (até 20/2), Gilde, S. Torcato — GUIMARÃES.

Moinhos e Azenhas — Exposição etnográfica, Museu Municipal de Loures, 3.ª a 6.ª, 9.00 às 12.00 e 14.00 às 17.00, sáb. e Dom., 10.00 às 17.00 (até 28/2) — LOURES.

Renato Roque — Fotografia, átrio da Câmara Municipal, 2.ª a 6.ª, 9.00 às 12.30 e 14.00 às 18.00. (até 20/2) — VILA NOVA DE FAMALICÃO.

Teatro O Cartaz ...e ainda Música, debates, etc.

• LISBOA

A Barraca, R. Alex. Herculano, 70. De 3.ª a sáb./21.30, sáb. e dom./16.00. **Os Polícias**, de Sławomir Mrozek, adapt. e enc. Hélder Costa.

Comuna, Pç. de Espanha. De 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. **Victor** — ou as **Crianças no Poder**, de Roger Vitrac, enc. João Mota; sáb. e dom./17.00 — **O Tesouro**, de Eça de Queirós.

D. Maria II, Rossio. De 3.ª a sáb./21.30, sáb. e dom./16.00. **Guerras do Alecrim e Mangerona**, de António José da Silva, o Judeu, enc. Carlos Avilez — Comp.ª. Teatro Nac.TEC.

Marla Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a sáb./20.30 e 22.45, dom./16.00, 20.30 e 22.45. **Escrita em Dia**, nova versão de Isto é Marla Vitória, de H. Santana, Nicholson, Bracinha, M. Zambujal, enc. Ivone Silva.

Teatro Aberto, Praça de Espanha, 2.ª a 5.ª/21.30, dom./16.00 e 21.30. **O Jardim das Cerejas**, de Anton Tchekov, enc. de João Lourenço.

Teatro Estúdio de Lisboa, Teatro Vasco Santana, Entrecampos, 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. **Sylvia Plath** — Quem a Matou?, de Barry Kyle, enc. Luzia Maria Martins.

Teatro Ibérico, Convento de Xabregas, R. Xabregas, 54. De 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. **A Vida é Sonho**, de Calderón de la Barca, enc. Xosé Blanco Gil.

Teatro do Século, R. do Século, 41. **Drácula Júnior**, de Fernando Gomes, música de José Carrapa e Sérgio António (a partir de hoje).

Teatro da Trindade, R. Nova da Trindade. De 3.ª a sáb./21.00, dom./16.00. **A Mulher do Campo**, de W. Wicherley, enc. Luís Miguel Cintra — Comp. Teatro da Cor-

nucópia (até 14/2).

Variedades, Parque Mayer. De 3.ª a dom. 21.30. dom./16.00. **Aqui Há Fantasmas**. Texto e enc. de Henrique Santana. Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 30. De 3.ª a dom./21.30, dom./16.00. **Sapateado**, de Richard Harris, enc. Varela Silva.

• PORTO

Teatro Experimental do Porto, R. do Pinheiro, 4, 3.ª a sáb. 21.00. **Catástrofe ou o Mundo de Samuel Beckett**, enc. Mário Viegas.

• ALGÉS

Teatro 1.º Acto, R. Eduardo A. Pedrosa, 16-A, 5.ª a sáb., 21.30; sáb. e dom., 17.00. **Nó Cego**, de Carlos Vereza, enc. Águeda Sena (até 21/2).

• ESTORIL

Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto de

Cinema

Quem gostar de cinema português, nomeadamente filmes que há muito se estrearam, pode-se deslocar no próximo sábado, dia 14 de Fevereiro, pelas 17 horas, ao Centro de Trabalho de Santos, onde assistirá à projecção do filme de Artur Duarte, «Costa do Castelo». Motivo para gargalhada salutar, rever Lisboa antiga que, a manter-se o Abecassis, ficará erigida de torres e taveirices. A projecção de filmes portugueses aos sábados é uma iniciativa da Comissão de Centro do CT de Santos.

E no Centro de Trabalho Vitória, na Av. da Liberdade, também uma sessão de cinema, hoje, quinta-feira, às 21 horas. «No Limiar da Realidade» chama-se o conjunto de quatro histórias assinadas por Steven Spielberg, John Landis, George Miller e Joe Dante. E

um filme composto por quatro histórias fantásticas que constituem a homenagem dos seus realizadores à célebre série televisiva «A 5.ª Dimensão». Como se isto não fosse suficientemente aliciente acrescentamos que a entrada é livre.

Também a Associação Portugal-URSS continua a apresentar filmes de autores soviéticos, amanhã, dia 13, pelas 21.30, nas instalações da Associação, R. de S. Caetano, 30, estará em exibição o filme «Erva Doce», de Amanbek Alpiev, que se estreia em Portugal, depois de ter sido apresentado no Festival de Tomar. A não esquecer que todas as sextas-feiras há cinema na Associação Portugal-URSS. Por seu turno, o Clube ABC, nas suas habituais sessões às 18.45, no Estúdio 444, Av. Defensores de Chaves, inicia amanhã, dia 13, o ciclo «A Trilogia de Máximo», real. G. Kozintsev e L. Trauberg (URSS) e Itérp. Boris Tchirkov; Stephan Kayukov, Valentina Kibardina,



Dança

Vai ser apresentado ao público português, na Sala Polivalente do Centro de Arte Moderna da Fundação Gulbenkian, alguns aspectos da coreografia europeia de vanguarda, com a realização do espectáculo, no dia 18, às 21.30, da «Dança Europeia Contemporânea». Earl Lloyd Hepburn, de nacionalidade inglesa, ganhou o primeiro prémio de 1986 do Concurso de «Bagnolet», com a peça «Mindless Matter». Foi en-

Tempo Fim de Semana



De acordo com a antevisão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, é o seguinte o estado do tempo para o próximo fim-de-semana: céu geralmente muito nublado, vento fraco a moderado e ausência de chuva.

Música

A voz de Maria Bethânia, desde que tenha dinheiro para os bilhetes, é um

a TV

Turismo... à mão armada

A esquadra americana aproximava-se da costa libanesa. Os intuitos eram nitidamente agressivos, havia uma indistigável atitude de pressão. Irresponsável. Os dirigentes americanos lançam-se, com o máximo impudor, no máximo risco.

Depois brincam com o pagode. Que não senhor, que aqui não tem intenções agressivas, que ideia!

As agências internacionais distribuem o dislate. Telejornal apura o guizado. Pouco falta para se dizer que a esquadra americana anda em viagem... de turismo...

Estes pândegos!

Povo, é uma coisa; Reagan é outra

Chegam-nos imagens dos Estados Unidos. Manifestação popular contra os ensaios nucleares, contra a «guerra das estrelas», contra o reaganismo aldrabão, ilegal e belicista. Entre os manifestantes, nomes conhecidos mundialmente na arte, na ciência, no espectáculo. Foi a maior manifestação dos últimos dez anos, disse-se.

A reportagem teve o mérito de mostrar que é erro grave confundir os interesses do povo com os interesses de certos tubarões. Reagan, North, & Cia., estão de um lado; o povo americano, está do outro.

Como vimos com estes nossos próprios olhos. Ninguém nos contou.

Mas que raio é isto?

A televisão mostra um aumento de interesse pelas figuras do passado ou afins. Aquela semana foi simplesmente... pavorosa.

Nogueira Pinto babou-se todo de raivoso anticomunismo.

Franco Nogueira fez, com ar mais seráfico do mundo, a defesa do fascismo ou, como ele disse, do «regime nacional autoritário...»; viria, no dia seguinte, respeitosamente ouvido, o Borges de Macedo...

Não, não. Basta de provocações, meus senhores. Isto não é um vômito, isto é a televisão paga pelo povo português. Não confundam!

A cassette pirata

A lista mencionada está longe de ficar completa. Eu sei. O escândalo é ainda mais vasto. Mas a minha intenção foi somente mostrar como o anticomunismo (com o único objectivo de criar na opinião pública reflexos contra o Partido Comunista Português) é, hoje em dia, o núcleo da prática informativa na RTP, e da propaganda cavaquista.

O Tempo de Antena do PCP sublinhou esse facto pela voz de Carlos Ramilides, da sua Comissão Política, quando se referiu à «cassette pirata» do anticomunismo.

Pirataria, é certo, cada vez mais desacreditada. Como diz o povo:

Pilriteiro dá pilritos
porque não é coisa boa.
Cada qual dá o que tem
conforme a sua pessoa...

E o povo sabe o que diz...

Mera coincidência

Ela esteve aí, essa raposa chamada Carrington. Esteve. Sorriu. Encontrou-se com «A», com «B» e com «C». Almoçou. Jantou. Ah, como eles comem bem o nosso país, como eles gostam de o saborear! E de todas as maneiras...

Pois a raposa inglesa deu entrevistas para a Televisão. Em separado, para o Telejornal e para o Jornal das Nove.

No fundamental, despiando-lhe a fraseologia da verborreia diplomática, Carrington confirmou que os interesses militares da NATO se sobrepõem aos interesses políticos do nosso país...

Confirmou que a Espanha nunca «roubará» a Portugal a importância que ela ocupa na NATO, pela simples razão de que a Espanha não se verga facilmente às exigências daquela organização belicista...

Pois claro. Portugal deve ser compreensivo. Respeitar as dificuldades dos outros. Dar as bases, o território, dar o almoço e o jantar, enfim, deve dar tudo e mais alguma coisa...

Como se diz nos filmes: qualquer semelhança com a independência nacional, é mera coincidência...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Um dos nossos recortes de hoje define a sociedade que a política de direita procura repor em Portugal como uma sociedade comandada pela força do dinheiro, marcada por crescentes injustiças sociais e pela limitação das liberdades. E chama-lhe «a sociedade do retrocesso».

Os factos estão à vista: aumento do desemprego e do trabalho precário, crise habitacional, tentativas de limitar as liberdades, dependência crescente do estrangeiro. São provas e acumulam-se.

A sociedade do retrocesso

«Ao contrário do que escreveu, por exemplo, o economista Daniel Amaral em «O Jornal» de 6.1.87, ao comentar as ameaças de punições de M. Cadilhe atrás referidas, não cremos que haja entre as palavras e os actos do Governo «qualquer coisa de desajustado, incoerente e equívoco» ou qualquer confusão de «liberalismo económico com intervencionismo estatal».

E isto porque pensamos que o «liberalismo económico» (expressão propositadamente suave que encobre essa outra realidade bem mais brutal e bem menos simpática da política e dos interesses do grande capital), nas palavras e no pensamento de Cavaco Silva (como de J. Chirac na França, M. Thatcher na Grã-Bretanha ou R. Reagan nos EUA) não passa de uma capa protectora e dissimuladora para uma ajustada, coerente e clara intervenção do aparelho de Estado em favor da realização dos objectivos do grande capital.

A grande campanha ideológica e ofensiva política das forças de direita (com outras ajudas, como muito bem se sabe) alegadamente «contra o Estado» e o seu peso na vida económica e social são, não uma campanha e uma ofensiva contra o Estado português em abstracto, mas mais rigorosamente contra o Estado democrático prefigurado na Constituição contra os deveres, funções e responsabilidades que aí lhe estão definidas e pela construção de um Estado autoritário (para não dizer coisa mais violenta), funcionando totalmente pelo compasso dos interesses, objectivos e projectos do grande capital.

Na perspectiva real e na acção política efectiva das forças de direita não se trata pois, como tantas vezes proclamam, de pura e simplesmente pretendem «menos Estado».

Do que se trata é da ardilosa conjugação de «menos Estado» no que respeita à garantia da prevalência do interesse público e nacional na direcção da sociedade e na gestão da vida económica, à protecção dos direitos políticos e sociais dos cidadãos, da vida democrática nacional e das suas raízes e, ao mesmo tempo, de «mais Estado» ao serviço da restauração do poder económico dos monopólios, da acrescida sujeição nacional ao domínio estrangeiro, da abdicação de qualquer perspectiva de desenvolvimento independente, do reforço da exploração dos trabalhadores, da guerra contra todas as transformações democráticas de carácter político, econó-

mico e social realizadas em Portugal depois do 25 de Abril, da ofensiva conta tudo o que representa espaços abertos de intervenção e participação popular na vida nacional.

(...)

Que não haja dúvidas. Sob a capa de alegados impulsos modernizadores, sob o disfarce da atenção aos mais desfavorecidos, sob o alibi do relançamento económico e da prosperidade geral, o que as forças de direita procuram — e vão em muitos aspectos conseguindo — é edificar uma sociedade comandada e organizada em função da força do dinheiro e do sacrifício dos interesses do povo e do País, marcada por crescentes injustiças e desigualdades sociais, abafada sob o autoritarismo e as medidas repressivas, atingida, pelo desemprego maciço, pelo trabalho precário e pela insegurança, degradada por valores e critérios egoístas e individualistas (isto é, contrários ao verdadeiro florescimento da personalidade de cada indivíduo e da sua iniciativa e responsabilidade social), afundada na asfixiante dependência do estrangeiro.»

(V.P. Moraes, «o diário», 8 Fevereiro)

Um governo contra o futuro

«O Congresso da União dos Sindicatos do Porto (USP) aprovou ontem um programa de acção para o próximo triénio e um caderno reivindicativo.

Em ambos os documentos são propostas e exigidas medidas tendo como objectivo a melhoria do nível de vida dos trabalhadores, a criação de postos de trabalho, o fim dos salários em atraso e a defesa do regime democrático. Os 500 delegados ao congresso, que terminou, elegeram o Conselho Distrital da USP, que substituiu o Secretariado e passa a contar com 62 membros, 51 dos quais efectivos.

«Este é um Governo de hipocrisia, de propaganda, de submissão, um Governo contra o futuro», disse, ontem, na sessão de encerramento do II Congresso da USP o coordenador da CGTP-IN, Carvalho da Silva.

Aquele dirigente sindical pôs a tónica da sua intervenção na necessidade de os trabalhadores se juntarem na luta contra o Governo de Cavaco Silva e fez um apelo às «forças democráticas» para que se unam e encontrem uma alternativa ao actual Executivo. Reportando-se ao momento político, Carvalho da Silva sublinhou que «quem está ultrapassada não é a crise, mas sim o Governo».

O orador definiu como prioridade dos trabalhadores a luta contra o desemprego e a importância de impedir o Governo de alterar a legislação laboral, preconizando uma campanha pública de denúncia das intenções governamentais.»

(«Diário de Notícias», 8 Fevereiro)

Habitação: Retrato de uma política

«Um quinto da população mundial não tem habitação decente e vários milhões de seres humanos estão desprovidos de qualquer alojamento — denunciava no princípio deste ano o Secretário-Geral das Nações Unidas, acrescentando que «se o problema da habitação não for resolvido, constituirá uma ameaça, tanto imediata como a longo prazo». Por isso, 1987 foi considerado pela ONU como «Ano Internacional para Habitação das Pessoas sem Casa».

Curiosamente, a iniciativa entre nós não teve ainda nenhum impacto, como se esta realidade não nos dissesse respeito. E no entanto mais de um décimo da população portuguesa está mal alojada ou nem sequer tem direito a um simples tecto.

Disse-se durante muitos anos que o congelamento das rendas de casa era a principal causa da crise habitacional do nosso país na última década. Mas o sistema de actualização progressiva já entrou em vigor e a crise está muito longe de estar atenuada.

A actualização de rendas teve e terá custos sociais inevitáveis. Por isso foi criado o subsídio de renda destinado às famílias de inquilinos que não pudessem fazer face aos agravamentos. Anunciou-se então, com grandes parangons, que 220 000 famílias de inquilinos seriam abrangidas em 1986 por este novo subsídio, ou seja, mais de 8% dos agregados familiares portugueses.

A realidade porém afastou-se tragicamente da promessa.

Em Novembro do ano passado fontes governamentais admitiam que só tinham sido recebidos 14 000 pedidos. Em Janeiro deste ano, o próprio secretário de Estado da Habitação confirmava em entrevista que apenas 11 000 famílias tinham sido abrangidas — isto é, 5% da previsão inicial.

(...)

Famílias com rendimentos médios de 17 000 escudos (em Lisboa) ou de 13 500 escudos (no Porto) ficaram excluídas da «benesse».

Se rendimentos declarados desta ordem, tão inferiores ao salário mínimo nacional, ficam de fora — para quem é afinal o subsídio? Que valores serão admitidos ou admissíveis? Porque não se faz, sobre este assunto, um completo esclarecimento televisivo — em vez do pobre anúncio a remeter as pessoas para os «guichets» da segurança social, porventura inutilmente, pois talvez ganhem «de mais» para a bitola governamental...

Com estes e outros malabarismos — como o de não incluir os aumentos das rendas de casa na taxa de inflação — pode o Governo iludir parte da opinião pública. O que não pode é enganar o desespero de quem não tem casa nem vislumbra como há-de pagar o seu direito constitucional à habitação.»

H. Roseta, «Expresso», 7 Fevereiro)

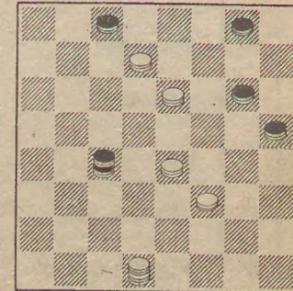
Damas

LXXXIX - 12 de Fevereiro de 1987

PROPOSIÇÃO N.º 89

Por: Luís António David
«Cidade de Tomar»
1951.III.18 (Probl. 108)
2.ª Menção Honrosa (Probl. Variável)

Pr.: (15)-17-21-25-31



Br.: (3)-14-22-27

Jogam as brancas e ganham

###

JOGO N.º 89

1.º Campeonato Nacional (Clássico)

Pr.: Dr. Orlando Augusto Lopes
Pr. Adelino José Ribeiro
1.º jogo (sétimo) / 2.ª volta - 1957.VI.10
Abertura Sortada/2 lances

1. 9-13, 24-20; 2. 13-17, 20-16; 3. 10-14, 23-19; 4. 14-23, 28-19; 5. 5-10, 32-28; 6. 1-5, 28-23; 7. 12-15, 19-12; 8. 8-15, 21-18; 9. 15-20, 22-19; 10. 20-24, 26-22; 11. 5-9, 29-26; 12. 10-13, 23-20; 13. 2-5, 19-15; 14. 5-10, 15-12; 15. 10-14, 20-15; 16. 14-21, 25-18; 17. 11-20, 18-14; 18. 20-23, 27-20; 19. 13-18, 22-13; 20. 9-18, 14-11; 21. 6-15, 20-11; 22. 7-14, 26-22; 23. 18-27, 30-23; 24. 17-21, 23-20; 25. 21-26, 12-8; 26. 26-29, 31-27; 27. 29-25, 20-15; 28. 14-19, 15-12; 29. 19-22, 27-18; 30. 25-7 G.B.R. (15. 27-23; 16. 14-21, 25-18; 17. 6-10, 26-21; 18. 17-26, 30-21; 19. 13-17, 23-19; 20. 17-26, 19-14; 21. 10-19, 22-6; 22. 3-10, 12-3 Empt. Dr. OAL.)

###

GOLPE N.º 89

Autor?

1. 10-14, 22-18; 2. 5-10, 23-20; 3. 12-15, 20-16; 4. 1-5, 28-23; 5. 14-19, 23-14; 6. 10-19, 32-28; 7. 11-14, 18-11; 8. 7-14, 27-22; 9. 5-10, 22-18; 10. 15-20, 24-15?
Perdental! (Br.: 2-3-4-6-8-9-10-14-19 Pr.: 15-16-18-21-25-26-28-29-30-31) J. Br. G.

###

SOLUÇÕES DO LXXXIX

N.º 89 (LAD): 10-13, 15-26 (Se: 17-10; 3-30...+) 14-18, -Se: 31-22; 18-25...+ -Se: 17-10; 18-25...+ -Se: 21-14; 27-30 e 30-6+.

GOLPE N.º 89

(Autor?)

11. 19-22, 18-11; 12. 3-7, 26-19; 13. 7-32+; 11... 26-19; 12. 14-32+.
Nota: Na Proposição 88 («Avante!» 87-II-5) em 30 é pedra preta!

A. de M.M.

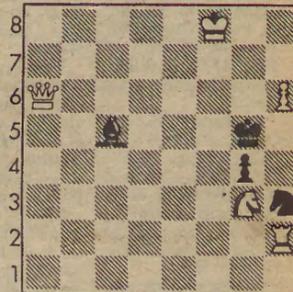
Xadrez

LXXXIX - 12 de Fevereiro de 1987

Proposição n.º 89

Por: A. Marcell
«La Stratégie» Set. 1924

Pr.: (3): Pg4-Ch3-Rg5



Br.: (6): Pg6-Cg3-Bc5-Th2-Da6-Rf6
Mate em 2 lances

**

Jogo n.º 89

2.º Torneio Odra/Bruxelas, 1986

Pr.: R. Hubner

Pr.: G. Kasparov

1. d4, Cf6; 2. c4, g6; 3. Cc3, d5; 4. Cf3, Bg7; 5. Da4+, Bd7; 6. Db3, d:c4; 7. D:c4, 0-0; 8. e4, b5; 9. Db3, c5; 10. b5, Cg4; 11. Bb5, g:d4; 12. C:d4, B:b5; 13. C:d5, a6; 14. Ca3, B:d4; 15. D:c2, C:g6; 16. D:d2, D:e5; 17. D:e5, C:g5; 18. 0-0, C:d3; 19. Tb1, Tab8; 20. Td1, Tf8; 21. Rf1, f5; 22. Re5, C:g5; 23. Ca4, Td6; 24. Bg3, f4; 25. Bc5, f3+; 26. g3, Cf4+; 27. Re5, Tf6; 28. B:e7, Cg2+; 29. Re2, T:f3; 30. B:d5, Cf4+; 31. Rf1, Cg4; 32. Td2, Tg3; 33. Cc4, Ch2+; 34. Rg1, Cg4; 35. Tf1, B:d4; 36. Bc5, Tg3+; 37. Rh1, Th3+; 38. Rg1, Ch2 e as brancas abandonam!

**

Solução do n.º 89

Chave: Dd3 1... Rh4; 2. B67+

1... Rh6; 2. B63+

1... Rf4; 2. D63+

1... Rf6; 2. Df5+

De notar os movimentos do Rei Preto! (Estrela do Rei Preto!)

A. de M.M.